UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

UNIDADE HORTÊNSIAS

MESTRADO PROFISSIONAL EM AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

TAISA TREVISAN

TURISMO NO DESTINO UVA E VINHO: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA SENSÍVEL DA SUSTENTABILIDADE

SÃO FRANCISCO DE PAULA

2019

uergs

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Hortênsias

TAÍSA TREVISAN

TURISMO NO DESTINO UVA E VINHO: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA SENSÍVEL DA SUSTENTABILIDADE

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Sustentabilidade, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ambiente e Sustentabilidade.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Tramontina.
Co- orientador: Dr. Vander Valduga.

SÃO FRANCISCO DE PAULA

2019

Catalogação de publicação na fonte (CIP)

T814t Trevisan, Taisa

Turismo no destino uva e vinho: um olhar sob a perspectiva sensível da sustentabilidade / Taisa Trevisan – São Francisco de Paula, 2019.

173 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, Unidade em São Francisco de Paula, 2019.

Orientadora: Prof.ª Dra. Ana Carolina Tramontina

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Marcelo Bresolin CRB 10/2136

TAISA TREVISAN

TURISMO NO DESTINO UVA E VINHO: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA SENSÍVEL DA SUSTENTABILIDADE

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Tramontina.
Co- orientador: Dr. Vander Valduga.

BANCA EXAMINADORA

_____

Ma. Beatriz Paulus

Associação do Turismo da Serra Nordeste – ATUASERRA

_____

Prof. Dra. Luciele Nardi Comunello

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

_____

Prof. Dr. Márcio Zamboni Neske

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Dedico este trabalho à minha família, especialmente ao meu filho Bernardo, minha fonte de inspiração e amor. E à minha avó Maria (*in memoriam*), por ter me ensinado sobre simplicidade nas pequenas coisas, as palavras através do silêncio e o amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Bernardo e ao meu marido Delmar, obrigado por entenderem tanta ausência, tanto mau humor e tantas descobertas. Obrigada pelo auxílio, apoio constante e por me abrirem o coração, amo vocês.

À minha mãe Inês, pelo apoio e pela ajuda nesta trajetória, por ter me ensinado o verdadeiro sentido do amor, pelo exemplo de superação e por me auxiliar nesta minha fase de mãe e mestranda, cuidando do Bernardo para que pudesse concluir meus estudos.

Ao Gildo, meu pai, pelo cuidado, exemplo de sensibilidade, respeito e amor.

Aos meus irmãos Isma e Dieck, pelo apoio e amor de sempre.

À Joselaine, minha madrasta, por ter me ensinado o significado de solidariedade e respeito, e por ter me ajudado ao longo da maternidade.

Ao Vanderlei, meu padrasto, pelo ensinamento de paciência, afetuosidade e dedicação.

À minha orientadora Profa. Dra. Ana Carolina Tramontina, pelo acolhimento de minhas dificuldades, paciência, compreensão, inspiração, dedicação e principalmente gratidão nesta fase da vida, na qual "roubei" um pouco do seu precioso tempo de convício com seu bebê. Ao seu Bernardo, meu sincero agradecimento por doar um tempo de sua mãe.

Ao meu coorientador Professor Dr. Vander Valduga, meus sinceros agradecimentos pelo auxílio, pela paciência e por apontar outros caminhos.

À ATUASERRA, pela acolhida e confiança no meu trabalho, especialmente à Beatriz Paulus, pelas informações fornecidas que permitiram a realização da pesquisa.

À Associação dos Caminhos de Pedra, em especial à Maristela e à Taina e a todos os empreendedores, turistas e moradores do roteiro, meu agradecimento pela confiança, acolhida e especialmente pelo auxílio na coleta de informações.

À Isamara Buhs, pela paciência, troca de conhecimentos e informações.

À amiga Francine, pela indicação do mestrado, por ter feito diferença em minha formação, pela generosidade e pelo auxílio de sempre.

Às minhas afilhas Erika e Maria Eduarda, por entenderem minha ausência e por me mostrarem um amor incondicional. Amo vocês como se fossem minhas filhas.

Às amigas Evelyn e Jamile, pela amizade, carinho, contribuições, e por terem auxiliado na aplicação da pesquisa, tornando esse momento leve e divertido.

Às amigas Emanuele e Caroline, pelas conversas, viagens, apoio, desabafos e auxílio durante a jornada acadêmica.

À Tábata, por cuidar tão bem do meu tesouro durante as horas que necessitei ausentar.

Aos colegas e professores do PPGAS, pela troca de experiência, acolhimento, aprendizado, amizade e oportunidade de crescimento ao longo do curso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade, pela oportunidade de aprendizado e pelo acolhimento das minhas dificuldades.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Minha gratidão a todos!

"Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. [...] Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossa, que a Terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à Terra, acontecerá aos filhos da Terra. [...] a Terra não pertence ao homem; o homem pertence à Terra."

Seathl (1855)

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar as perspectivas do desenvolvimento sustentável do Roteiro Caminhos de Pedra no município de Bento Gonçalves, por meio da adaptação da metodologia do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur), proposto por Hanai (2009). A pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, de natureza quantitativa, complementada por meio de análises dos dados dos indicadores e entrevistas. As entrevistas foram realizadas com os empreendedores, comunidade local, turistas e visitantes dos Caminhos de Pedra. O conjunto de indicadores analisados permitiu fazer uma leitura das perspectivas do desenvolvimento sustentável, identificou-se também a preservação do patrimônio cultural e histórico, o cuidado com qualidade de vida, o equilíbrio ambiental e se há ruptura com o atual padrão de desenvolvimento. Permitiu disponibilizar um Programa de Educação para o desenvolvimento Sustentável, bem como um conjunto de indicadores a serem compartilhados como governança da Serra Gaúcha, Região Uva e Vinho. Trouxe ainda reflexões sobre os conceitos do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade, turismo sustentável e a Educação Ambiental. Os resultados obtidos apontam que o Roteiro Caminhos de Pedra apresenta dados satisfatórias nas questões culturais e sociais, e insatisfatórios nas demais dimensões.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Turismo sustentável. Caminhos de Pedra. Educação ambiental

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the perspective of sustainability adaptations in the touristic region Caminhos de Pedra, in the city of Bento Gonçalves, located in Serra Gaúcha, southern Brazil. The investigation was developed by applying the Index of Sustainability for Touristic Development (SISDTur), by Hanai (2009). This research was descriptive and exploratory, with quantitative nature, made via data collection from research tools and interviews. The interviews were made with entrepreneurs from the local community, tourists, and visitors at Caminhos de Pedra. The gathered research data allowed an interpretative reading for the perspectives of sustainable development in the region. Also, the interviews attempted to analyze whether there was a concern for preserving the historical patrimony, life quality and environment balance, as well as the current development standards. As a result, this paper makes possible the creation of a Program for Sustainable Development, which, as well as all the gathered data, can be shared with city governments in the region of Wine and Grape production, in Serra Gaúcha. Furthermore, this paper reflects on the concepts of sustainable development, sustainability, Sustainable tourism, and Environmental Education. The final results show that Caminhos de Pedra has a satisfactory level of environmental concern regarding social and cultural aspects, and unsatisfactory levels regarding all the other aspects.

Keywords: Sustainable development. sustainable tourism. Caminhos de Pedra. Environmental Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo dos principais movimentos globais sobre as questões ambientais 29
Figura 2 – Linha do tempo dos principais movimentos globais sobre as questões ambientais 30
Figura 3 – Linha do tempo dos principais movimentos globais sobre as questões ambientais 31
Figura 4 – Turismo Sustentável e Ecoturismo 38
Figura 5 – Região Uva e Vinho 44
Figura 6 – Roteiro Turístico Caminhos de Pedra 46
Figura 7 – Faixa etária 51
Figura 8 – Escolaridade 52
Figura 9 – Estado Civil 52
Figura 10 – Trabalhou em alguma atividade relacionada ao turismo 53
Figura 11 – Função que desenvolveu no turismo 54
Figura 12 – Onde 54
Figura 13 – Trabalho atual 55
Figura 14 – Quais atividades econômicas, sociais e culturais você acha que estão ligadas ao turismo? 56
Figuras 15 e 16 – Benefícios trazidos pelo turismo e melhorias geradas com o desenvolvimento do turismo 56
Figura 17 – Turismo tem auxiliado a solucionar 57
Figura 18 – Quanto o turismo está beneficiando a comunidade local 57
Figura 19 – Conhecimento da população local sobre o turismo 58
Figura 20 – Como o desenvolvimento do turismo danifica natureza 59
Figura 21 – Quais impactos negativos trazidos pelos turistas 59
Figura 22 – Se o turismo começasse a trazer mais benefícios que as atividades rurais atuais, o que você faria? 60
Figura 23 – Percepção da gestão atual 61
Figura 24 – Faixa etária 62
Figura 25 – Escolaridade 62
Figura 26 – Estado civil 63
Figura 27 – Estado 63
Figura 28 – Frequência de viagens 64
Figura 29 – Com quem viaja 64

Figura 30 – Destino preferido 65
Figura 31 – Por que motivos você costuma viajar a áreas rurais e naturais 65
Figura 32 – Transporte nas viagens 66
Figura 33 – Acomodações nas viagens 66
Figura 34 e 35 – Estradas e vias e sinalização da região 67
Figura 36 – Restaurantes 67
Figuras 37 e 38 – Limpeza e segurança pública 68
Figura 39 – Diversidade de atrativos 68
Figura 40 – Infraestrutura em comunicação 69
Figura 41 – Expectativa da visita 69
Figura 42 – Impressão geral 70
Figura 43 – Escolaridade 71
Figura 44 – Faixa etária 71
Figura 45 – Estado civil 72
Figura 46 – Efeitos decorrentes da ingestão de água com a presença dos compostos encontrados na água para consumo do Rio Grande do Sul 86
Figuras 47 e 48 – Sensibilização no roteiro Caminhos de Pedra 106
Figura 49 – Sensibilização no roteiro Caminhos de Pedra 106
Figuras 50 e 51 – Capacitação dos municípios para aplicação da pesquisa 107
Figura 52 – Apresentação dos resultados ao conselho da Associação dos Caminhos de Pedra 108
Figura 53 – Lista de presença 108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores de Dimensão Ambiental 73
Tabela 2 – Indicadores de Dimensão Cultural 76
Tabela 3 – Indicadores de Dimensão Social 77
Tabela 4 – Indicadores de Dimensão Econômica 78
Tabela 5 – Indicadores de Dimensão Turística 79
Tabela 6 – Relação das substâncias encontradas 85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATUASERRA	Associação do Turismo da Serra Nordeste
CDB	Convênio sobre a Diversidade Biológica
CDS	Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COP	Conference of the parties (Conferência das partes)
EA	Educação Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IDS	Índice de Desenvolvimento Sustentável
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PB	Paraíba
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PGRS	Plano de gerenciamento de resíduos sólidos
PIB	Produto interno bruto
PMT	Plano Municipal de Turismo
PNUMA	Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
RS	Rio Grande do Sul

SEGH	Sindicato Empresarial de Gastronomia e Hotelaria da Região Uva e Vinho
SISDTur	Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNWTO	United Nations World Tourism Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **16**

2 JUSTIFICATIVA **20**

3 OBJETIVOS **24**

3.1 OBJETIVO PRINCIPAL 24

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 24

4 REFERENCIAL TEÓRICO **25**

4.1 DESENVOLVIMENTO E ECOSSOCIOECONOMIA 25

4.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE NO TURISMO 27

4.3 EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE 38

4.4 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE 41

4.5 REGIÃO UVA E VINHO E O ROTEIRO CAMINHOS DE PEDRA 43

5 METODOLOGIA DA PESQUISA **48**

5.1 COLETA E ANÁLISE DE DADOS 48

6 RESULTADOS **51**

6.1 POPULAÇÃO LOCAL 51

6.2 TURISTAS E VISITANTES 61

6.3 EMPREENDEDORES 70

6.3.1 Dimensão Ambiental **73**

6.3.2 Dimensão Cultural **76**

6.3.3 Dimensão Social **76**

6.3.4 Dimensão Econômica **78**

6.3.5 Dimensão Turística **79**

7 DISCUSÃO DOS RESULTADOS **81**

7.1 ANÁLISE DOS FATORES AMBIENTAIS 82

7.1.1 Gestão, consumo, qualidade da água e agricultura **83**

7.1.2 Gestão e manejo dos resíduos sólidos **87**

7.1.3 Áreas preservadas e processo de certificação turística **88**

7.2 ANÁLISE DOS FATORES CULTURAIS 88
7.3 ANÁLISE DOS FATORES SOCIAIS 94
7.4 ANÁLISE DOS FATORES ECONÔMICOS 97
7.5 ANÁLISE DOS FATORES TURÍSTICOS 98

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 100

9 REFERÊNCIAS 109

10 PRODUTOS 105
10.1 PALESTRA SOBRE SUSTENTABILIDADE 105
10.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA 105
10.3 SENSIBILIZAÇÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE NO ROTEIRO CAMINHOS DE PEDRAS 106
10.4 PESQUISA DE PERFIL DE TURISTAS NA REGIÃO UVA E VINHO 107
10.5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS PARA A ASSOCIAÇÃO DO ROTEIRO CAMINHOS DE PEDRA 107
10.6 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO UVA E VINHO 108

APÊNDICE A – FORMULÁRIOS DE ENTREVISTAS 109

ANEXO A – CONFERÊNCIA DE VISTA ALEGRE DO PRATA 130
ANEXO B – LISTA DE PRESENÇA CONFERÊNCIA DE VISTA ALEGRE DO PRATA 131
ANEXO C – FOTOS DA CONFERÊNCIA DE VISTA ALEGRE DO PRATA 134
ANEXO D – EDUCAÇÃO AMBIENTAL 135
ANEXO E – PESQUISA REGIÃO UVA E VINHO 136
ANEXO F – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 139

1 INTRODUÇÃO

O século XX foi testemunha de um dos mais importantes movimentos sociais dos últimos anos. Segundo Cunha e Guerra (2005), o século XX promoveu significativas transformações no comportamento da sociedade e na organização política e econômica com a chamada "revolução ambiental". Bernardes e Ferreira (2003) afirmam que a questão ambiental emergiu no século XIX, após a Segunda Guerra Mundial, promovendo importantes mudanças na visão do mundo. Pela primeira vez, a humanidade percebeu que os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode representar o fim de sua própria existência.

Dessa forma, começaram a surgir os anseios sobre sustentabilidade, sendo ela responsável por conduzir novas ideias de pensar, abordar e agir em processos e fenômenos de desenvolvimento, inserindo e incorporando os princípios éticos e propósitos do desenvolvimento sustentável em sua performance. Os diversos fatores e critérios relacionados ao conceito de sustentabilidade requerem novas concepções de planejamento em um sentido mais amplo, que implica reconhecer os problemas sociais, a diversidade cultural, a dinâmica ambiental, as peculiaridades locais e as suas especificidades, em processos de transformação socioambiental (HANAI; ESPÍNDOLA, 2011).

As reflexões sobre o tema "desenvolvimento" levaram ao crescimento da consciência acerca dos problemas ambientais, que são gerados por padrões de vida incompatíveis com o processo de regeneração do meio ambiente. Essa reflexão, que começa a surgir a partir da década de 1970, levou ao surgimento da expressão "desenvolvimento sustentável" (BELLEN, 2004).

A expressão "desenvolvimento sustentável" sofreu diversas críticas por se tratar de termos de expressão que são contraditórios. Para Brasil (2006), a "sustentabilidade" provém das ciências da vida, da biologia e da ecologia. A sustentabilidade significa que no processo evolucionário e na dinâmica da natureza vigoram interdependências, redes de relações inclusivas, mutualidades e lógicas de cooperação que permitem que todos os seres convivam, evoluam e se ajudem mutuamente para manterem-se vivos e garantir a biodiversidade. A sustentabilidade vive do equilíbrio dinâmico, aberto a novas incorporações, e da capacidade de transformar o caos gerador de novas ordens.

A categoria "desenvolvimento", por sua vez, é tirada da economia realmente existente que é a capitalista, segundo Neske (2014, p. 16):

> [...] as concepções hegemônicas do desenvolvimento tem sido fortemente centradas em uma teologia da modernidade e, portanto, ambos (modernidade e desenvolvimento) tem historicamente representado uma tentativa de ordenar o mundo de acordo com certos princípios ocidentais universalizastes. Essa perspectiva da modernidade (e do desenvolvimento) tem sido amplamente questionada e criticada, já que muitas insuficiências sociológicas permanecem incontornadas e insuperadas na explicação do mundo supostamente ordenado e previsível por ela prognosticado.

As crises históricas ocasionadas pelo sistema capitalista forçaram a sociedade a pensar e agir de maneira diferenciada, contrapondo esse sistema. Desse modo, surgiram movimentos de resistência, superação e alternativas de modo de vida, o que vai na contramão da concepção hegemônica do desenvolvimento, que é o caso da ecossocioeconomia (SANTOS *et al.*, 2015).

A ecossocioeconomia pode ser traduzida por formas de se pensar e agir diante das relações ecológica, social e econômica. Esta considera o desenvolvimento local, como experiências demonstrativas de modelos econômicos de contraposição ao modelo de economia de mercado, a qual apresenta formas e culturas econômicas diferentes para se produzir (SAMPAIO *et al.*, 2010).

Dessa forma, pode-se afirmar que a ecossocioeconomia ocorre no mundo da vida, nas comunidades, nos povoados, nas organizações, onde os problemas e as soluções acontecem e raramente são devidamente qualificados (SAMPAIO *et al.*, 2008). Trata-se de uma teoria pensada, partindo das experimentações e da complexidade do cotidiano (SACHS, 1986). Sendo assim, Sachs (2015) afirma que o desenvolvimento por sua vez deve ser uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental.

Os autores que vêm tratando da temática da ecossocioeconomia consideram que a dinâmica capitalista é causadora das patologias socioambientais e socioeconômicas, e a economia de mercado é geradora das patologias sociopolíticas e socioculturais. Dessa forma, apresentam a ecossocioeconomia como alternativa, para dar conta dessas insuficiências do sistema, por outro lado, não têm a pretensão de transformá-la em outro modelo hegemônico (SANTOS *et al.*, 2015).

No turismo, a ecossocioeconomia insere-se no turismo comunitário. Segundo Sampaio e Coriolano (2009), o turismo comunitário é pensado como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade, na qual é promovida, entre outras coisas, a convivencialidade entre população originária, visitantes e residentes.

Sampaio e Coriolano (2009) afirmam ainda que o turismo, embora tenha como eixo norteador integrar vivências, serviços de hospedagem e de alimentação, o que a priori não o diferencia das três modalidades de turismo com as quais poderia ser confundido – turismo

cultural ou etnoturismo, ecoturismo e agroturismo, possui uma característica peculiar que é a de entender a atividade turística como um subsistema interconectado a outros subsistemas, como por exemplo educação, saúde e meio ambiente.

Pode-se dizer que a evolução do turismo nas últimas décadas nos propicia identificar uma atividade em ampla expansão, que vem ganhando importância no desenvolvimento econômico das cidades. Esse contexto de expansão traz alguns impactos assim com as demais atividades econômicas, uma vez que também se utiliza desse sistema capitalista e dos recursos naturais finitos e renováveis, principalmente quando a atividade turística é realizada em ambientes naturais.

Dessa forma, pode-se afirmar que o turismo sobre as regiões receptoras causa degradações, provocando diversos impactos negativos sobre o meio ambiente e a comunidade local, tais como aumento na geração de resíduos e emissões atmosféricas, consumo de combustíveis, degradação do ambiente natural, descaracterização do patrimônio material, entre outros. Segundo Sampaio (2007), o turismo é um fenômeno que pode ser observado sob diversos contextos: o contexto histórico, o econômico-administrativo, o filosófico-política-sociológico e o ambiental, entre outros. Esses contextos são interdependentes, cada um interagindo com o outro, ora se complementando, ora se contradizendo.

Desse modo, o turismo exige uma gestão eficiente, pois se não for controlado, o desenvolvimento do destino turístico pode levar ao esgotamento dos recursos naturais, a descaracterização de seu patrimônio ambiental, cultural e histórico e ao desequilíbrio social.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2017b) o turismo é um dos setores econômicos que mais crescem no mundo, sendo cada vez mais reconhecido como um contribuinte vital para criação de empregos e riqueza, crescimento econômico, proteção e redução da pobreza. De fato, se bem projetado, o turismo pode ajudar a preservar os recursos naturais e o patrimônio cultural, capacitar o país e as comunidades, gerar oportunidades de comércio e fomentar a paz e compreensão intercultural. No entanto, o crescente número de pessoas que viajam internacionalmente e domesticamente a cada ano também produz danos em termos de emissão de gás de efeito estufa, consumo dos recursos e impacto sobre as comunidades locais e os bens culturais (OMT, 2017b).

Assim sendo, o aproveitamento da contribuição positiva do turismo para o desenvolvimento sustentável e a mitigação dos efeitos adversos do setor apela a parcerias fortes e ações decisivas por parte de todos os interessados.

A escolha da Região Uva e Vinho como objeto de estudo deu-se em função de sua representatividade frente ao turismo e, em específico, o roteiro Caminhos de Pedra, por chamar a atenção da pesquisadora às questões ligadas ao desenvolvimento sustentável. No entanto, percebendo a oportunidade de desenvolver uma pesquisa voltada ao desenvolvimento sustentável do roteiro, o tema tornou-se mais desafiador do que havia sido planejado.

Vale ressaltar que a Região Uva e Vinho é uma das 27 regiões de ofertas de destinos turísticos no Estado do Rio Grande do Sul. Ela está situada na Serra Gaúcha, onde o turismo vem crescendo fortemente ano após ano. Segundo o Sindicato Empresarial de Gastronomia e Hotelaria da Região Uva e Vinho – SEGH (2018), no ano de 2017 a região recebeu 2,6 milhões de turistas que buscaram a região devido a suas características geográficas, paisagísticas, gastronômicas e climáticas, fazendo da Serra Gaúcha um destino cada vez mais procurado.

A região resulta de diversas iniciativas e lideranças em uma linha de tempo, que se dá desde o início do século XX, quando a região era um destino reconhecido de veraneio e turismo de saúde (SERRA GAÚCHA, 2017). Turisticamente esse espaço foi denominado de *Região Uva e Vinho* a partir de meados da década de 90, seguindo as políticas de turismo na esfera federal (VALDUGA, 2011).

Dentro do contexto apresentado, mostra-se necessária a realização de análise do desenvolvimento da sustentabilidade na atividade turística da Serra Gaúcha, região Uva e Vinho, roteiro Caminhos de Pedra, no município de Bento Gonçalves. Com essa análise pretende-se verificar os problemas sociais, a preservação do patrimônio cultural e histórico, o cuidado com qualidade de vida, as questões ambientais, as peculiaridades locais e se há ruptura com o atual padrão de desenvolvimento.

A partir da análise da sustentabilidade, o presente projeto tem como objetivo gerar um Programa de Educação, como forma de buscar o desenvolvimento sustentável do turismo na Região Uva e Vinho, bem como o monitoramento por meio de indicadores.

2 JUSTIFICATIVA

O setor do turismo tem se mostrado como uma alternativa de desenvolvimento em diversas regiões do mundo. Segundo a OMT (2017a), o turismo é um conjunto de atividades realizadas por pessoas durante viagens e em permanência, em lugares distintos de seu entorno habitual por um período de tempo inferior a um ano.

A experiência acumulada pelo turista e a nova consciência socioambiental ampliaram a percepção dos elementos que verdadeiramente integram o produto turístico. Fugindo do reducionismo industrial para uma perspectiva holística da oferta, esta já não seria constituída apenas pelos serviços de hospedagem, transporte e alimentação, mas também pela qualidade territorial, sociocultural e ambiental do destino turístico (VIGNATI, 2012).

Diante dessa realidade, procura-se um novo olhar para as viagens turísticas, que reflita um despertar para uma consciência ambiental e um perceber o mundo com todas as sensações, almejando que as experiências da viagem resgatem o eu interior numa perspectiva de olhar o outro e as outras formas de conviver (BOTELHO, 2007).

Dessa forma, pode-se dizer que o desenvolvimento sustentável é uma forma de se criar esse novo olhar para as viagens turísticas, uma vez que ele almeja o desenvolvimento social, econômico, a preservação histórico-cultural e a preservação ambiental. Garante-se, dessa forma, qualidade de vida e bem viver para as comunidades locais e para as gerações futuras.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do relatório "Nosso Futuro Comum", publicado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1987), definiu: "Desenvolvimento sustentável é aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades". A partir disso foi estabelecido um plano de ação até 2030, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse plano o turismo é apresentado como atividade com potencial de contribuição direta e indireta em todos os objetivos ali propostos, sendo citado nos Objetivos 8, 12 e 14, relacionados respectivamente ao desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável, ao consumo e à produção sustentáveis e ao uso sustentável dos oceanos e dos recursos marinhos (UNESCO, 2017).

Os dados da Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (United Nations World Tourism Organization – UNWTO) reforçam a importância do turismo como veículo para a criação de empregos e geração de receita para as comunidades que recebem os turistas. É nesse sentido que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(UNESCO) tem defendido um reconhecimento mais forte do papel da cultura como promotora do desenvolvimento sustentável, bem como da economia criativa como condutora do crescimento e da inovação (UNESCO, 2017a).

Ainda sobre o tema, afirma-se que, com tantos turistas que viajam pelo mundo, o turismo é considerado uma força econômica poderosa e transformadora. Sendo assim, a ONU, ao estabelecer 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável, declarou que o turismo tem a função de

> promover mais entendimento entre os povos de todos os lugares, o que leva a uma maior conscientização sobre o rico patrimônio de várias civilizações e a uma melhor apreciação dos valores inerentes às diferentes culturas, contribuindo dessa forma para fortalecer a paz no mundo (OMT, 2017a).

Dessa forma, para se estabelecer como uma atividade sustentável, é necessário que haja organização e planejamento do turismo, integração ao desenvolvimento local, à dinâmica ambiental e o envolvimento e a participação ativa da comunidade a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável.

Segundo o Ministério do Turismo (2015), o Brasil ocupa a 28ª posição no ranking das economias mais competitivas do mundo na área do turismo. Perante a expressiva contribuição do desenvolvimento do turismo à economia local e aos impactos ambientais positivos e negativos decorrentes dessa atividade, torna-se necessário conhecer e estimular atividades de gestão dos recursos naturais e de outras ferramentas de educação ambiental nas empresas do setor turístico, visando atender à demanda e também a minimizar os impactos ambientais decorrentes da exploração dessa atividade.

Nesse sentido, Santos e Cândido (2015) ressaltam que as atividades desenvolvidas em uma dada localidade devem atender aos princípios da sustentabilidade, tendo em vista a manutenção do equilíbrio e da equidade entre as dimensões ambiental, social e econômica, contando com o engajamento dos diversos fatores sociais para o planejamento e a execução de ações que possam contribuir para tal alcance.

Considerando a necessidade pela busca de uma sociedade justa e equilibrada social e ambientalmente, ou seja, a busca pela tão sonhada sustentabilidade, torna-se necessária a adoção de medidas eficazes para conter a atual degradação ambiental, a desigualdade social e econômica.

A partir dessa reflexão, é possível visualizar o turismo como uma atividade que, apesar de colocar em confronto muito da lógica que molda a maioria das visões em torno da ideia de desenvolvimento sustentável, constituiu um caminho interessante rumo à sustentabilidade.

Segundo a UNESCO (2017b), a educação é uma das ferramentas para atingir o desenvolvimento sustentável e faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A educação não constitui um fim em si: é um instrumento essencial para possibilitar as mudanças necessárias no conhecimento, nos valores, comportamentos e estilos de vida para alcançar-se a sustentabilidade. A educação, em todos os níveis e em todas as suas formas, constitui uma ferramenta vital para tratar de praticamente todos os problemas mundiais importantes para o desenvolvimento sustentável.

Pode-se afirmar que o turismo possui uma capacidade educativa e de tomada de consciência, uma vez que possibilita aos turistas uma fuga da rotina cotidiana, proporcionando a visualização de questões que passam despercebidas no seu dia a dia. O turista retorna ao seu local de origem mais consciente dos problemas socioambientais, não só do destino visitado, mas também dos de sua própria comunidade.

A escolha do objeto de estudos deu-se em função de a ONU ter declarado o ano de 2017 como "O Ano Internacional do Turismo Sustentável", destacando o turismo como uma atividade de grande potencial para o desenvolvimento econômico responsável, reconhecendo as necessidades atuais relacionadas às questões ambientais e socioeconômicas, construindo uma relação entre o turismo e meio ambiente (OMT, 2017a).

A escolha da Região Uva e Vinho como objeto de estudo deu-se também pela representatividade frente ao turismo e por apresentar uma diversidade cultural e ambiental e diversas riquezas históricas, formando um produto turístico bem diversificado, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico dessa região, sendo ela uma das quatro regiões que compõem a Serra Gaúcha e possui uma governança do turismo ativa, a ATUASSERRA – Associação de Turismo da Serra Nordeste.

No contexto anteriormente posto, o projeto de pesquisa tem como objetivo analisar a Sustentabilidade do turismo tendo-se como campo o roteiro Caminhos de Pedra, no município de Bento Gonçalves. Com esta análise pretende-se verificar se estão desenvolvendo a preservação do patrimônio cultural e histórico, o cuidado com qualidade de vida, o equilíbrio ambiental e se há ruptura com o atual padrão de desenvolvimento. Com base nos dados obtidos, intui-se desenvolver um Programa de Educação, utilizando uma sistemática de sensibilização por meio da educação socioambiental para o segmento do turismo a fim de que contribua para

a aprendizagem social e para o desenvolvimento sustentável da Região Uva e Vinho, bem como monitoramento da atividade turística por meio de indicadores.

Justifica-se ainda que não há monitoramento implantado para verificação da sustentabilidade no setor do turismo nos municípios citados; razão essa que justifica a realização da presente pesquisa.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO PRINCIPAL

Analisar os indicadores de sustentabilidade, a partir dos dados obtidos da pesquisa um olhar sob a perspectiva sensível da sustentabilidade, visando implementar ações e práticas que permeiam as dimensões sociais, econômicas, turísticas e ambientais no Roteiro Caminhos de Pedra no município de Bento Gonçalves.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Estabelecer um conjunto de indicadores que permita fazer uma leitura das perspectivas do desenvolvimento sustentável dos Caminhos de Pedra, em Bento Gonçalves.
b) Aplicar indicadores de sustentabilidade nos Caminhos de Pedra, em virtude da atividade turística e demais práticas econômicas existentes no território.
c) Sugerir práticas sustentáveis para o Roteiro Caminhos de Pedra com todos os seus atores, a partir da análise de dados obtidos da pesquisa.
d) Criar um Programa de Educação para Sustentabilidade e um conjunto de indicadores, compartilhando-os com a Instância de Governança Regional, a serem replicados no destino Uva e Vinho.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 DESENVOLVIMENTO E ECOSSOCIOECONOMIA

Para entender melhor a noção de desenvolvimento sustentável, faz-se necessário compreendê-lo como parte constituinte de uma formação discursiva mais ampla, a do desenvolvimento. O sentido amplo da palavra "desenvolvimento" pode ser definido como "um processo de mudança estrutural, situado histórica e territorialmente, caracterizado pela dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população" (DALLABRIDA, 2010, p. 18).

O autor coloca que o desenvolvimento não se apresenta como um estágio a ser galgado, mas como um modelo estático a ser seguido. Ele afirma, ainda, que é equivocado falar-se em regiões desenvolvidas e não desenvolvidas, ou subdesenvolvidas. Ou seja, seria mais adequado falar-se em regiões em processo de desenvolvimento, nas quais em algumas encontramos um maior dinamismo, com um projeto de futuro definido, construído coletivamente em todos os momentos de sua história, logo, com maior capacidade de proporcionar condições socioeconômicas qualificadas e uma boa qualidade de vida ao conjunto de sua população (DALLABRIDA, 2010).

Segundo Cunha e Cunha (2005), a ideia central de desenvolvimento envolve uma rede de conceitos associados à evolução, inclusão, participação, solidariedade, produção e competitividade que se reforçam mutuamente ou se opõem frontalmente aos movimentos de concentração, competição, exclusão, pobreza, desequilíbrio, entre outros.

Dallabrida (2010) cita ainda que é necessário distinguir crescimento econômico de desenvolvimento. Não existe uma concordância entre autores. Uns até consideram crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. No entanto, para um maior número de autores, o crescimento econômico é condição indispensável para o desenvolvimento, mesmo admitindo não ser condição suficiente.

Segundo Saches (2015), o desenvolvimento pode ser compreendido como sinônimo de crescimento econômico, apresentado pela visão da economia neoclássica, ou como expansão das liberdades do ser, em que limites éticos são carregados para dentro do debate, redimensionando o próprio caminho que o conceito toma. No entanto ambas as abordagens são limitadas em alguns pontos. A neoclássica por seu reducionismo, estreitando-o a um único fator como justificativa, o de crescer economicamente, sem tomar como relevante a distribuição desses ganhos ou a forma como são alcançados. A teoria de Sen, mais abrangente, redimensiona

o motivo que propulsiona o desenvolvimento, a justiça, a democracia, a dignidade humana e as políticas públicas, porém deixa de fora limites ambientais.

A principal ideia de desenvolvimento tornou-se um elemento-chave para a consolidação da lógica de operação do capitalismo, ajudando de certa forma a legitimar os valores e interesses a ele vinculados. No entanto, a adesão quase incondicional a essa "ideologia do desenvolvimento" acabou gerando sérios problemas ambientais, sociais e culturais, que se tornam cada vez mais explícitos (LOURENÇO *et al.*, 2010).

Sendo assim, os problemas ambientais, sociais e culturais provocados pelo sistema capitalista obrigaram a sociedade a buscar uma maneira de contrapor o sistema, surgindo dessa forma a ecossocioeconomia, como alternativa para tratar dos aprendizados apontados por iniciativas populares. Para Sachs (2015), economista polonês e denominado ecossocioeconomista, o conceito de desenvolvimento ganha múltiplos alcances. Como meio e fim, sua busca pode abranger e realizar ganhos consistentes e efetivos para os parâmetros sociais e ambientais sem haver perda na dimensão econômica. A busca de Sachs consiste justamente em equilibrar esses três ganhos de forma que sejam alcançados mutuamente em paridade de importância, sem, no entanto, desconsiderar o que já foi indexado como parte de sua significação (SACHS, 2015).

Sachs caminha na direção de ampliar a maneira com que o desenvolvimento é abordado, deixando clara a necessidade de termos um Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado. Para Sachs, a alternativa está em transformar a relação entre sociedade e natureza, promovendo esforços para um maior aproveitamento dos recursos aliados a preocupações sociais. A alternativa de produzir energia proveniente de fontes renováveis em parceria com programas de emprego de agricultura familiar, no lugar das grandes empresas e usinas, é uma das propostas pelo autor. Sua busca é pela equalização do processo com que os ganhos e mecanismos que engendram o desenvolvimento se configuram (SACHS, 2015).

> O desenvolvimento aparece assim como um conceito pluridimensional, evidenciado pelo uso abusivo de uma série de adjetivos que o acompanham: econômico, social, político, cultural, durável, viável e, finalmente, humano, dentre outros. Está mais do que na hora de deixar de lado tais qualificativos para nos concentrarmos na definição do conteúdo da palavra desenvolvimento, partindo da hierarquização proposta: o social no comando, o ecológico enquanto restrição assumida e o econômico recolocado em seu papel instrumental (SACHS, 1995, p. 43-44).

A ecossocioeconomia pode ser traduzida por formas de se pensar e agir diante das relações ecológica, social e econômica. A ecossocioeconomia considera o desenvolvimento local, como experiências demonstrativas de modelos econômicos de contraposição ao modelo

de economia de mercado, a qual apresenta formas e culturas econômicas diferentes para se produzir. Contudo, são considerados como experiência de ecossocioeconomia grupos bem organizados ou pouco organizados, que de alguma forma promovam outra economia (SAMPAIO *et al.*, 2010).

Segundo Cunha e Cunha (2005), três elementos do desenvolvimento local se destacam no turismo: a sociedade, o ambiente e a economia, que são integrados e se reforçam mutuamente em contextos em que a diversidade social e cultural e a diferenciação produtiva devem ser utilizadas como recursos potencializadores de transformações e de desenvolvimento local. Logo, a ecossocioeconomia é uma alternativa, uma vez que traz em seu conceito a preocupação com as fontes renováveis e a produção, por meio de um ciclo no qual os recursos naturais e a sociedade sejam respeitados. Dessa forma, pode-se afirmar que a ecossocioeconomia possui os mesmos princípios do desenvolvimento sustentável.

4.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

O cenário planetário de crise ambiental e de valores que se vive em função desse modelo econômico insustentável, em que há extração de bens e serviços da natureza e intensa produção e descarte de resíduos, exige uma reflexão-ação no sentido de uma mudança que se constitui em um grande desafio para o ser humano na atualidade. Mudanças só podem ocorrer a partir da construção de visões de mundo capazes de perceber, compreender e aprender uma nova forma de convivência entre os seres humanos, baseadas na ética do cuidado que orienta: na defesa da vida e das relações solidárias e pacíficas entre os seres humanos e com os demais seres da natureza (BOFF, 1999).

Pode-se dizer que a degradação ambiental que hoje se apresenta pode ser considerada decorrente da profunda crise social, econômica, filosófica e política que atinge toda a humanidade, resultado da introjeção de valores e práticas que estão em desacordo com as bases necessárias para manutenção de um ambiente sadio, que favoreça uma boa qualidade de vida a todos os membros da sociedade (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2014).

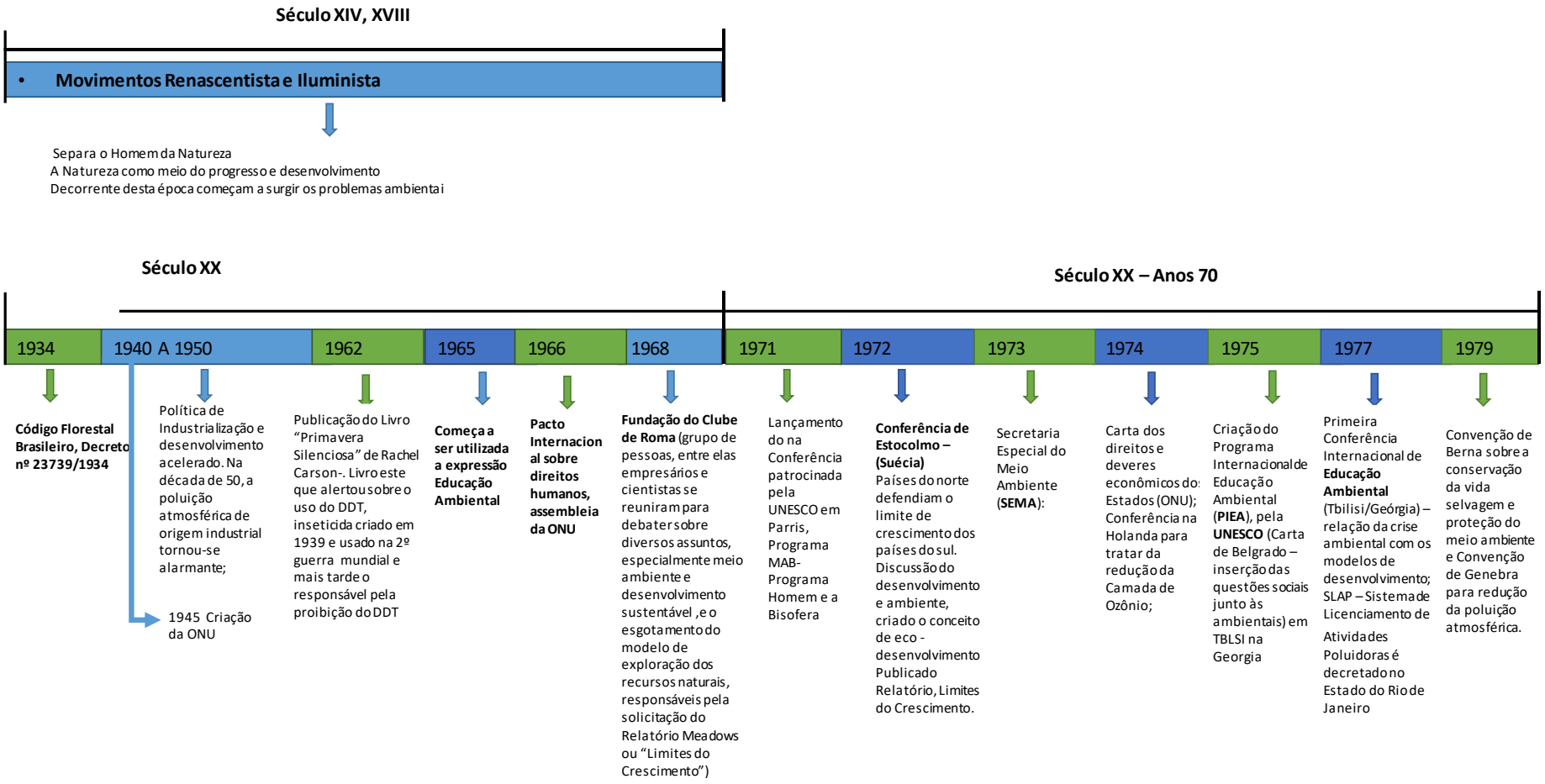
Os problemas ambientais serviram para alertar os seres humanos do grave perigo que estava ocorrendo ao longo da história, porém só na segunda metade do século XX iniciou-se um movimento global, que se transpôs em inúmeros encontros, conferências, tratados e acordos assinados pelos países do mundo. Conjuntamente desenvolveu-se uma participação maior da população por meio das organizações não governamentais.

Na segunda metade do século XX, com a intensificação do crescimento econômico mundial, os problemas ambientais se agravaram e começaram a aparecer com maior visibilidade para amplos setores da população, particularmente dos países desenvolvidos, os principais a serem afetados pelos impactos provocados pela Revolução Industrial (DIAS, 2011).

Importa, entretanto, reconhecer que o conceito "desenvolvimento sustentável" pode ser útil para qualificar um tipo de desenvolvimento em regiões delimitadas e em ecossistemas definidos. Quer dizer, é possível existir a preservação do capital natural, vigorar um uso racional dos recursos e manter-se a capacidade de regeneração de todo o ecossistema. Assim por exemplo, é possível, mantendo a Floresta Amazônica de pé, desenvolver um manejo tal de suas riquezas naturais que ela mantenha sua integridade, aberta a atender demandas das gerações presentes e futuras. Mas em termos de estratégias globais que envolvem todo o planeta com seus ecossistemas, o paradigma utilitarista, devastador e consumista imperante produz uma taxa de iniquidade ecológica e social insuportável pelo sistema-Terra (BRASIL, 2006).

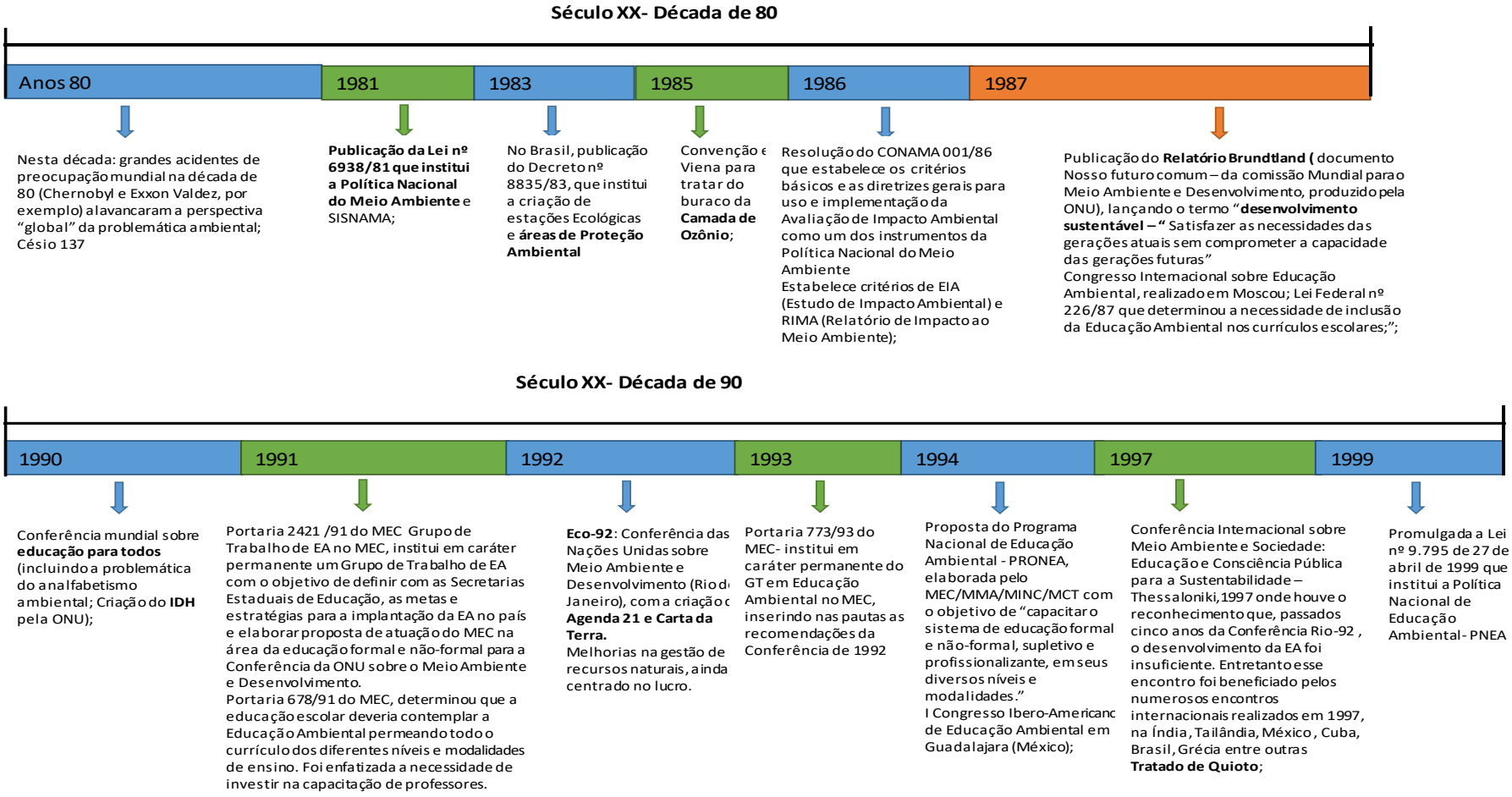
Para entender a evolução das questões ambientais, apresenta-se nas figuras 3, 4 e 5 uma linha do tempo com os principais movimentos globais referentes às questões ambientais.

Figura 1 – Linha do tempo dos principais movimentos globais sobre as questões ambientais



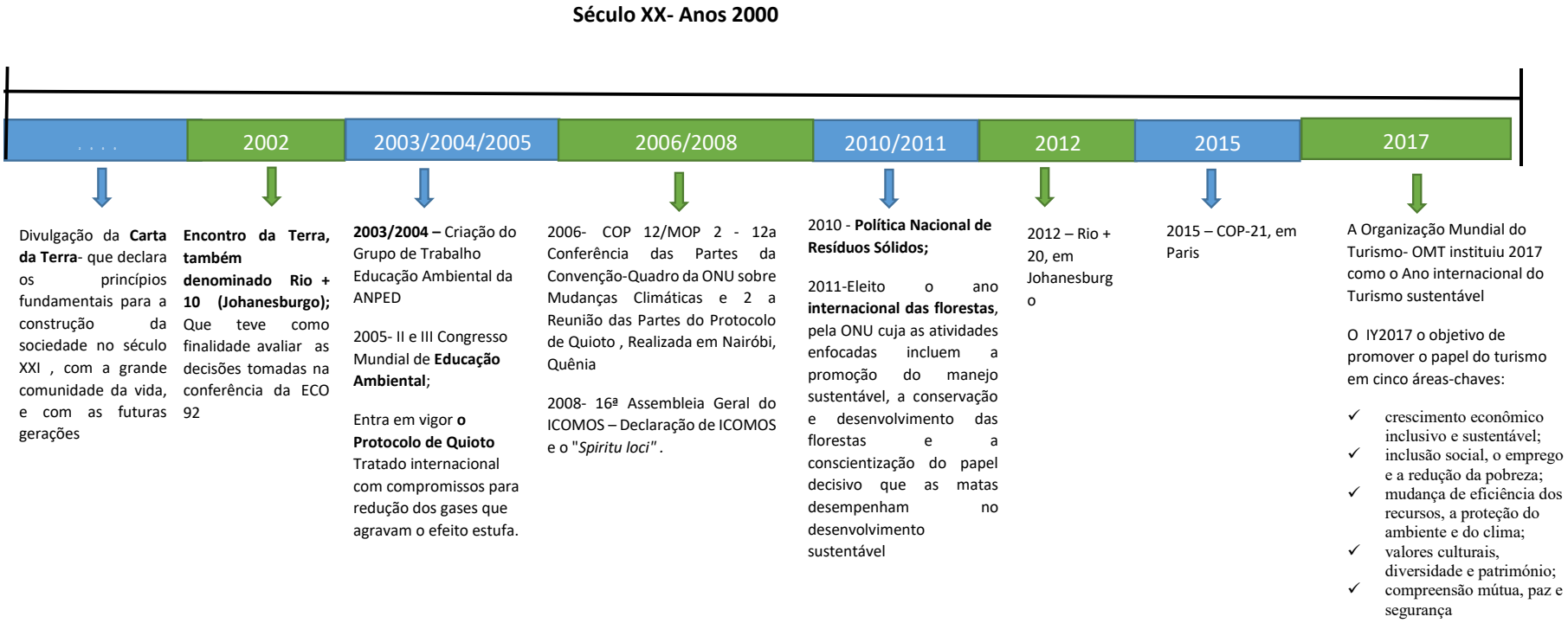
Fonte: elaborado pela autora (2019).

Figura 2 – Linha do tempo dos principais movimentos globais sobre as questões ambientais



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Figura 3 – Linha do tempo dos principais movimentos globais sobre as questões ambientais



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Analisando as figuras 1, 2 e 3, faz-se a seguir uma seleção dos principais fatos. Até o ano de 1962, a crise ambiental derivada da ação do homem com o meio ambiente foi abordada de forma muito superficial. Nesse ano, Rachel Carson publicou o livro *Primavera Silenciosa*, que teve enorme repercussão na opinião pública e que expunha os perigos de um inseticida, o DDT (DIAS, 2011).

No ano de 1968, segundo Dias (2011), três encontros foram fundamentais para delinear uma estratégia para o enfrentamento dos problemas ambientais na década de 70. Esses encontros demonstram o crescimento da questão ambiental e colocam o ano de 1968 como um marco nas discussões sobre o meio ambiente, uma vez que se questionava cada vez mais o mito da abundância do capital natural, e constatava-se que o modelo de crescimento econômico até então adotado provocou agravamento da deterioração ambiental, com o aumento da contaminação e a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais.

1. Em abril de 1968, reuniram-se em Roma, na Itália, cientistas, educadores, empresários e funcionários públicos de diferentes instâncias do governo, com o objetivo de discutir os dilemas atuais e futuros do homem. Desse encontro nasceu o Clube de Roma, uma organização informal descrita como um "colégio invisível". O termo "colégio invisível" refere-se a um grupo de pesquisadores que mantêm contato entre si, embora trabalhem em instituições distintas.
2. A Assembleia das Nações Unidas decide pela realização, em 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia, de uma Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano.
3. A UNESCO promove em Paris, no mês de setembro de 1968, uma Conferência sobre a Conservação e o uso racional da biosfera que estabelece as bases para o lançamento, em 1971, do Programa Homem e a Biosfera – MAB (DIAS, 2011).

Dessa forma, pode-se dizer que 1968 é o marco das preocupações do homem com o meio ambiente, incorporando questões sociais, políticas, ecológicas e econômicas, sendo que a ideia se difundiu claramente, em 1971, na reunião de Founeux, com o nome de "ecodesenvolvimento", formulado basicamente pela escola francesa. Ignacy Sachs usou a palavra "ecodesenvolvimento" para expressar o equilíbrio entre o aumento da produção e o respeito aos ecossistemas.

Em 1972 foi publicado o Relatório Meadows, denominado de Limites do Crescimento. O relatório cita:

> Se mantiverem as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, contaminação ambiental, produção de alimentos e esgotamento dos recursos, este planeta alcançara os limites de seu crescimento no curso dos próximos 100 anos. O resultado mais provável será um súbito incontrolável declínio da população como da capacidade industrial (MEADOWAS *et al*., 1973, p. 40).

Segundo Dias (2011), o maior mérito do relatório se encontra no fato de que este proporcionou a ocorrência de um processo de debates contínuos, que culminaram na apresentação de novas propostas de desenvolvimento que contemplavam os limites impostos pela possibilidade de esgotamento dos recursos naturais.

Ainda em 1972, a ONU realiza, na capital da Suécia, Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Essa conferência gerou a Declaração sobre Ambiente Humano e produziu um Plano de Ação Mundial, com o objetivo de orientar a preservação e a melhoria do ambiente humano. Outro importante resultado da conferência foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA), encarregado de monitorar o avanço dos problemas ambientais no mundo.

Como resultado da Conferência de Estocolmo, foi elaborada a Resolução 2997/XXIV, pela qual se aprovava a criação de um programa internacional para salvaguarda do Meio Ambiente, com um Conselho Direto formado por 58 estados (DIAS, 2011).

Em 1980, no Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente, definida por meio da Lei nº 6.983/81, situa a Educação Ambiental como um dos princípios que garantem "a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana". Estabelece ainda que a Educação Ambiental deve ser oferecida em todos os níveis de ensino e em programas específicos direcionados para a comunidade. Visa, assim, à preparação de todo cidadão para uma participação na defesa do meio ambiente. É importante destacar nessa década o parecer 226/87 do Conselho Nacional de Educação que traz contribuições em relação ao sistema de ensino, escola e formação de professores.

No ano de 1983, a Assembleia Geral da ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), devido ao aumento crescente das preocupações ambientais, de onde derivou o Relatório "Nosso Futuro Comum" ou Relatório de Brundtland, divulgado em 1987. Nele definiu-se que "Desenvolvimento sustentável é aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades".

No final do século XX, início da década de 90, segundo Dias (2011), o meio ambiente ocupava um patamar privilegiado na agenda global, tendo se tornado assunto quase obrigatório nos inúmeros encontros internacionais. Foi um período de intensos debates, atividades, fóruns e encontros que resultaram em um consenso mundial dos perigos que corria o planeta caso se mantivesse o modelo de crescimento até então em vigor.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ocorreu 20 anos após a conferência de Estocolmo. A CNUMAD foi realizada no Rio de Janeiro, em 1992, mais conhecida como Rio 92, referência à cidade que a abrigou, e também como "Cúpula da Terra" por ter mediado acordos entre os Chefes de Estado presentes (BRASIL, 2019).

Na Rio 92 foram assinados cinco documentos que direcionaram as discussões sobre meio ambiente nos anos subsequentes: Agenda 21, Convênio sobre a Diversidade Biológica (CDB), Convênio sobre as mudanças climáticas, princípios para a Gestão Sustentável das Florestas; declaração do Rio de Janeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento. Além dos importantes documentos contendo diretrizes gerados no CNUMAD, ocorreu um desdobramento institucional importante, que foi a criação da Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável (CDS), em dezembro de 1992, para assegurar a implementação das propostas da Rio 92 (DIAS, 2011).

O Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) desenvolvem diversas ações para consolidar a Educação Ambiental no Brasil. No MEC, são aprovados os novos "Parâmetros Curriculares" que incluem a Educação Ambiental como tema transversal em todas as disciplinas (PEREIRA; GUERRA, 2018).

Em 2000, a Educação Ambiental integra, pela segunda vez, o Plano Plurianual (2000-2003), agora na dimensão de um Programa, identificado como 0052 – Educação Ambiental, e institucionalmente vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (PEREIRA; GUERRA, 2018).

Em dezembro de 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas resolveu que a CDS serviria de Órgão Central organizador da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+10, que ocorreria em Johannesburgo no ano de 2002, como o objetivo de avaliar a situação do meio ambiente global em função das medidas adotadas na Rio 92 (DIAS, 2011).

No ano 2006, ocorre a 12ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas e 2ª Reunião das Partes do Protocolo de Quioto em Nairóbi no Quênia, a

qual deveria dar início aos compromissos de redução dos gases de efeito estufa, porém não se chegou a um consenso, e assumiram que as decisões seriam tomadas nas próximas COPs. Estipulou-se ainda as regras para o Fundo de Adaptação, instrumento para o financiamento de projetos voltados a mudanças climáticas para os países em desenvolvimento.

Em 2008 na reunião realizada na cidade de Québec, Canadá, ocorre 16ª Assembleia Geral do Conselho Internacional para Monumentos e Sítios – ICOMOS, em que os participantes assumem a seguinte declaração de princípios e recomendações para a preservação do *spiritu loci* por meio da proteção do patrimônio tangível e intangível, considerado uma forma inovadora e eficiente de assegurar o desenvolvimento sustentável e social no mundo inteiro. Dessa forma, o espírito do lugar é construído por vários atores sociais, seus arquitetos e gestores, bem como seus usuários que contribuem ativamente e em conjunto para dar-lhe um sentido (ICOMOS, 2008).

Em 2012, ocorreu no Rio de Janeiro a Rio+20, que teve como objetivo dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2019).

Em 2015, ocorreu em Paris a COP 21, na qual foi assinado um novo acordo global que busca combater os efeitos das mudanças climáticas, bem como reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O documento foi chamado de Acordo de Paris. Um dos objetivos é manter o aquecimento global "muito abaixo de 2ºC", buscando ainda "esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais" (ONU, 2015).

Em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-membros da ONU se reuniram em Nova York e reconheceram que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (AGENDA 2030, 2019).

Ao adotarem o documento "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" (A/70/L.1), os países comprometeram-se a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos sem deixar ninguém para trás (AGENDA 2030, 2019).

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com

suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro. (AGENDA 2030, 2019).

No ano de 2017, a Organização Mundial do Turismo – OMT, agência especializada das Nações Unidas para o Turismo, foi mandatada para facilitar a organização e implementação do Ano Internacional, em colaboração com os Governos, as organizações pertinentes do sistema das Nações Unidas, organizações internacionais e regionais e outras relevantes partes interessadas.

Segundo a World Tourism Organization (UNWTO), o ano internacional do turismo representa uma oportunidade para sensibilizar a contribuição do turismo sustentável para o desenvolvimento entre gestores do setor público e privado e a população, enquanto mobilizam todos os intervenientes a trabalharem em conjunto o turismo um catalisador para a mudança positiva (UNWTO, 2017).

No contexto da Agenda 2030, o ano internacional do turismo apoia uma mudança nas políticas, práticas e o comportamento dos consumidores para um setor do turismo sustentável que pode contribuir em cinco áreas-chave, a saber:

- crescimento econômico inclusivo e sustentável;
- inclusão social, o emprego e a redução da pobreza;
- mudança de eficiência dos recursos, a proteção do ambiente e do clima;
- valores culturais, diversidade e patrimônio;
- compreensão mútua, paz e segurança (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2017).

No histórico acima é possível analisar a evolução das questões ambientais que contemplam, em 2017, o setor turismo como um elo para o atingimento da Agenda 2030. Isso se dá, uma vez que 1,2 bilhão de turistas atravessam as fronteiras a cada ano (UNESCO, 2017a), fazendo com que o turismo tenha um impacto profundo e abrangente nas sociedades, no meio ambiente e na economia. Representa 10% do PIB mundial, 1 em cada 10 empregos e 7% das exportações mundiais, o turismo tem um papel decisivo a desempenhar na conquista dos objetivos da Agenda 2030. O setor é mencionado nos ODS: ODS 8 sobre "Promover crescimento econômico sustentável e inclusivo, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos", ODS 12 sobre "Consumo e Produção Responsáveis" e ODS 14 sobre "Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e fontes marinhas para o desenvolvimento sustentável". No entanto, dada a multiplicidade de elos que tem com outros setores e indústrias ao longo de sua vasta cadeia de valor, pode de fato acelerar o progresso para todos os 17 ODS. Pode ajudar

a construir uma nova cultura de sustentabilidade e paz (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2017).

A popularização da ideia do desenvolvimento sustentável, unida à procura por espaços de contato com a natureza, com o inóspito e com o "diferente", bem como às intencionalidades de atores públicos e privados em expandir as destinações turísticas e seus atrativos pelo mundo, desencadearam uma exacerbação do turismo como atividade sustentável. Como o turismo utiliza as paisagens, os lugares e os territórios como mercadorias, o principal produto a ser comercializado e consumido são as imagens e os símbolos, criados e estereotipados para o atendimento dos anseios dos turistas (CANDIOTTO, 2009).

Segundo Candiotto (2009), a valorização de aspectos naturais e histórico-culturais levou instituições, políticos e empresários a divulgarem a ideia de que o turismo poderia ser uma atividade sustentável, e que por sua vez contribuiria para o desenvolvimento sustentável, pois estaria fundamentado na conservação ambiental, resgate e valorização de objetos e representações culturais, e se constituiria em uma nova opção de emprego e renda para as comunidades receptoras.

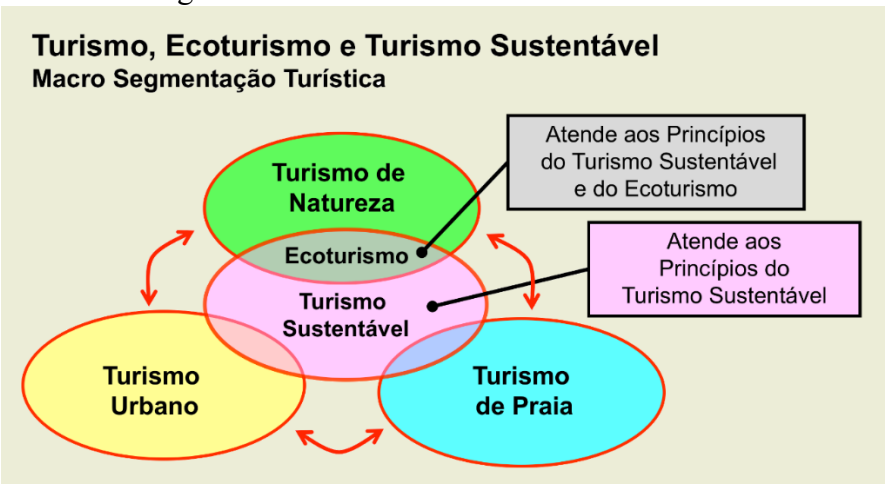
Porém, se não controlado o desenvolvimento do destino turístico, os impactos ambientais, sociais e econômicos, o turismo não contribui com o desenvolvimento sustentável, tornando-se mais uma atividade econômica impactante para a sustentabilidade do planeta. Segundo Tinoco (2003), o turismo pode afetar negativamente a biodiversidade e outros recursos naturais e ter impactos sociais e culturais adversos. A deterioração dos recursos naturais, tanto renováveis como não renováveis, é uma das consequências diretas mais significativas do impacto do turismo.

De modo equivocado, por vezes, sugere-se que o turismo sustentável seja simplesmente outro tipo de turismo, sinônimo de ecoturismo e antítese do turismo de massa. Mas o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser aplicado a qualquer segmento do turismo e em qualquer escala, desde o turismo de massa e seus grandes *resorts* até aquele desenvolvido em pequena escala e em lugares ambientalmente frágeis, de ecossistemas únicos e natureza preservada (BRASIL, 2007).

Para a Organização Mundial do Turismo (2017) "o turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro". A OMT estabelece ainda a definição de que o ecoturismo e turismo sustentável em áreas naturais, beneficiam o meio ambiente e as comunidades visitadas,

promovem o aprendizado, respeito e consciência sobre aspectos ambientais e culturais. A figura 4 apresenta a inter-relação dos conceitos acima citados.

Figura 4 – Turismo Sustentável e Ecoturismo



Fonte: Instituto Ecobrasil (2017).

Para Vignati (2012), o turismo sustentável é uma estratégia que pode permitir ao destino turístico alcançar benefícios concretos, tais como: melhor competitividade, ampliar e manter a satisfação dos turistas, a geração de renda e o emprego na localidade, e valorizar as riquezas culturais, ambientais e os saberes tradicionais. O autor traz ainda os sete princípios do turismo sustentável: respeitar a legislação vigente, garantir os diretos das populações locais, conservar o meio natural e sua diversidade, considerar o patrimônio cultural e os valores locais, garantir a qualidade de produtos, processos e atitudes e estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis.

4.3 EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE

A degradação ambiental que hoje se apresenta pode ser considerada decorrente da profunda crise social, econômica, filosófica e política que atinge toda a humanidade, resultado da introjeção de valores e práticas que estão em desacordo com as bases necessárias para manutenção de um ambiente sadio, que favoreça uma boa qualidade de vida a todos os membros da sociedade (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2014).

O século XXI inicia-se em meio a uma emergência social que promete agravar-se caso sejam mantidas as tendências atuais de degradação; um problema enraizado na cultura, nos estilos de pensamento, nos valores, nos pressupostos epistemológicos e no conhecimento, que configuram o sistema político, econômico e social em que vivemos. Uma emergência que, mais

que ecológica, é uma crise de pensamento, do imaginário social e do conhecimento que sustentaram a modernidade, dominando a natureza e mercantilizando o mundo. Uma crise do ser no mundo, que se manifesta em toda a sua plenitude, nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais autodestrutivas; e nos espaços externos, na degradação da natureza e qualidade de vida das pessoas. É nesse sentido que consideramos que a solução dos problemas ambientais do presente não se encontra na mera gestão dos recursos naturais nem na incorporação das externalidades ambientais aos processos produtivos (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2014).

Dessa forma, a Educação Ambiental (EA) faz-se indispensável para as mudanças necessárias em relação aos problemas ambientais e sociais na busca no desenvolvimento sustentável, uma vez que a resolução desses problemas, segundo Pelicioni e Philippi Jr (2014), requer amadurecimento da espécie humana, ruptura das hipocrisias sociais, construção de novos desejos, de novos horizontes, de novos valores e de novos estilos de pensamentos e de sentimentos.

Ao desenvolver seus programas de EA, as organizações enfrentam alguns desafios. De acordo com Jacob (2003 apud CONSTANTIVO, 2013), existe um desafio essencial a ser enfrentado, e este está centrado na possibilidade de que os sistemas de informações e as instituições sociais se tornem facilitadores de um processo que reforce os argumentos para construção de uma sociedade sustentável. Para tanto é preciso que se criem todas as condições para facilitar o processo, suprindo dados, desenvolvendo e disseminando indicadores e tornando transparentes os procedimentos por meio de práticas centradas na educação ambiental que garantam os meios de criar novos estilos de vida e promovam uma consciência ética que questione a forma na qual de consumo atual da sociedade, em que os limites dos recursos naturais não são contabilizados.

A educação ambiental tem um papel fundamental no atingimento dos objetivos da OMT. Dessa forma, pode-se afirmar que a educação ambiental deve ser permanente, tendo em vista que a revisão de valores, hábitos, costumes e comportamento não ocorre de um momento para o outro. Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) estabelece como componentes fundamentais para a educação a busca na construção de valores, conhecimentos e habilidades para preservação do meio ambiente, a fim de garantir a qualidade de vida e a sustentabilidade. A mesma lei traz como definição de educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

Para o enfrentamento desses desafios e demandas na perspectiva de uma ética ambiental, deve-se considerar a complexidade e a integração de saberes. Tais preocupações éticas criam condições de legitimação e reconhecimento da educação ambiental para além de seu universo específico; ela se propõe a atender aos vários sujeitos que compõem os meios sociais, culturais, raciais e econômicos que se preocupem com a sustentabilidade socioambiental. Devido às suas características multidimensionais e interdisciplinares, a educação ambiental se aproxima e interage com outras dimensões da educação contemporânea, tais como a educação para os direitos humanos, para a paz, para a saúde, para o desenvolvimento e para a cidadania. Mas sua especificidade está no respeito à diversidade, aos processos vitais – com seus limites de regeneração e capacidade de suporte – eleitos como balizadores das decisões sociais e reorientadores dos estilos de vida individuais e coletivos (BRASIL, 2007a).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apresentam o meio ambiente como um tema transversal, trazendo a discussão a respeito da relação entre os problemas ambientais e os fatores econômicos, políticos, sociais e históricos, que causam conflitos ambientais. Estes nos conduzem à reflexão e discussão sobre as responsabilidades humanas (individuais e coletivas) voltadas ao bem-estar social, à qualidade de vida, à sustentabilidade, na perspectiva de minimizar ou reverter a crise socioambiental planetária. Essa discussão demanda a fundamentação teórica em diferentes campos do conhecimento, tanto das ciências naturais quanto das ciências humanas e sociais para a compreensão da complexidade das interações ser humano, sociedade, natureza, contribuindo para a construção de seus conceitos (BRASIL, MEC, 1997).

Conforme as orientações dos PCN tema transversal Meio Ambiente e Saúde e também dos PCN em ação, Meio Ambiente na Escola (BRASIL, MEC, 2001), é necessário que a concepção de ambiente seja abordada em sua totalidade, considerando a interdependência sistêmica entre o meio natural e o construído (urbano), o socioeconômico e o cultural, o físico e o espiritual, sob o enfoque da sustentabilidade. Da mesma forma, uma abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.

Quando falamos em educação, não se pode deixar de levar em conta outros problemas socioambientais decorrentes da complexa trama política construída em torno do desenvolvimento não sustentável e seus impactos na qualidade de vida e no ambiente do qual somos parte. Como decorrência do desenvolvimento não sustentável temos a pobreza, o risco de nascer, a desigualdade social, o modelo de desenvolvimento, a concentração de riqueza, a dívida externa a globalização e tantos outros. Segundo Braga e Pessoa (2010), esta possui

grandes possibilidades como agente para sensibilizar a população às questões do ambiente, mobilizar e estimular a participação coletiva na construção de ambientes saudáveis e socialmente justos. Por esse motivo, ela constitui-se como mediadora na edificação da melhoria da qualidade de vida de uma sociedade e, assim considerada, torna-se uma proposta essencialmente política

Dessa forma é possível dizer que a Educação Ambiental não pode ser reduzida a uma simples visão ecológica, naturalista ou conservadora, porque a solução dos problemas socioambientais listados acima encontra-se no campo político e social, na geração de oportunidades, na participação ativa dos cidadãos.

Segundo Figurelli e Porto (2008), o horizonte de aplicação da Educação Ambiental é imenso, podendo ela atuar tanto em instituições formais como não formais de ensino. Em ambos os casos visa a um envolvimento total e verdadeiro de seus participantes, sejam eles educandos ou educadores, buscando uma interação e uma complementaridade entre eles durante o processo de aprendizagem.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a Educação Ambiental tem por objetivo despertar uma visão crítica na sociedade, sobre a atual forma de desenvolvimento, fazendo com que enxerguem, contestem, e, o mais importante, modifiquem sua realidade.

Destaca-se, ainda, que existe uma relação entre a EA e o turismo, uma vez que ambos permeiam por diversas áreas do conhecimento. O turismo por ter em seu cerne a ocupação de espaços, utilização de recursos naturais, a perpetuação de uma determinada cultura, tendo dessa forma, a responsabilidade de inserir a EA em todos os atores.

Pensando em sustentabilidade no turismo, torna-se essencial inserir ações e práticas socioambientais de forma permanente, trazendo para a discussão as questões ambientais, a responsabilidade de todos frente à preservação, à qualidade de vida e ao bem viver das comunidades, bem como à preservação de hábitos e valores.

4.4 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

O desenvolvimento sustentável é hoje um tema de extrema relevância para o turismo e os demais setores da economia. Averiguar se estamos no caminho da sustentabilidade é de suma importância para o desenvolvimento sustentável. Uma forma de mensurar se estamos no caminho correto é por meio de indicadores que consigam de fato questionar o quão sustentável é o nosso dia a dia, os empreendimentos, roteiro e/ou cidade.

Sendo assim, o IBGE (2017) afirma que indicadores são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas por meio de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem (IBGE, 2019). Vignati (2012) garante que indicadores são elementos que apoiam a supervisão e o controle do desenvolvimento do destino turístico, no macro de um plano ou de uma estratégia turística previamente definida. Estes podem ser desenhados para distintas finalidades, sejam quantitativos ou qualitativos. Em todos os casos, correspondem a um instrumento básico para a gestão do turismo sustentável.

Vignati (2012) destaca ainda que o sistema de indicadores tem um papel essencial no desafio de tornar operativo o paradigma da sustentabilidade. Eles reforçam os eixos básicos do desenvolvimento sustentável, como a gestão estratégica, a perspectiva integral do território e a profissionalização dos gestores.

Indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável. Devem ser vistos como um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável e não como um fim em si mesmos. Valem mais pelo que apontam do que pelo seu valor absoluto e são mais úteis quando analisados em seu conjunto do que o exame individual de cada indicador (IBGE, 2017).

Segundo Vignati (2012), os indicadores mais utilizados em projetos de turismo sustentável são: capacidade de carga social, ambiental, das estruturas, do turista e a satisfação da população, entre outros. Para o IBGE (2017), os indicadores podem ser divididos em quatro dimensões, sendo elas: dimensão ambiental, social, econômica e institucional.

Para Meadows (1998), os indicadores são parte de um sistema de informação sobre o desenvolvimento sustentável; sistema esse que deve coletar e gerenciar informações e fornecê-las para a avaliação. Ainda considera que para informar sobre a sustentabilidade de um sistema, não se necessita apenas de indicadores, mas de sistemas de informações coerentes e adequados, dos quais os indicadores podem ser derivados. Dessa forma, a autora sugere algumas características que os indicadores devem possuir:

> Claros nos valores: não são desejáveis incertezas nas direções que são consideradas corretas ou incorretas;
> Claros em seu conteúdo: devem ser compreensíveis; com unidades que façam sentido;
> Suficientemente elaborados para impulsionar a ação política;
> Relevantes politicamente, para todos os atores sociais, mesmo para aqueles menos poderosos;
> Mensuráveis dentro de um custo razoável (factível);
> Suficientes, isto é, deve haver um meio termo entre o excesso de informação e a insuficiência desta, para que se forneça um quadro adequado da situação;
> Situados dentro de uma escala apropriada, evitando-se a superou subagregação;

> Democráticos: as pessoas devem ter acesso à seleção e às informações resultantes da aplicação da ferramenta;
> Suplementares: devem incluir elementos que as pessoas não possam medir por si próprias;
> Hierárquicos: para que o usuário possa descer na pirâmide de informação se desejar, mas, ao mesmo tempo, transmitir a mensagem principal rapidamente;
> Físicos: uma vez que a sustentabilidade está ligada, em grande parte, a problemas de ordem física (água, poluentes, florestas);
> Fornecedores de informações que conduzam à ação;
> Provocativos: levando à discussão, ao aprendizado e à mudança (MEADOWS, 1998, pag 17).

Segundo Hanai (2009), O SISDtur (Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo) é um instrumento metodológico prático, útil e exequível que tem a finalidade de auxiliar o processo de monitoramento e a gestão sustentável da atividade turística, compreendendo o conjunto de descritores, indicadores, parâmetros, procedimentos técnicos, diretrizes e orientações para identificação e obtenção de informações e dados sobre o turismo. O sistema divide os indicadores em seis dimensões: ambiental, cultural, social, econômica, turística e institucional. Esse sistema foi utilizado por Silva e Cândido (2016) para identificar e analisar o nível de sustentabilidade da atividade turística no município de Areia – PB. Dessa forma, optou-se por utilizá-los para mensurar o desenvolvimento sustentável do Roteiro Caminhos de Pedra, em Bento Gonçalves - RS.

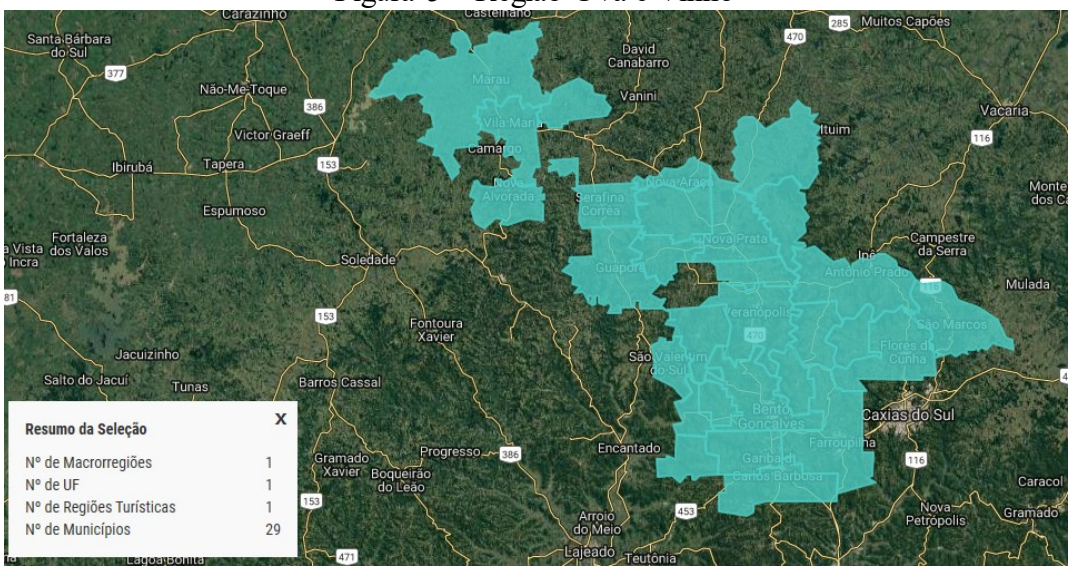
4.5 REGIÃO UVA E VINHO E O ROTEIRO CAMINHOS DE PEDRA

O roteiro Caminhos de Pedra está localizado no Distrito de São Pedro, no município de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, região turística Uva e Vinho, e trata-se de um dos maiores projetos de desenvolvimento material existentes no Estado do Rio Grande do Sul. Possuiu 12km de extensão, acompanhado por um vale, onde o rio constituiu o eixo principal do roteiro. Em 2009 foi declarado patrimônio histórico e cultural do RS pela Lei Estadual 13.177/09. Por concentrar o maior acervo arquitetônico da imigração italiana em meio rural do país e pela preocupação com a preservação do patrimônio histórico material e imaterial, rendeu aos Caminhos de Pedra o qualificativo de “museu vivo” (BENTO GONÇALVES, 2019; CAMINHOS DE PEDRA, 2019).

A região turística Uva e Vinho está localizada no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, uma das regiões economicamente mais desenvolvidas. O turismo na região se baseia nos negócios, eventos, atrativos histórico-culturais, rurais, de natureza, religiosos, de enoturismo e de ecoturismo.

O município estudado neste projeto está localizado na Região Uva e Vinho, na Serra Gaúcha, sendo composta por 29 municípios, quais sejam: André da Roxa, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Coronel Pilar, Cotiporã, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Marau, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata , Nova Roma do Sul, Protásio Alves, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, São Marcos, São Valentim do Sul, Serafina Corrêa, Veranópolis, Vila Flores, Vila Maria, Vista Alegre do Prata (Brasil, 2019). A figura 5 apresenta a regionalização Turística na Região Uva e Vinho.

Figura 5 – Região Uva e Vinho



Fonte: BRASIL (2019).

O presente projeto de pesquisa estudará o roteiro turístico dos Caminhos de Pedra, no Distrito de São Pedro, no município de Bento Gonçalves. Vale ressaltar que a cidade recebeu, em 2018, 1.501.353 turistas e visitantes (BENTO GONÇALVES, 2019).

No município de Bento Gonçalves, o projeto cultural Caminhos de Pedra tem como base o resgate, a preservação e a dinamização da cultura que os imigrantes italianos legaram à Serra Gaúcha a partir de 1875. O Roteiro passou a ser concebido quando da realização de um levantamento do acervo arquitetônico de todo o interior do município de Bento Gonçalves, ocorrido no ano de 1987. Constatou-se então que possuía o maior acervo de casas antigas, conservava sua cultura e história, tinha acesso fácil e, consequentemente, um grande potencial turístico, apesar da decadência e do abandono pelos quais vinha passando desde a década de 1970 com a mudança de traçado da rodovia que ligava Porto Alegre ao norte do estado.

O Roteiro Caminhos de Pedra foi idealizado pelo engenheiro Tarcísio Vasco Michelon e pelo arquiteto Júlio Posenato, visando resgatar, preservar e dinamizar a cultura que os

imigrantes italianos trouxeram para a Serra Gaúcha a partir de 1875. O roteiro turístico passou a ser concebido quando da realização de um levantamento do acervo arquitetônico de todo o interior do município de Bento Gonçalves, ocorrido no ano de 1987. Constatou-se, então, que a Linha Palmeiro 5 e parte da Linha Pedro Salgado, áreas abrangidas basicamente pelo Distrito de São Pedro, composto por sete comunidades (São Pedro, São Miguel, Barracão, São José da Busa, Cruzeiro, Santo Antônio e Santo Antoninho).Esse precioso acervo material, parcialmente abandonado e esquecido, exigia uma ação rápida para não ter o mesmo destino de muitas casas de pedra, madeira e alvenaria que acabaram ruindo, ou sendo demolidas (CAMINHOS DE PEDRA, 2019).

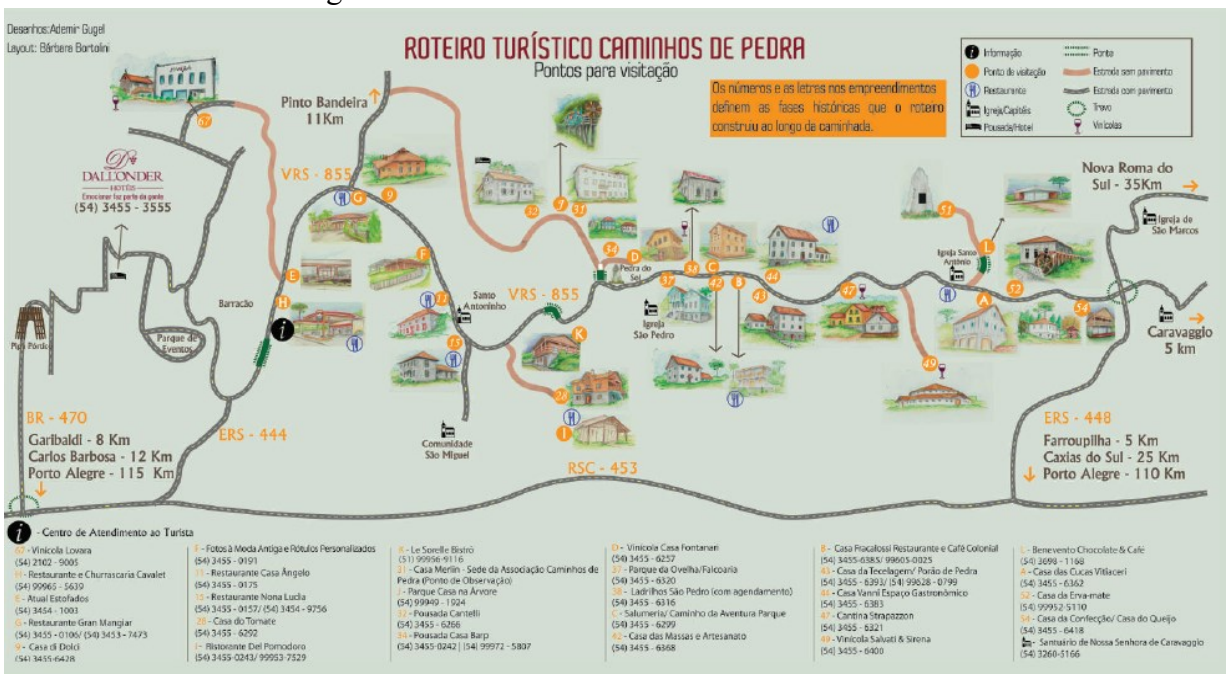
O primeiro grupo de turistas foi recebido em 1992, e em 1997 foi fundada a Associação Caminhos de Pedra, congregando empreendedores e simpatizantes. Montou-se então um projeto abrangente que contemplava o resgate de todo o patrimônio cultural, não só o arquitetônico, envolvendo língua, folclore, arte, habilidades manuais etc (CAMINHOS DE PEDRA, 2019). No ano de 1998, o Projeto Cultural Caminhos de Pedra passou a contar com a Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (Lei 10.846/96), passando a captar recursos de empresas locais. Nos anos de 2002 e 2006, foram realizados os seminários de planejamento do Roteiro, com enfoque participativo, nos quais participaram a diretoria da Associação, associados e colaboradores (MICHELIN, 2008).

Por meio do Projeto Cultural Caminhos de Pedra, os moradores do Distrito de São Pedro foram incentivados a reconstruir sua identidade, valorizando alguns traços de suas tradições que estavam se perdendo, com objetivo de compartilhá-los com os visitantes. As casas ainda mantêm algumas características das construídas pelos imigrantes italianos. Na sua grande maioria, são casas de pedra ou então com o porão de pedra e o restante da casa em madeira, característica típica das construções dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Antes da implementação do projeto, algumas casas estavam se degradando e ficando descaracterizadas. Algumas haviam sido rebocadas, pois ter uma casa de pedra era sinônimo de vergonha e de estar parado no tempo, segundo os moradores. Por meio de recursos recebidos pelo projeto, o reboco foi retirado e as casas restauradas, retomando assim as suas características básicas originais para serem abertas à visitação (MICHELIN, 2008).

Atualmente a Associação Caminhos de Pedra conta com cerca de 70 associados, dentre eles, empreendimentos e moradores. O projeto prevê a instalação de 86 empreendimentos, sendo considerado pioneiro no Brasil em termos de turismo rural e cultural, recebe visitação

média anual de 100.000 turistas. O roteiro está em expansão e possui mais de 28 pontos de visitação, conforme demostra a figura 6 (CAMINHOS DE PEDRA, 2019).

Figura 6 – Roteiro Turístico Caminhos de Pedra



Fonte: Caminhos de Pedra (2019).

Segundo Paiva (2015), o patrimônio da imigração é composto por um amplo espectro de manifestações culturais das quais fazem parte os museus, as paisagens culturais, as festas e as expressões linguísticas, além de uma variedade de elementos relacionados à materialidade e intangibilidade da cultura. O patrimônio da imigração possui também interfaces com o patrimônio cultural, o turismo e ações empreendidas pelo poder público e privado para sua preservação e divulgação.

Para Fávero (2006), o roteiro é considerado pioneiro em turismo rural e cultural, uma vez que:

> [...] despertou novas possibilidades de aproveitamento do patrimônio histórico – arquitetônico, valorizando a cultura regional expressada pela culinária, pelo linguajar (o dialeto vêneto, conhecido como talian), estilo de vida, pelos usos e costumes, típicos dessa região, formada principalmente por imigrantes italianos e seus descendentes (FÁVERO, 2006, p. 75).

De acordo com Souza *et al.* (2011), os elementos mais positivos destacados no roteiro englobam a satisfação gerada pelo contato com os visitantes, sendo que o turismo rural provocou a elevação da autoestima dos empreendedores e de suas famílias, ou seja, eles

próprios passaram a valorizar mais o local onde vivem. Além disso o turismo na região gera aumento da renda familiar e valorização da produção local.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente tópico descreve os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa, com enfoque participativo, envolvendo alguns atores sociais do município de Bento Gonçalves, no roteiro Caminhos de Pedra.

Na presente pesquisa, adotou-se uma abordagem mista do problema: qualitativa, exploratória e descritiva. Quanto à natureza, a pesquisa é denominada de pesquisa participante ou pesquisa-ação, uma vez que possuiu um envolvimento legítimo entre o pesquisador e o objeto pesquisado. Segundo Gil (2011), os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, uma vez que visou buscar um maior entendimento e conhecimento do tema escolhido, descrevendo a sustentabilidade no turismo, bem como a identificação do perfil da população local, turistas e empreendedores, e a percepção dos moradores e dos turistas sobre a região Uva e Vinho e o Roteiro Caminhos de Pedras.

Um dos atores propostos a participar da pesquisa foi a gestão pública, sendo que esta não disponibilizou as informações solicitadas, por afirmar que não possui dados de monitoramentos das questões postas.

O presente estudo justifica-se, uma vez que o roteiro possuiu uma enorme riqueza cultural, e a partir daquilo que era realizado por meio da manualidade e do artesanato, enquanto aptidões tecnológicas, além do patrimônio ambiental.

5.1 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Do ponto de vista das técnicas e dos procedimentos para a coleta de dados, realizou-se pesquisa bibliográfica e a observação direta intensiva, por meio de entrevista, com aplicação de questionário junto aos atores (empreendedores, poder público, população local, turistas e visitantes) que lidam direta e indiretamente com as atividades turísticas, além da observação participante durante o período de coleta de dados.

Inicialmente foi realizada a coleta de dados por meio de análise documental de fontes primárias e secundárias: documentos, livros, artigos científicos, revistas, dissertações e teses, a fim de fornecer informações sobre sustentabilidade, turismo, ecossocioeconomia, indicadores, educação ambiental, além da relação do desenvolvimento sustentável com o turismo.

Para realização das entrevistas com os empreendedores, adaptou-se a metodologia do SISDTur, proposta por Hanai (2009), a fim de avaliar a sustentabilidade das atividades turísticas. Os questionários tiveram questões abertas e fechadas, como o objetivo de obter uma análise abrangente do objeto de estudo. Os questionários encontram-se no Apêndice A. O SISDTur compreende dois conjuntos de indicadores: indicadores de sustentabilidade em empreendimentos turísticos e espaços de visitação; e indicadores de sustentabilidade da gestão turística municipal, com descritores, indicadores, parâmetros, procedimentos técnicos, diretrizes e orientações para a identificação e obtenção de informações e dados sobre o turismo, distribuídos nas seis dimensões de sustentabilidade: ambiental, social, cultural, econômica, turística e institucional.

Além das seis dimensões, realizaram-se perguntas a fim de entender a visão dos empreendedores frente à governança do roteiro, à escola, à visão sobre o conhecimento da população sobre turismo e ao perfil sociocultural.

Para aplicação com os empreendedores, foi solicitado o auxílio da Associação dos Caminhos de Pedra, sendo ela responsável pelo agendamento. Entrevistaram-se 22 dos 28 empreendedores do roteiro. Realizaram-se as entrevistas com os proprietários, apenas um empreendedor foi uma pessoa designada por ele para responder.

Além disso, utilizou-se o adaptou-se o questionário proposto por Hanai (2019) para as entrevistas com a população local, turistas e visitantes.

Realizaram-se as entrevistas com a população local nas residências, a fim de torná-la mais leve e informal. Entrevistou-se um total de 37 residentes.

Aplicou-se para a coleta de dados da população local, turistas e visitantes a técnica de amostragem não probabilística, ou seja, a técnica de amostragem selecionada para a realização do estudo foi a não probabilística acidental, uma vez que os participantes foram selecionados por um critério de conveniência.

Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente, em formulários de papel e posteriormente transferidas para planilha eletrônica a fim de auxiliar na compilação dos dados.

A partir dos dados obtidos no campo, foi realizada a análise das informações e sua efetividade para o setor, por meio de dados qualitativos.

Os dados foram compilados por meio da técnica de triangulação (GIL, 2010) com o objetivo de abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do fato estudado.

Para as perguntas abertas, utilizou-se a metodologia de análise de *cluster*, agrupou-se as palavras similares mantendo as características originais do conjunto de dados, por meio da ferramenta *wordclouds*.

Concluída a etapa de compilação dos dados, foi desenvolvido um Programa de Educação para Sustentabilidade tendo os diversos atores uma forma de desenvolver sensibilização socioambiental. Além, disso, busca-se avaliar se os dados levantados atendem os objetivos do desenvolvimento sustentável.

6 RESULTADOS

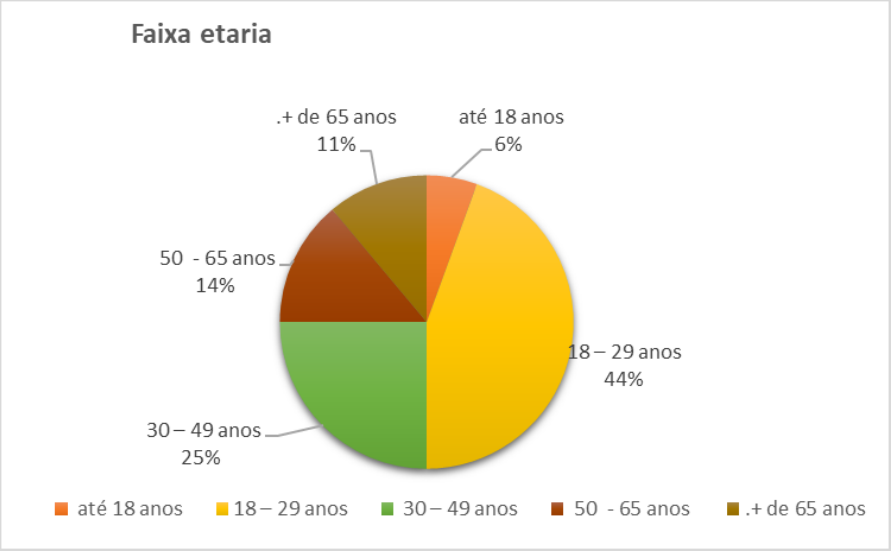
6.1 POPULAÇÃO LOCAL

A coleta de dados sobre a população local foi de suma importância para diagnosticar o perfil socioeconômico, a percepção e conhecimento sobre turismo, o conhecimento sobre turismo sustentável, participação em palestras, treinamentos e reunião, dentre outras.

A pesquisa com a população local identificou sua percepção sobre o roteiro Caminhos de Pedra e o turismo. Foram entrevistados 36 moradores.

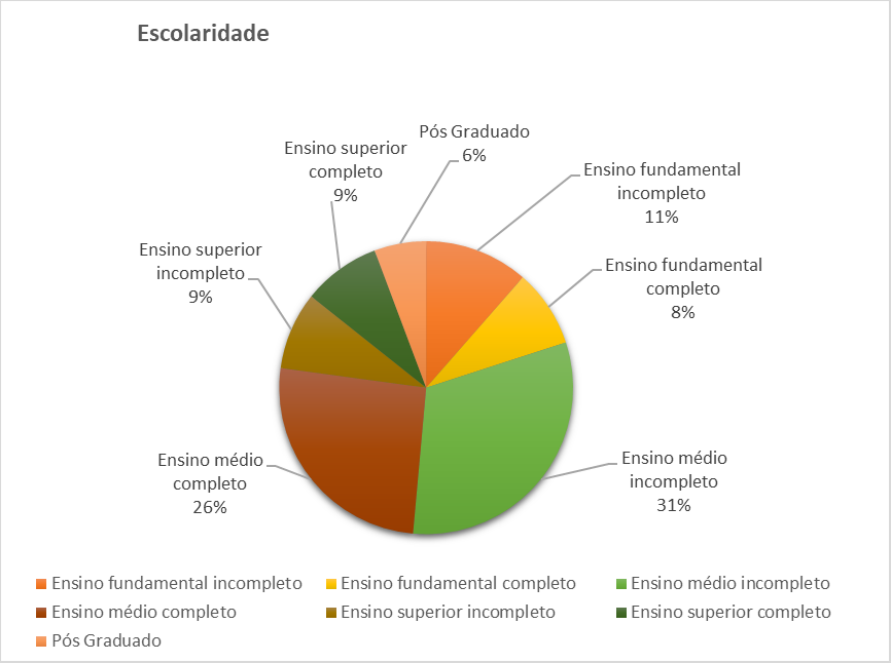
Observa-se pelas figuras 7 a 11 o perfil socioeconômico da população local, que deve ser analisado pelos empreendedores locais. Conforme pode-se observar na figura 7, a população local entrevistada é jovem, sendo que 44% possuem de 18 a 29 anos, 25% possuem entre 30 a 49 anos, 25% mais de 50 anos. Mesmo sendo uma população jovem, a figura 8 demonstra que 77 % da população não possui formação superior.

Figura 7 – Faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

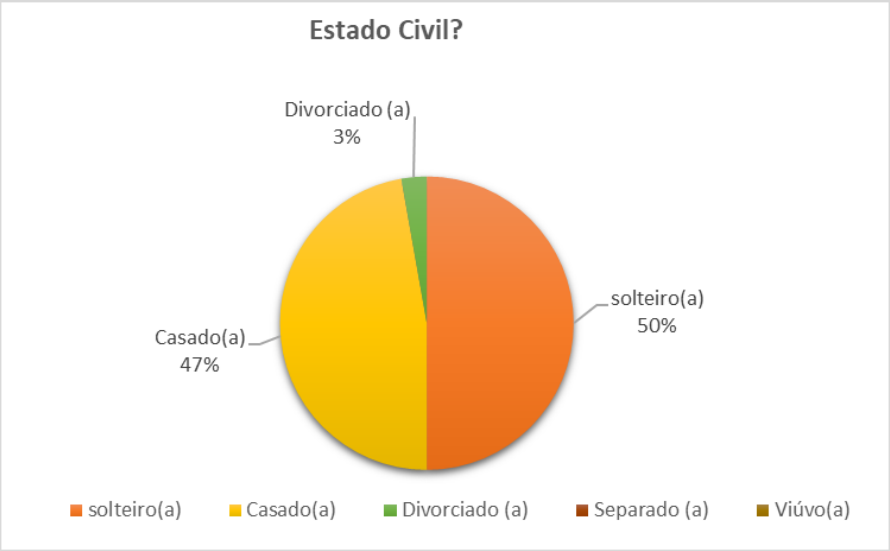
Figura 8 – Escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Na pesquisa observou-se que 61% (19 entrevistados) não possuem filhos e 50% são solteiros (figura 10). Observou-se ainda que 72% (26) dos entrevistados são do sexo feminino.

Figura 9 – Estado Civil



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

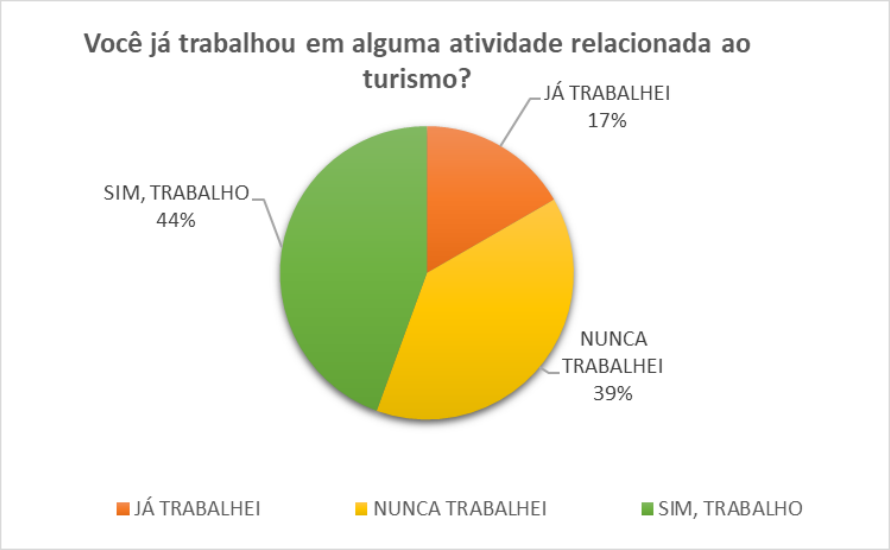
Perguntado aos moradores se consideram a região bonita, 100% responderam que sim, e pontuaram o que consideram mais atraente: paisagens (19), casa/arquitetura (17), cultura (15), vegetação/natureza (14), gastronomia (7), clima (4), história (3).

Os moradores acreditam que os turistas visitam o roteiro devido à cultura (16), à gastronomia (8), ao clima (6), à preservação da casas/arquitetura (6), à natureza e ao clima (6), à história (5).

Demandado à população local se gosta do desenvolvimento do turismo, 100% responderam que gosta e relataram que os motivos pelos quais gostam são: emprego/renda (19), economia/crescimento econômico (15), valorização da cultura (6), desenvolvimento (3).

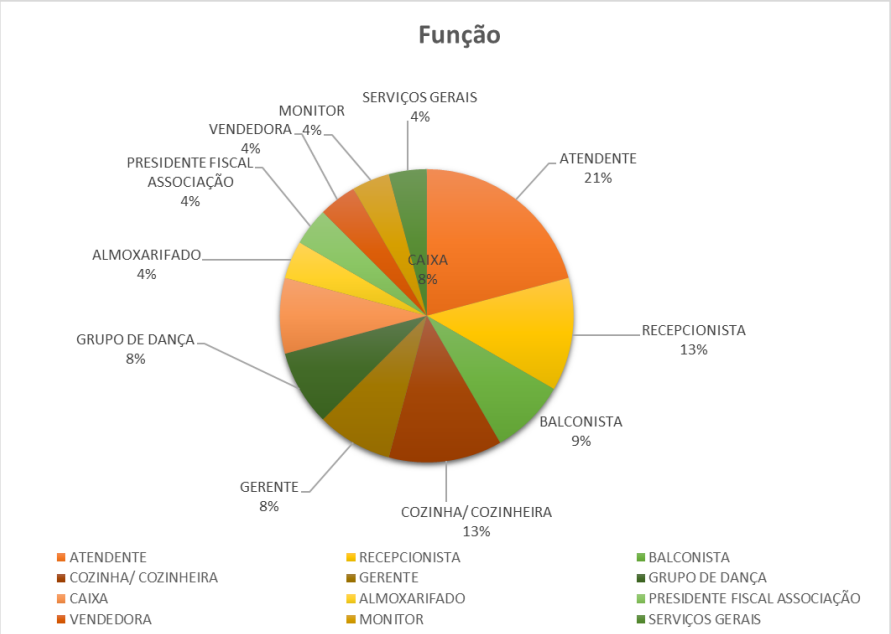
Do total da população entrevistada, 44% já trabalharam com turismo, 39% nunca trabalharam com turismo e 17% já trabalharam e hoje desenvolvem outra atividade, conforme observado na figura 10. Os 44% que trabalham e os 17% que já trabalharam desenvolveram as funções observadas na figura 18, ou seja, 21% como atendente, 13% recepcionista, 13% cozinha, 9% balconista, dentre outras.

Figura 10 – Trabalhou em alguma atividade relacionada ao turismo



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

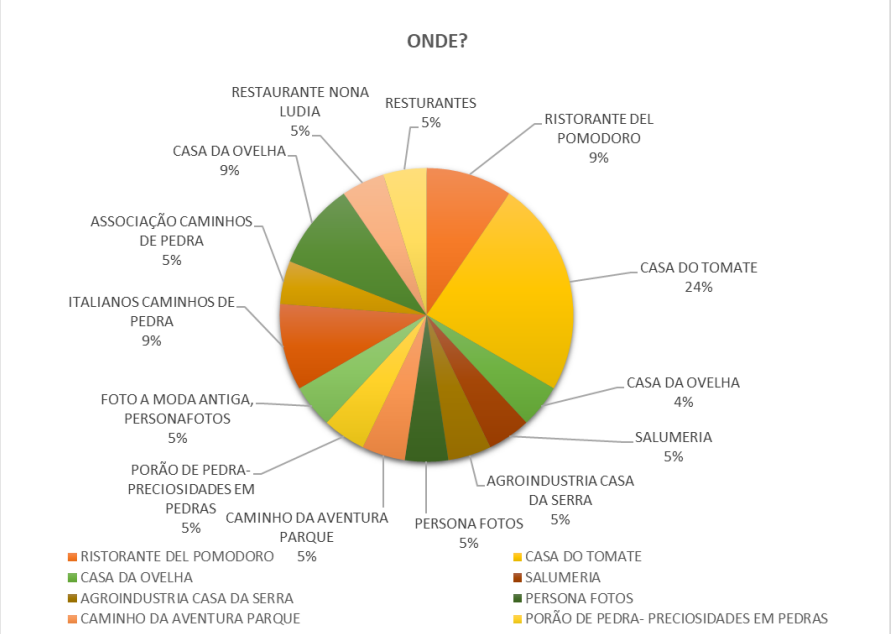
Figura 11 – Função que desenvolveu no turismo



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A figura 12 apresenta os empreendimentos onde trabalham ou trabalharam, sendo 24% na Casa do Tomate, 9% no Restaurante Pomodoro, 9% na Casa da Ovelha.

Figura 12 – Onde



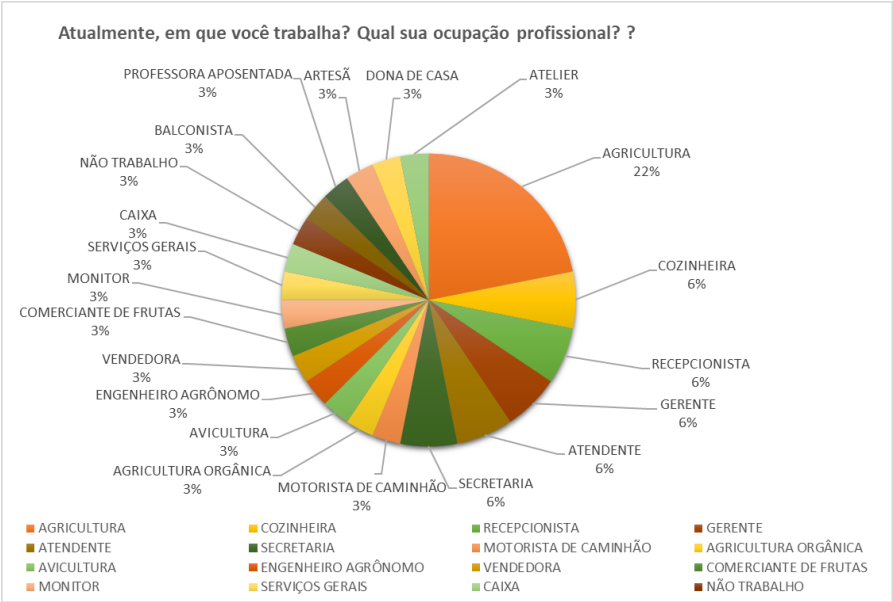
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Foi perguntado também se a população local teria interesse em trabalhar com turismo no roteiro e/ou na cidade, sendo que 61% (19) dos entrevistados não demostraram interesse.

A pesquisa identificou ainda por que motivo ele tem interesse em trabalhar com o turismo, sendo registradas as seguintes respostas: por proporcionar novas experiências, fonte rentável, o contato com várias pessoas, atendimento ao público, troca de culturas, oportunidade de crescimento.

A pesquisa demostrou que a maior parte dos entrevistados trabalha (figura 13) com a agricultura, representando 22% (7) dos entrevistados, 6% (2) cozinheira, 6% (2) recepcionista, 6% (2) gerente, 6% (2) atendente e 6% (2) secretária.

Figura 13 – Trabalho atual



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Identificou-se ainda que 85% (28) da população local informaram que se sentem valorizadas devido às visitas dos turistas.

Foram feitas algumas perguntas para verificar o grau de entendimento da população local sobre o turismo. Ao perguntar quais atividades econômicas, sociais e culturais que estão ligadas ao turismo, 36% (13) não souberam responder. Os que responderam relataram que são atividades relacionadas à hotelaria (11), aos restaurantes (11) e aos eventos culturais (6), conforme pode ser observado na figura 14.

Figura 14 – Quais atividades econômicas, sociais e culturais você acha que estão ligadas ao turismo?

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ao serem preguntados se o turismo melhora o desenvolvimento da cidade e região, 97% acreditam que melhora, e 94% relataram que esse desenvolvimento está bom, e apenas 6% dos entrevistados não têm conhecimento sobre o assunto.

Em relação aos benefícios trazidos pelo turismo (figura 15), a população local elencou a economia/crescimento econômico (15) como os principais benefícios, seguido de emprego (9), infraestrutura (4), rentabilidade (3).

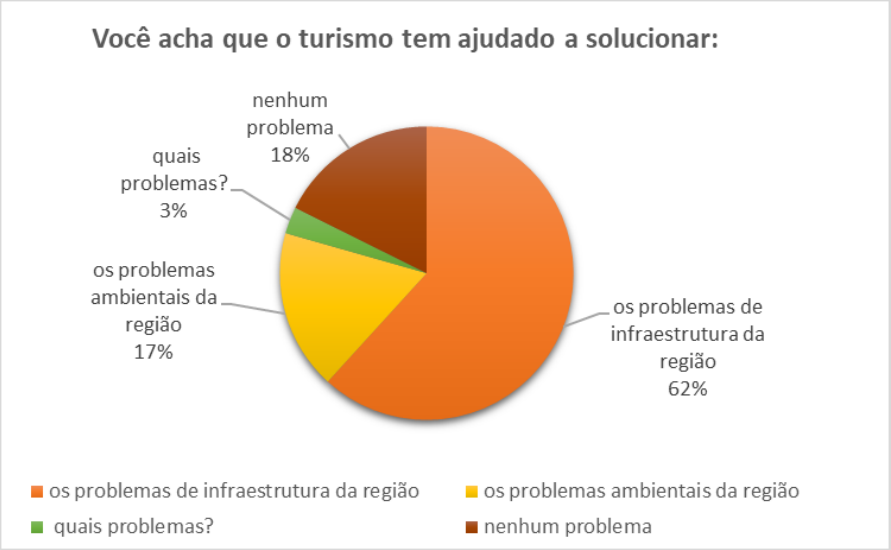
Relataram ainda as melhorias com desenvolvimento do turismo (Figura 16), sendo elas: emprego (9), infraestrutura (7), economia (6), preservação ambiental/cultural (4).

Figuras 15 e 16 – Benefícios trazidos pelo turismo e melhorias geradas com o desenvolvimento do turismo

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ao serem questionados sobre que problemas o turismo tem auxiliado a solucionar, 62% responderam problemas de infraestrutura, 17% ambientais, 18% nenhum problema, e 3% relataram que auxiliou na preservação das casas históricas (figura 17). Dentro do grupo que relatou nenhum problema, foi explanado que eles só se agravaram, uma vez que ficou mais complicado exercer as atividades rotineiras.

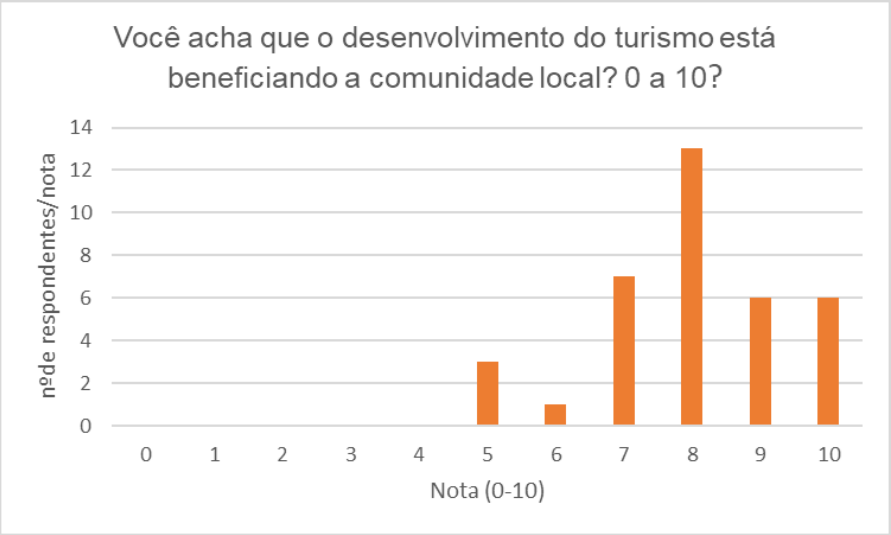
Figura 17 – Turismo tem auxiliado a solucionar



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Perguntados se estão sendo beneficiados com o desenvolvimento do turismo, 76% responderam que sim, e 24% que não se sentem beneficiados. Solicitado ainda quanto é esse benefício para a comunidade local, a média ficou em 8 (figura 18).

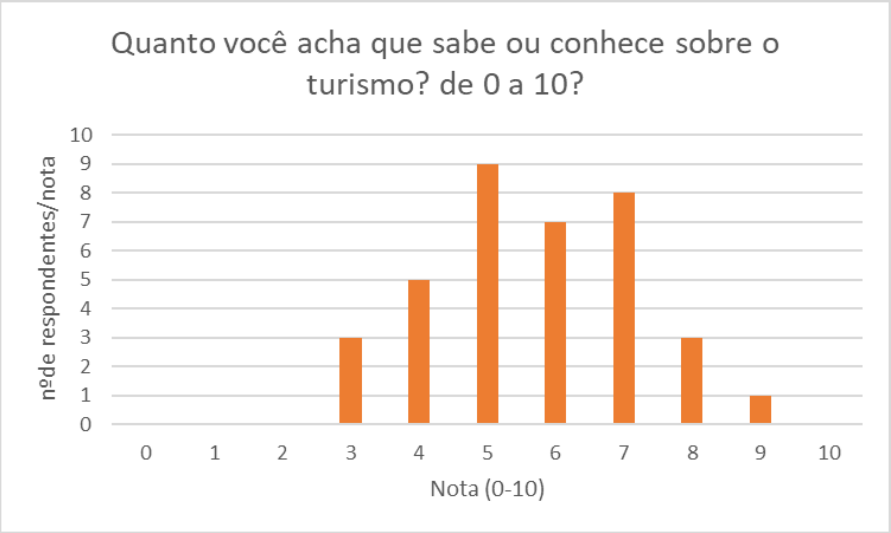
Figura 18 – Quanto o turismo está beneficiando a comunidade local



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A população local avaliou-se em relação ao conhecimento sobre o turismo (figura 19), sendo que a média ficou em 5,64, ou seja, eles se consideram pouco informados sobre o tema. No entanto, 60% (21) demostraram interesse em participar de capacitações voltadas para o setor. Ao serem questionados sobre o interesse em participar de decisões sobre o turismo, 60% (21) relataram que não têm interesse.

Figura 19 – Conhecimento da população local sobre o turismo



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Com o intuito de saber qual o grau de conhecimento sobre o turismo sustentável, foi perguntado se conhecem, sendo que 50% afirmaram que sim, e quando perguntados sobre o que entendem por turismo sustentável muitos não sabiam definir e alguns relacionaram somente com as questões ambientais, tais como: preservação da natureza, redução de impactos ambientais, reaproveitamento, geração de impactos positivos durante a visitação. Apenas dois entrevistados relataram as questões sociais, culturais e econômicas.

Ao serem questionados se o desenvolvimento do turismo danifica a natureza, 76% relataram que sim, por meio da geração de resíduos “lixo” (16), poluição (7) e esgoto (2), dentre outros (figura 20).

Figura 20 – Como o desenvolvimento do turismo danifica natureza

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Identificou-se que 70% da população local acreditam que o turismo traz impacto negativo para cidade, e ao serem questionados sobre quais os impactos, os principais itens citados foram: resíduos (“lixo”) (12), trânsito (3) e poluição (3), entre outros (figura 21). Porém 66% da população local narraram que estão dispostos a conviver com os problemas causados pelo turismo.

Figura 21 – Quais impactos negativos trazidos pelos turistas

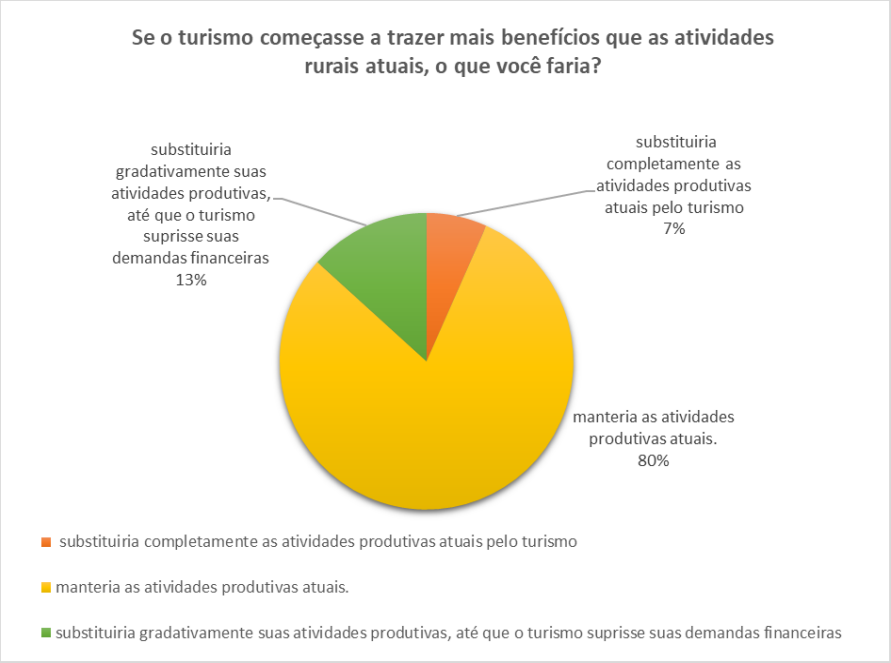
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Perguntou-se, ainda, sobre a observação da preservação do patrimônio cultural e ambiental, sendo que a 94% população local relataram que costumam observar a preservação do roteiro, e 91% acreditam que o roteiro preservou seu patrimônio cultural e ambiental.

Levantou-se ainda com a comunidade a questão da escola local, uma vez que entende-se que ela possa ser um elo para fomentar a capacitação futura para o roteiro, 66% dos entrevistados relataram que ela contribui para a preservação da cultura local e o fortalecimento da comunidade, enquanto o restante considera que se os alunos fossem para outra escola iriam manter a cultura da mesma forma.

Atualmente a população local vive da agricultura, dessa forma, questionou-se se estariam dispostos a reduzir suas atividades atuais e investir no setor do turismo, sendo que 71% não estão dispostos a largar suas atividades atuais, mesmo que o turismo gerasse mais renda que essas atividades (figura 22). Entre os produtores, 88% não vendem produtos para os empreendedores locais.

Figura 22 – Se o turismo começasse a trazer mais benefícios que as atividades rurais atuais, o que você faria?

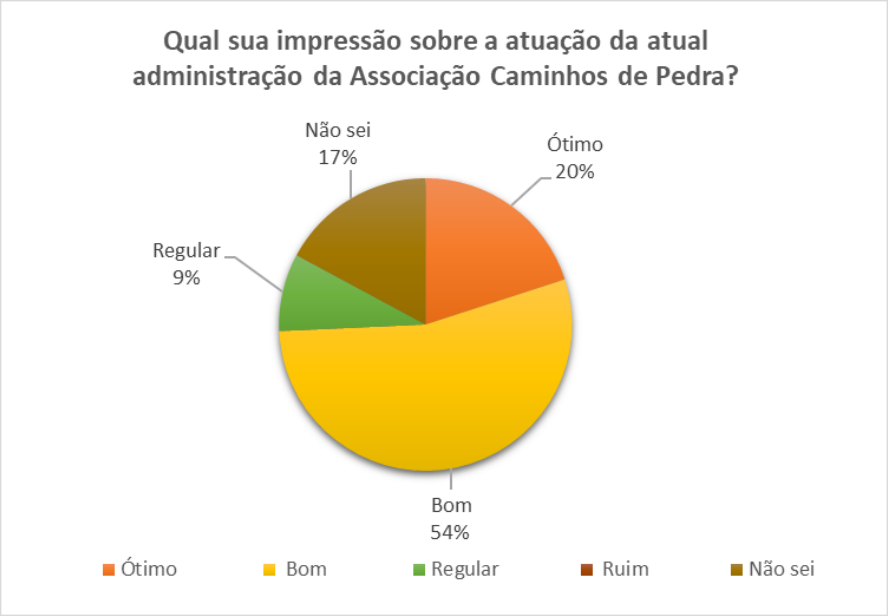


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Diagnosticou-se ainda a percepção da população local em relação à atual gestão da Associação dos Caminhos de Pedra, sendo que 54% consideram que está bom, e 20% ótimo (figura 23). Diversos moradores relataram que se não existisse a Associação, o roteiro não

estaria funcionando de maneira tão eficiente. Perguntou-se ainda se o turismo alterava os hábitos e costumes, sendo que 72% acreditam que altera.

Figura 23 – Percepção da gestão atual



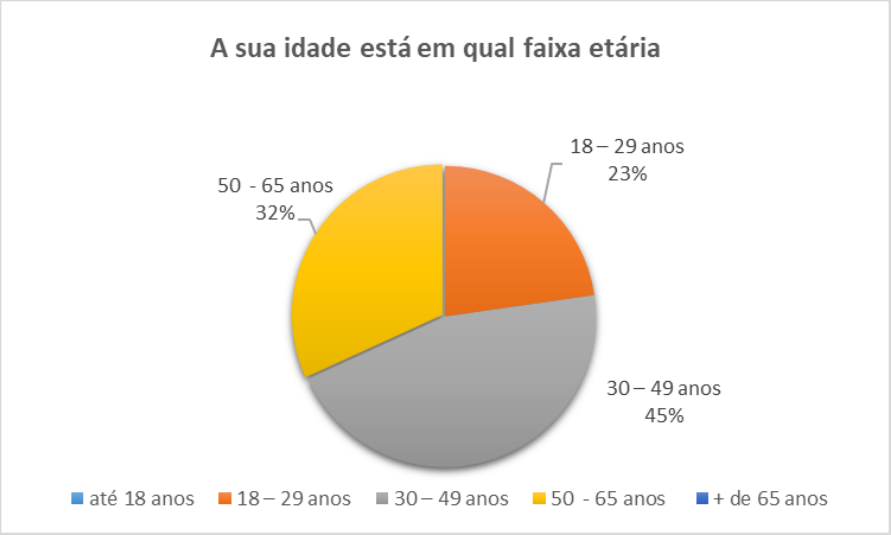
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

6.2 TURISTAS E VISITANTES

As pesquisas com os turistas foram realizadas em três empreendimentos do roteiro, onde foram entrevistados 23 turistas, nos finais de semana, feriado e durante a semana.

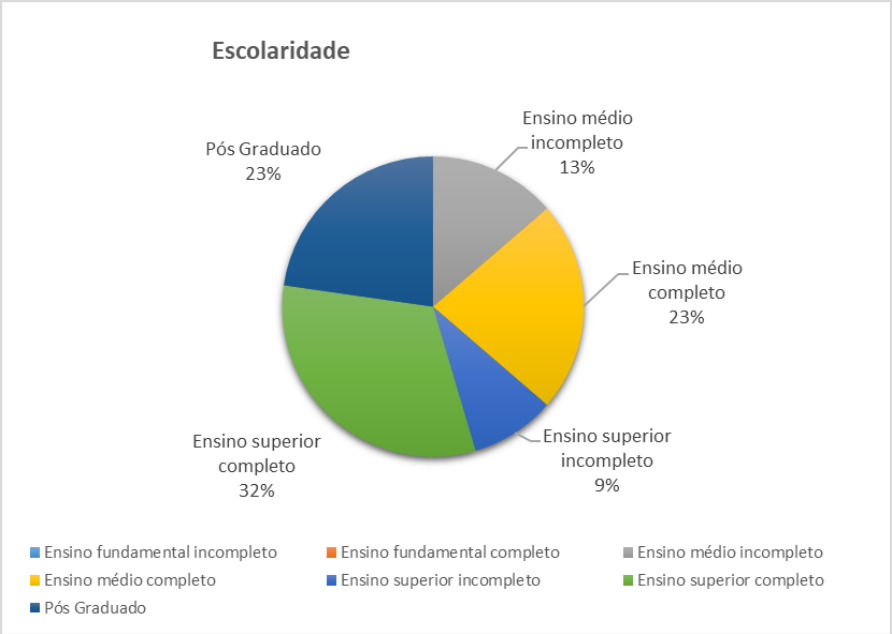
Observa-se pelas figuras 24 e 25 o perfil socioeconômico dos turistas e visitantes, este deve ser analisado pelo trade turístico para posterior planejamento. Conforme pode-se observar na figura 24, os turistas e visitantes são de meia idade, sendo que 45% possuem entre 30-49 anos, 32% possuem entre 50-65 anos, e 23% possuem 18-29 anos. Na figura 25 é possível observar que 64% possuem ou estão cursando ensino superior e que 55% dos entrevistados são casados (figura 27).

Figura 24 – Faixa etária



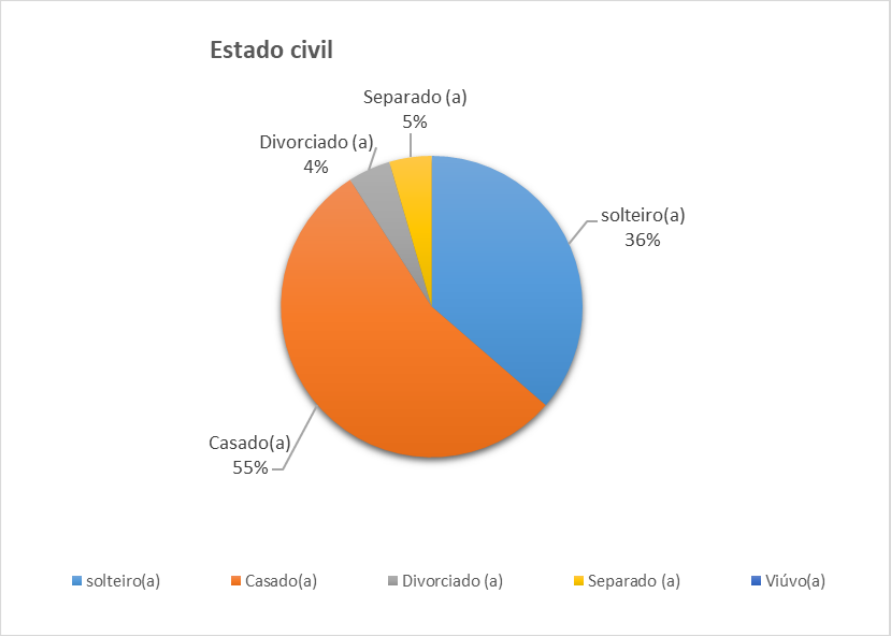
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 25 – Escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

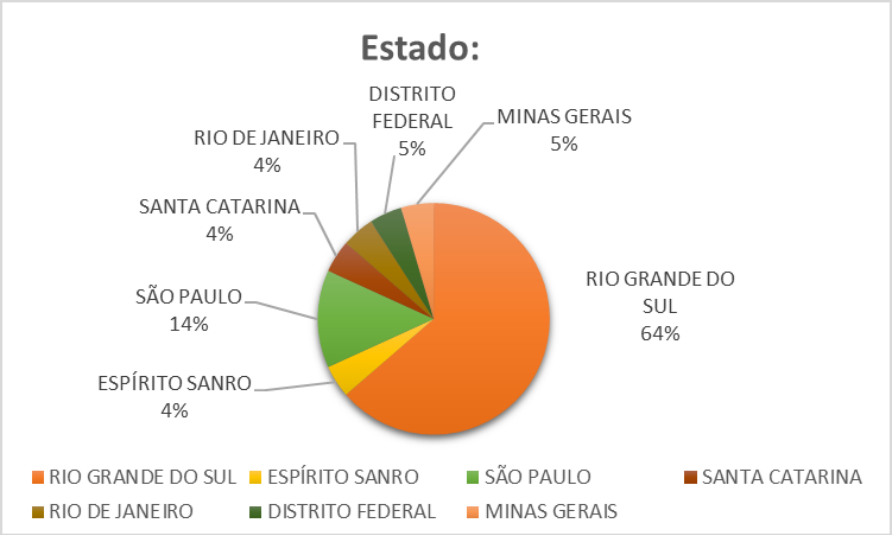
Figura 26 – Estado civil



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

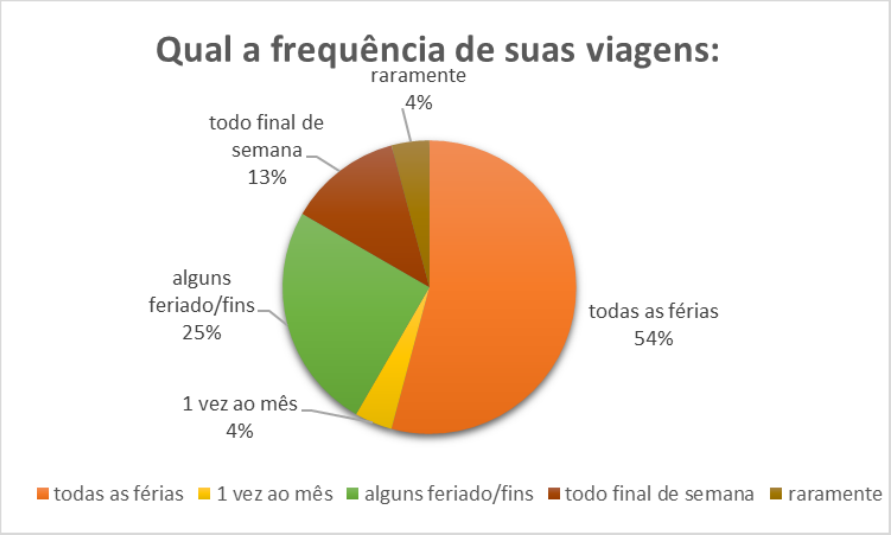
A pesquisa mostrou que 64% dos turistas são do Rio Grande do Sul, sendo que 54% viajam todas as férias (figura 27 e 28), sendo que a maioria viaja com a família, 42% e 33% com companheiro(a) (figura 29) e tem como destinos preferidos praias 19%, regiões de serras 19% (figura 30).

Figura 27 – Estado



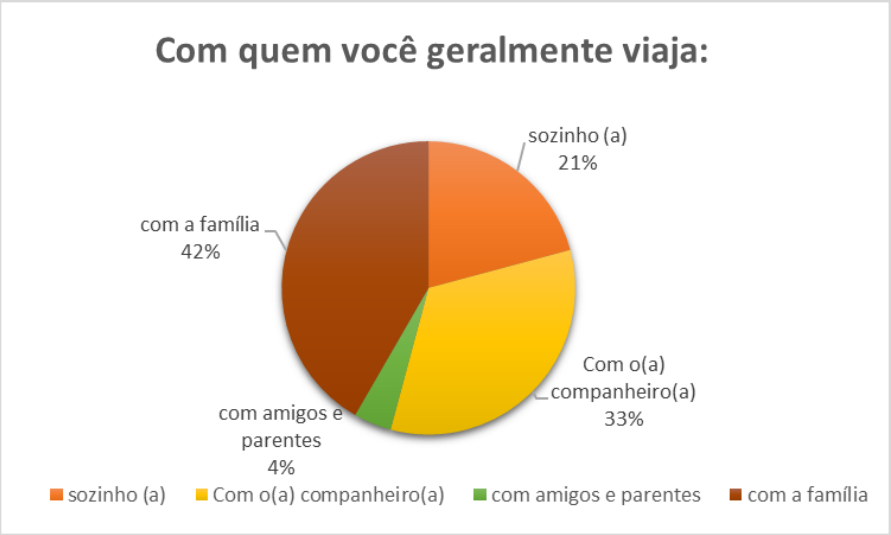
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 28 – Frequência de viagens



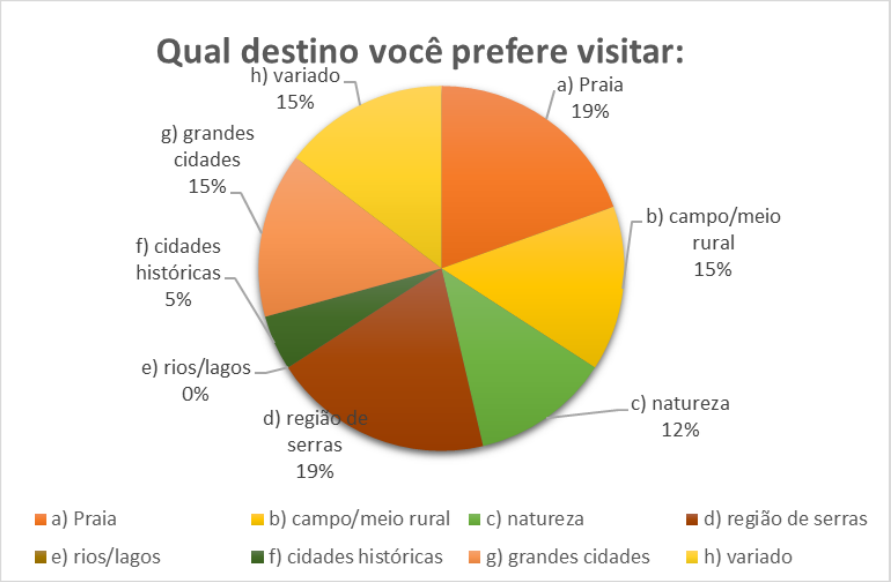
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 29 – Com quem viaja



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 30 – Destino preferido



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ao serem perguntados se costumam visitar ambientes naturais e rurais, 72% responderam que sim, motivados pela natureza, preservação ambiental (8), cultura (6), história (4), paisagem (3), clima (2) e arquitetura (2), conforme figura 31.

Figura 31 – Por que motivos você costuma viajar a áreas rurais e naturais

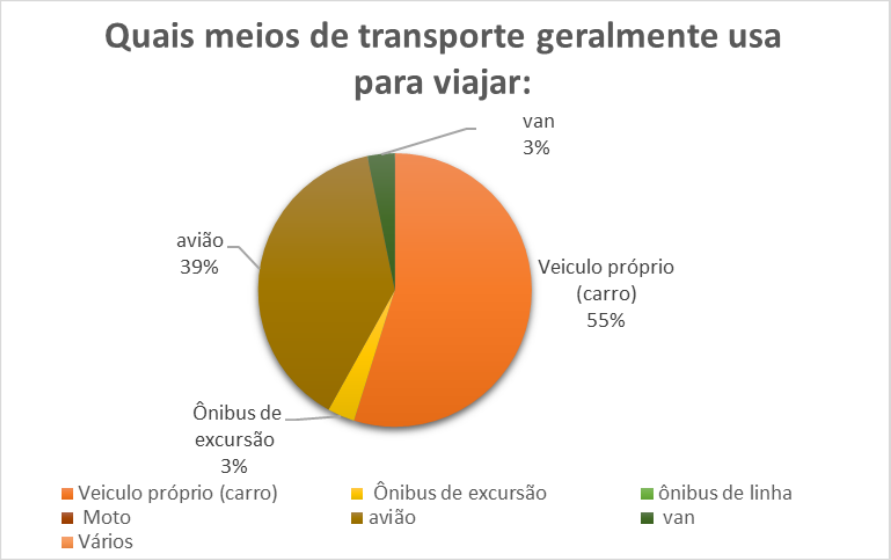
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Perguntou-se, ainda, sobre a observação da preservação do patrimônio cultural e ambiental, sendo que 95% dos turistas relataram que observaram a preservação nos locais que vistam e 100% percebem que o roteiro preservou seu patrimônio cultural e 95% que preserva o patrimônio ambiental.

Perguntou-se ainda sobre a observação dos efeitos negativos do turismo. A maioria dos turistas (68%) relatou que não observou efeitos negativos decorrentes da atividade. Os 32% que relataram que observam efeitos negativos pontuaram os seguintes itens: resíduos nas vias, falta de coletores, descaracterização de patrimônios culturais e restaurantes com valores elevados.

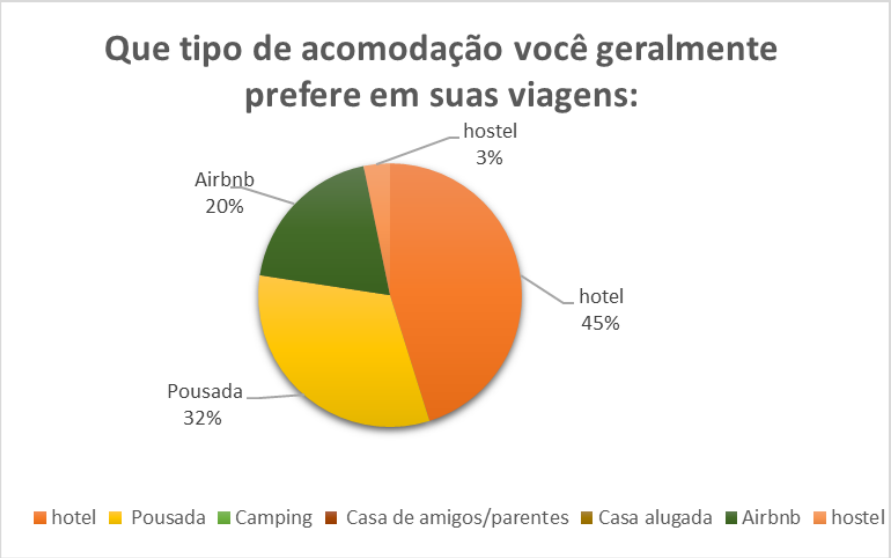
A maioria dos turistas utiliza veículos próprios e avião para viajar (55% e 39% respectivamente) e prefere hotel (45%) e pousada (32%) (Figuras 32 e 33). Ao serem questionados sobre a preferência de hospedagem, 67% relataram na cidade, e 33% em áreas rurais, sendo que permanecem em média de 2 a 3 dias na região.

Figura 32 – Transporte nas viagens



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

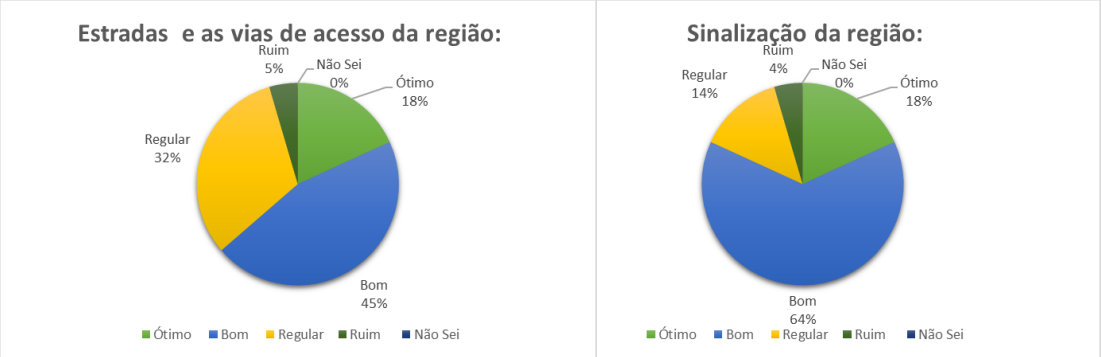
Figura 33 – Acomodações nas viagens



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

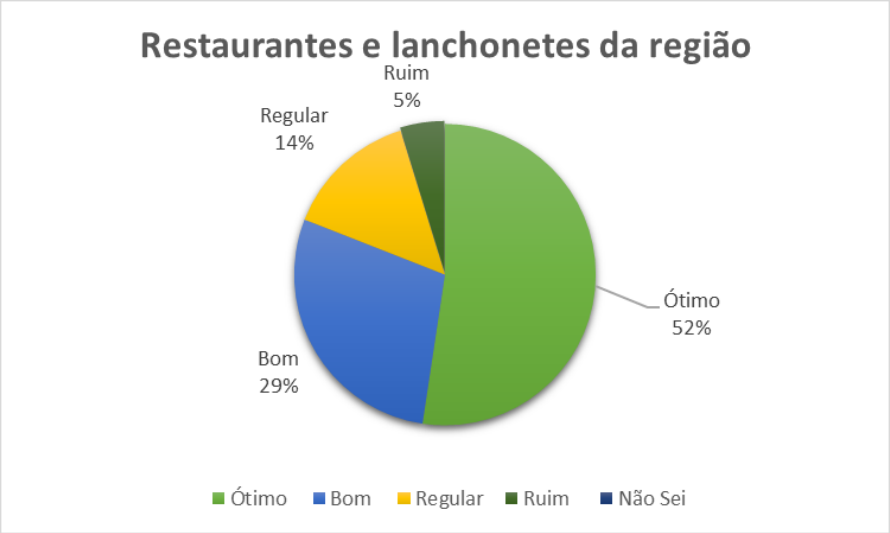
Os turistas e visitantes avaliaram as estradas e vias de acesso como bom (45%), e 18% como ótimo (figura 34), e 64% consideraram a sinalização como boa (figura 35). Com relação aos restaurantes e lanchonetes, 52% avaliaram como ótimo e 29% como bom (figura 36).

Figura 34 e 35 – Estradas e vias e sinalização da região



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

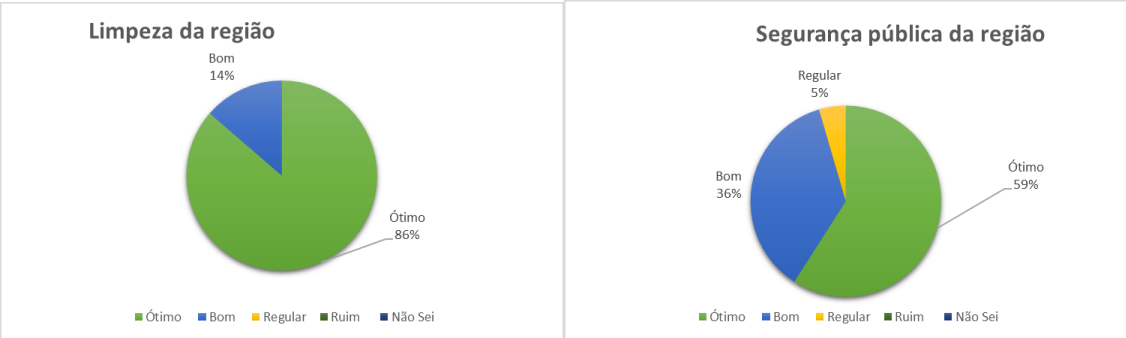
Figura 36 – Restaurantes



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

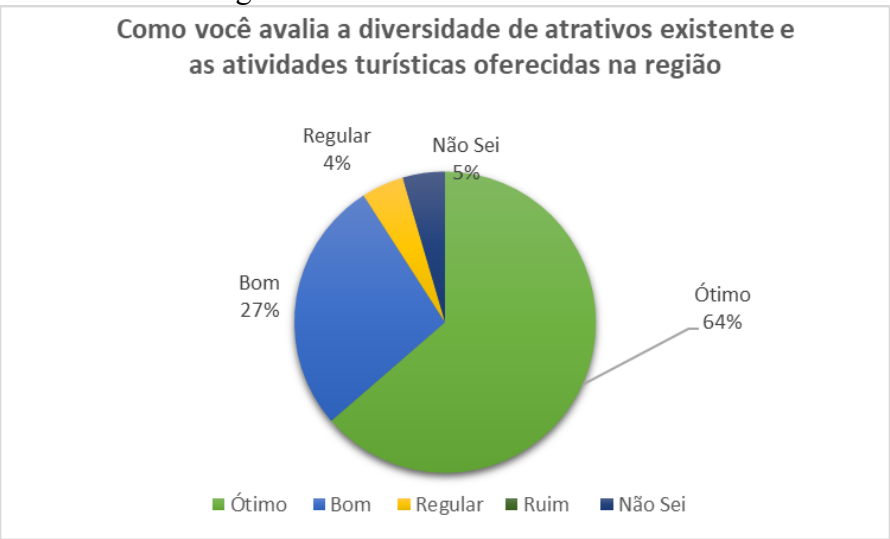
Nos gráficos a seguir, é possível observar que os turistas avaliaram com nível ótimo e bom os aspectos de limpeza da região; a segurança pública também é avaliada como ótimo (figura 38), bem como a diversidade de atrativos (64%). Avaliaram ainda atenção e cordialidade (82%).

Figuras 37 e 38 – Limpeza e segurança pública



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

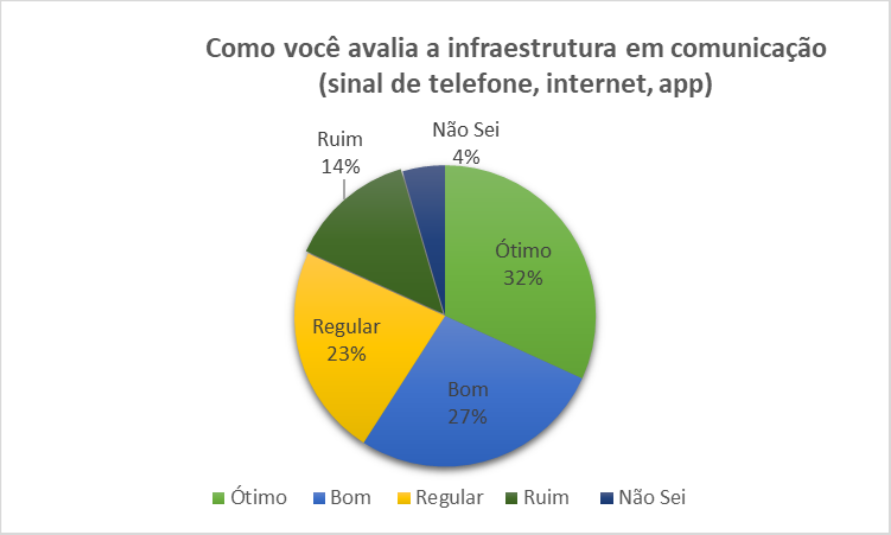
Figura 39 – Diversidade de atrativos



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O principal ponto fraco apontado durante as entrevistas foi em relação à infraestrutura de comunicação, devido à falta de sinal de telefone e internet, conforme apresentado na figura 40.

Figura 40 – Infraestrutura em comunicação



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

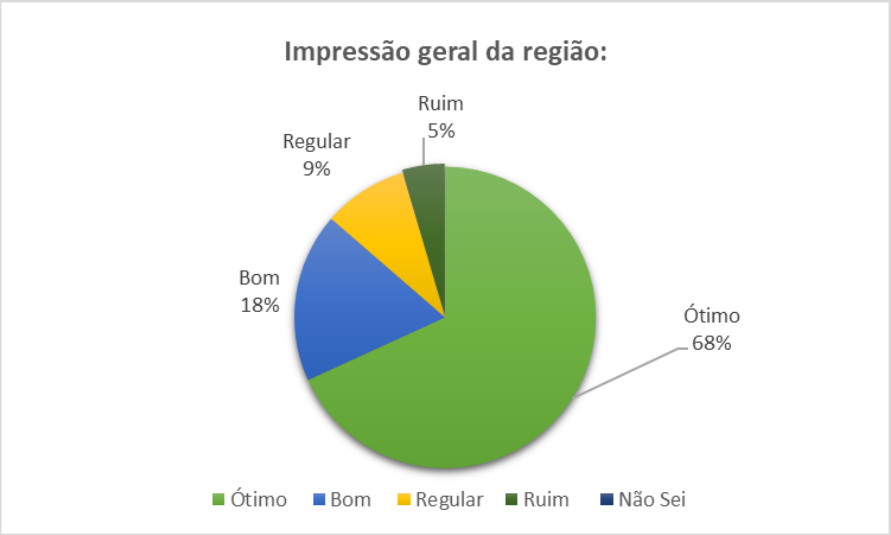
Ao serem perguntados sobre o roteiro e a região, 95% afirmaram que retornariam à região, e 90% que indicariam a conhecidos. A maioria dos entrevistados (83%) relatou que a visita atendeu às expectativas, enquanto 11% citam que as expectativas foram atendidas em parte, e 6% dos entrevistados relatam que suas expectativas não foram atendidas.

Figura 41 – Expectativa da visita

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ao serem questionados quanto à impressão geral da região, 68% avaliaram como ótimo (figura 42). Dessa forma, é possível concluir que os principais pontos de melhorias levantados pelos turistas são em relação à falta de coletores nas vias, à falta de acostamento, aos resíduos no entorno da rodovia e aos problemas de comunicação.

Figura 42 – Impressão geral



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

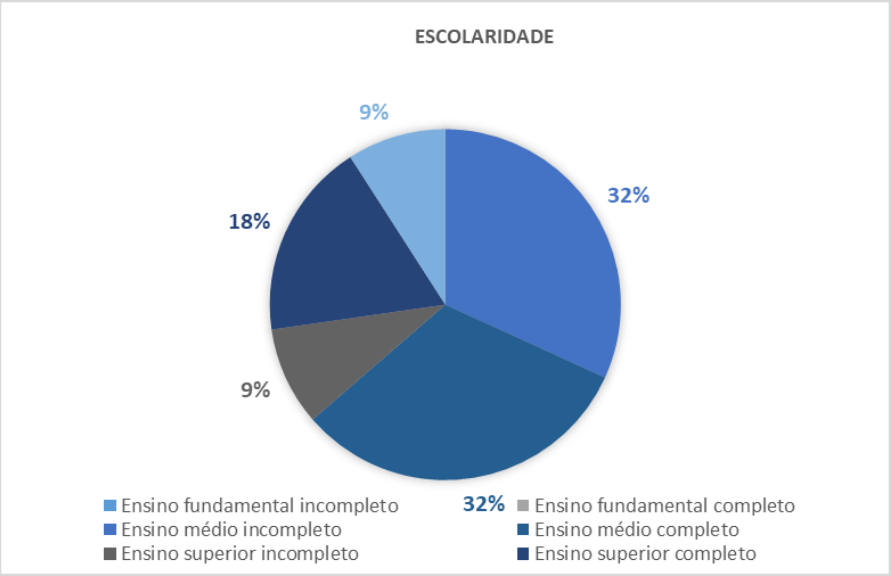
6.3 EMPREENDEDORES

A pesquisa com os empreendedores foi de suma importância, uma vez que identificou o perfil sociocultural, os conhecimentos e as práticas aplicadas sobre sustentabilidade, economia, turismo, dentre outras.

Para realizar a pesquisa junto aos empreendedores, o questionário foi dividido em seis dimensões de sustentabilidade, sendo elas: ambiental, cultural, social, econômica, institucional e turística. Na dimensão institucional não foi possível a coleta de informações, já que alguns se sentiam habilitados para responder às perguntas e outros não possuíam dados.

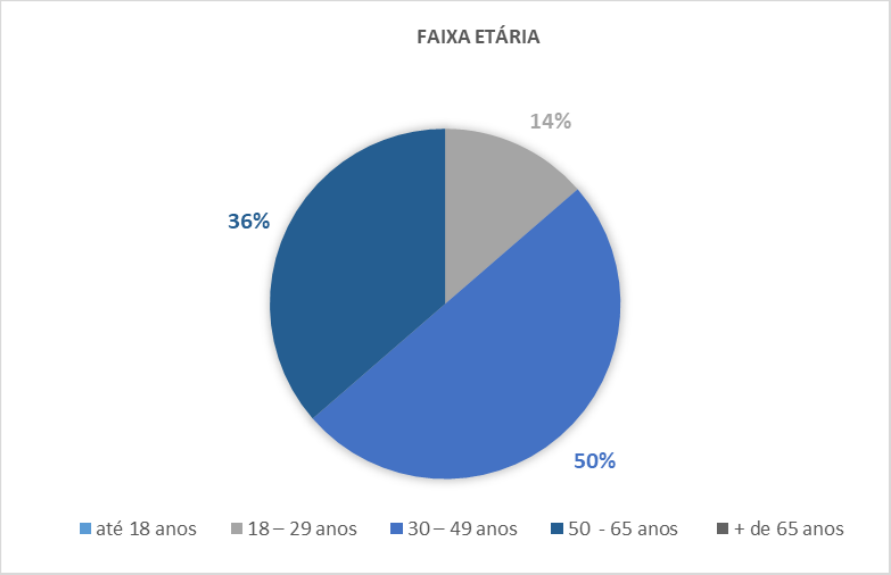
Dessa forma, determinou-se o perfil sociocultural dos empreendedores. Conforme pode se observar na figura 43, apenas 18% possuem ensino superior completo, 32% ensino médio completo e 32% ensino médio incompleto. A maioria dos empreendedores é de meia idade, 50% possuem entre 30 e 49 anos (figura 44), e 77% são casados (figura 45).

Figura 43 – Escolaridade



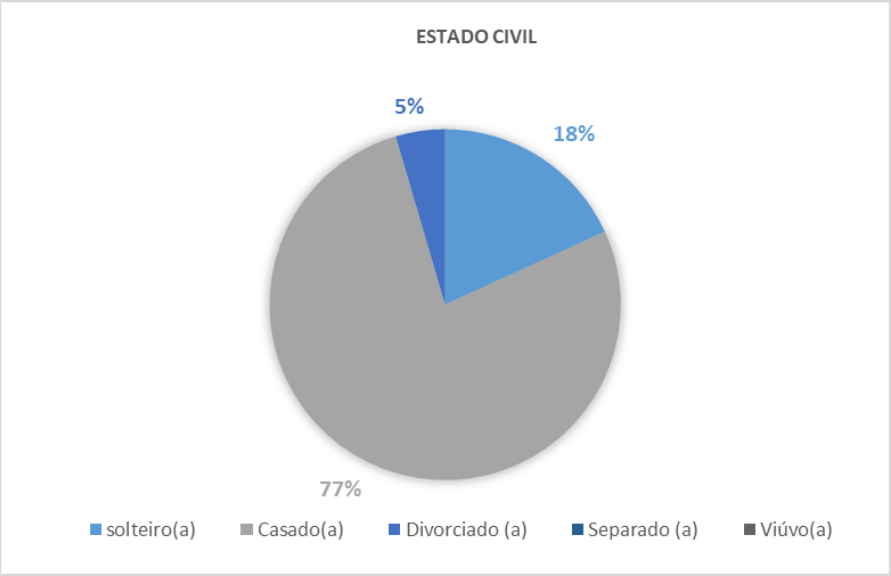
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 44 – Faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 45 – Estado civil



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ao serem questionados acerca de sua percepção a respeito do quanto a população sabe ou conhece sobre turismo, a nota ficou em 4,68; lembrando que a população se atribuiu 5,64 sobre seu conhecimento em turismo (figura 19).

Quando perguntados se acreditam que os turistas reparam na preservação do patrimônio cultural do roteiro, 100% dos empreendedores afirmaram que sim, e em relação à preservação do patrimônio ambiental 99% responderam que sim. Porém 59% empreendedores acreditam que a população local e o roteiro não preservaram o patrimônio cultural e ambiental, aos serem questionados sobre o porquê, relataram-se as seguintes questões: devido à falta de incentivo aos moradores que preservam o patrimônio ambiental e cultural, pela inexistência de projetos que contribuam para a preservação do patrimônio arquitetônico, devido à falta de conscientização sobre a riqueza.

Outro questionamento feito foi em relação à atuação da atual gestão da Associação do roteiro dos Caminhos de Pedra, sendo que 36% acham que está ótimo e 59% bom, enquanto 5% não souberam opinar. Perguntou-se ainda se gostariam de deixar alguma sugestão para a gestão, em que foram explanadas as seguintes sugestões por parte dos empreendedores: bonificações para aos empreendedores que seguem as normas e ônus para que não as cumprem; benefícios aos moradores que preservam o patrimônio ambiental e arquitetônico; buscar envolver um maior número de associados; reavaliar o valor para entrada de novos empreendimentos no roteiro, buscar um maior envolvimento da comunidade e melhorar a forma de gerir os conflitos.

Pontuaram-se ainda questões positivas, tais como: a atual gestão buscou mais recursos e parceiros, tem auxiliado na preservação das casas e da paisagem, vem interagindo mais com a comunidade local.

Durante as entrevistas, os empreendedores foram questionados sobre a percepção da escola no roteiro e possibilidade de auxílio, sendo que 86% dos empreendedores acreditam que ela contribui para a preservação da cultura e o fortalecimento da comunidade, 86% auxiliariam com recursos caso a escola tivesse um projeto de educação considerado modelo e 90% acreditam que ela poderia se tornar um atrativo turístico.

Os empreendedores teceram algumas considerações para a gestão da escola, as quais são descritas sucintamente a seguir: necessidade de mão de obra qualificada para trazer os temas de preservação cultural e preservação cultural, uma vez que a globalização está prevalecendo; fomentar junto às crianças o orgulho pela cultura e história dos antepassados. Além da conscientização e preservação cultural; falta de uma boa pedagogia; realização de oficinas de dressa[1], artesanato, e contação de histórias antigas por parte dos idosos da comunidade.

6.3.1 Dimensão Ambiental

Os dados obtidos na dimensão ambiental são decorrentes de treze indicadores, que são informações úteis para reflexão sobre a situação atual das questões ambientais no roteiro Caminhos de Pedra e para posterior planejamento.

Os indicadores tinham por intuito buscar dados sobre o consumo e a qualidade da água, a geração e o manejo dos resíduos sólidos, consumo de energia, tratamento de esgoto, áreas naturais preservadas, iniciativas de educação ambiental e cultural, minimização dos impactos da produção rural/agricultura sustentável, certificação ambiental ou turística. A tabela 1 apresenta os dados obtidos.

Tabela 1 – Indicadores de Dimensão Ambiental

Indicador	Descritor	Status/ Resultado
1) A quantidade de água consumida por turista em um período.	**Consumo e qualidade da água**	179 m³/mês
2) Programas de redução do consumo, desperdício ou reuso de água.		57% não possuem

[1] A dressa é uma trança da palha de trigo que pode ser utilizada na confecção de chapéus, esculturas e joias.

3) Quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água.		15m³ (referente a 1 empreendimento)
3) Monitoramento da qualidade da água.		95% sim
4) Quantidade de resíduos gerados por turistas.	**Geração e Manejo dos resíduos sólidos**	Não foi possível mensurar
5) Programas de redução da quantidade de resíduos sólidos.		52% não possuem
6) Coleta seletiva de resíduos sólidos e processo de reciclagem/separação.		100% Sim
7) A energia consumida por um turista.	**Consumo de energia**	10.351 kwh/mês
8) Existem programas de redução do consumo de energia (energia solar, energias alternativas).		76% Não
9) Processos de tratamento de esgotos.	**Tratamento de esgoto**	95% Sim
10) Áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação.	**Áreas naturais preservadas**	100% sim Para os aplicáveis
11) Programas orientados de interpretação em educação ambiental ou cultural.	**Iniciativas de Educação Ambiental e Cultural**	71% sim
12) Programas de incentivos a produtores para que utilizem processos tecnológicos de minimização dos impactos ambientais na agricultura.	**Minimização dos impactos da produção rural/ Agricultura sustentável**	52% não
13) Processo de certificação ambiental ou turística.	**Certificação Ambiental ou turística**	95% não

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Por meio desta pesquisa, foi possível analisar que a maioria dos empreendedores não monitora os dados de consumo de água e energia, bem como não possui programas de redução de consumo. Dos 22 empreendedores entrevistados, apenas oito monitoram o consumo, ou seja, os 179m³/mês apresentados na tabela 1 referem-se a oito empreendimentos. Desses empreendimentos apenas um monitorou a redução do consumo de água.

Identificou-se, ainda, que muitos empreendedores possuem o mesmo medidor de água na residência e no empreendimento, e que três empreendimentos utilizam água exclusivamente de poço artesiano próprio, sendo que um dos empreendedores utiliza água direto de uma nascente sem nenhum tratamento.

Outro ponto identificado em relação à gestão da água é que o roteiro é abastecido exclusivamente com água de poço artesiano, sendo uma parte desse abastecimento pela Prefeitura Municipal.

Quanto à gestão e ao gerenciamento dos resíduos, não foi possível mensurar o volume gerado, uma vez que os empreendedores não quantificam. Ao serem perguntados sobre a geração, todos estimaram o volume. Em relação a programas de redução no volume gerado, 52% afirmaram que não possuem nenhum programa, e entre os empreendimentos que possuem programa de redução de resíduos estão três vinícolas. Todos os empreendedores destinam seus resíduos para coleta seletiva municipal.

Com relação à gestão dos resíduos, cabe ressaltar que se os empreendimentos não possuem plano de gerenciamento de resíduos, e não têm dados quantificáveis, dessa forma é possível afirmar que não existe um programa de redução na geração de resíduos documentado.

Em relação ao consumo de energia, 57% informaram o consumo de energia, totalizando 10.351kw/mês. Deste apenas 24% possuem programas de redução do consumo de energia, sendo que um dos empreendedores relatou que economizou 30% por meio do programa de redução.

Quanto ao tratamento de esgoto, 95% afirmam que possuem tratamento, e um dos empreendedores não possuiu nenhum tratamento de seus efluentes. Uma das vinícolas do roteiro trabalha com circuito fechado para gestão de efluentes, sendo ele reutilizado na irrigação dos vinhedos.

Para os empreendimentos em que o indicador de áreas preservadas se aplicava, todos afirmaram que possuem áreas naturais preservadas.

Para o indicador de incentivos a produtores para que utilizem processos tecnológicos de minimização dos impactos ambientais na agricultura, apenas os empreendedores que possuem plantio responderam (48%). Os demais não buscam comprar ou incentivar seus fornecedores a uma prática mais sustentável. Desses 48%, apenas um possui certificação ambiental, e no roteiro não há nenhum empreendedor com certificação turística.

6.3.2 Dimensão Cultural

Os dados obtidos na dimensão cultural são decorrentes de três indicadores; essas informações são úteis para reflexão sobre a situação das questões culturais no roteiro Caminhos de Pedra e para posterior planejamento.

Os indicadores tinham por intuito buscar dados sobre produtos típicos locais ofertados, preservação de patrimônios culturais e manifestações culturais. A tabela 2 a seguir apresenta dos dados obtidos.

Tabela 2 – Indicadores de Dimensão Cultural

Indicador	Descritor	Resultado
1) Produtos tipos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenires)	Produtos tipos locais	65,2%
2) Local é um patrimônio arquitetônico, arqueológico	Preservação de patrimônios culturais	41% Sim 59% Não
3) Eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizadas	Manifestações culturais típicas	6 anuais

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os empreendedores ao serem questionados sobre a quantidade de produtos locais ofertados, 65,2% do que é ofertado nos estabelecimentos são da localidade.

Com relação aos indicadores de preservação de patrimônios culturais, 59% não estão estabelecidos em um local que seja um patrimônio arquitetônico.

O roteiro organiza por ano seis eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas, sendo elas: Natal, festa flores e pedra, coral da comunidade, círculo trentino, corrida de barril.

6.3.3 Dimensão Social

Na dimensão social, foram analisados oito indicadores, a fim de verificar a inserção da comunidade local no turismo. A tabela 3 apresenta os indicadores sociais.

Tabela 3 – Indicadores de Dimensão Social

Indicador	Descritor	Resultado
1) Residentes locais empregados no estabelecimento turístico.	**Inserção de residentes locais (origem local) no setor turístico**	80,73%
2) Funcionários residentes locais com capacitação em turismo.		20%
3) Iniciativas de capacitação e treinamento profissional aos funcionários residentes locais num período.		Dado não mensurado pelos entrevistados
4) Os empregos fixos no setor turístico são mais que os empregos temporários.		59% fixos
5) Proprietários e empresários de estabelecimentos turísticos de origem local.		82%
6) Existe satisfação da população local com o turismo.		91% Sim
7) Compra de produtos dos agricultores locais.		79%
8) Compra de produtos orgânicos dos agricultores locais.		Não

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Questionou-se aos empreendedores o percentual de empregados que são da localidade, sendo que a resposta média ficou em 80,73%; desses empregados apenas 20%, somando todos os estabelecimentos, possuem capacitação em turismo.

Outro item observado foi em relação à capacitação e ao treinamento de colaboradores durante o ano, sendo que os empreendedores não tinham quantificado esses dados, porém 50% afirmaram que realizam capacitações periódicas sobre atendimento, para novos colaboradores.

Observou-se ainda que 59% dos colaboradores são fixos e que 82% dos proprietários dos estabelecimentos são de origem local.

Ao serem questionados quanto à satisfação da população local, 91% dos empreendedores entrevistados acreditam que a população local esteja satisfeita com o turismo.

Ao serem perguntados se compram produtos locais, 79% responderam que sim, e se esses produtos são orgânicos, 50% responderam que sim[2].

[2] Esses 50% referem-se aos empreendimentos que necessitam realizar compras para seu funcionamento, tais como restaurantes e pousadas.

6.3.4 Dimensão Econômica

Na dimensão econômica, foram analisados seis indicadores, com o intuito de mensurar rentabilidade, longevidade do estabelecimento turístico, disponibilidade de funcionamento, gastos do turista e investimentos em turismo. A tabela 4 apresenta os dados coletados.

Tabela 4 – Indicadores de Dimensão Econômica

Indicador	Descritor	Resultado
1) Renda gerada pelo turismo	Rentabilidade	68%
2) Longevidade do estabelecimentos turístico	Longevidade do estabelecimento turístico	9 anos
3) Funcionamento do estabelecimento turístico	Disponibilidade de funcionamento	Sim
4) Gasto médio diário de turistas	Gastos do turista	R$ 38,00/dia
5) Investimentos anuais em turismo	Investimentos em turismo	R$ 40.000/ano
6) Iniciativas de minimização da sazonalidade turística	Sazonalidade turística	59% Sim

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os turistas gastam em média R$ 38,00/dia por estabelecimento, sendo responsáveis por 68% do faturamento dos empreendimentos do roteiro. Sendo que esses empreendimentos possuem em média nove anos de funcionamento, tendo no roteiro um empreendimento com 26 anos, o primeiro implementado no roteiro.

Os estabelecimentos relataram que investem em média R$40.000/ano[3] em melhoras para receber os turistas e todos trabalham em finais de semana e feriados.

Ao serem questionados se possuem iniciativas de minimização da sazonalidade turística, 59% dos estabelecimentos relataram que possuem. Porém constatou-se, analisando redes sociais e mídias, que muitos não possuem iniciativas de minimização.

[3] Referente a oito empreendedores.

6.3.5 Dimensão Turística

Na dimensão turística, foram analisados seis indicadores, com o intuito de mensurar a capacidade total de alojamento, acessibilidade, registro e controle de visitação, programas de interpretação cultural e ambiental e satisfação e assiduidade de turistas. A tabela 5 apresenta os dados coletados.

Tabela 5 – Indicadores de Dimensão Turística

Indicador	Descritor	Resultado
1) Oferta de hospedagem.	Capacidade total de alojamento	5
2) Facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção ou outras necessidades especiais.	Acessibilidade	77% Sim
3) Registro de controle da visitação.	Registro de controle de visitação	68% Sim
4) Programas de visitas orientadas com interpretação ambiental e/ou cultural.	Programas de interpretação ambiental e cultural	68% Sim
5) Proporção do tempo gasto pelo turista em visitações ou atrações de interesse ambiental ou cultural.	Programas de interpretação ambiental e cultural	Sim, em média 58 min por estabelecimento
6) Proporção entre o número de guias e número de turistas durante a visitação aos atrativos e tamanho dos grupos de turistas.		Não foi possível mensurar Apenas 1 Estabelecimento informou o número de guias
7) Incidentes e acidentes envolvendo turistas ou visitantes num período.	Segurança	1
8) Grau de satisfação e assiduidade do turista.	Satisfação e Assiduidade de turistas	Não mensuram

Indicador	Descritor	Resultado
9) Taxas de visitação pagas para contribuições de proteção, conservação ou utilização dos atrativos turísticos.		50% Sim

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ao serem questionados sobre a facilidade para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção ou outras necessidades especiais, 77% afirmam que seus empreendimentos possuem acessibilidade.

Quando perguntados se possuem registro de visitação, 68% afirmam que sim, sendo que esses turistas e visitantes ficam em média 58min por empreendimento. E 68% dos empreendimentos possuem programas de visitas com interpretação ambiental e cultural, e 50% cobram taxas de visitação.

Em relação à mensuração do grau de satisfação e assiduidade dos turistas, nenhum empreendimento relatou esse índice, sendo que a maioria falou que monitora pelo *tripadvisor* ou *facebook*.

7 DISCUSÃO DOS RESULTADOS

Assim como os benefícios do turismo são reconhecidos, é importante que se analisem os danos que podem ser causados por ele. O turismo pode afetar negativamente a biodiversidade e outros recursos naturais, e ter impactos sociais e culturais adversos (TINOCO, 2003).

Na lógica do mercado, os lugares são travestidos em destinos turísticos, e o fenômeno é acalantado por muitos empresários e órgãos públicos que estimulam, na população local, os impactos positivos da atividade, como a geração de emprego e renda, melhorias na infraestrutura, intercâmbio cultural e valorização dos atrativos naturais e culturais. Por outro lado, é necessário reconhecer os impactos negativos, para perceber que todas as imissões, sejam elas sociais, culturais, econômicas ou de ordem físico-químico-biológica, resultarão em emissões, muitas delas, imprevisíveis ao ambiente (BOTELHO, 2007).

Dessa forma, a presente pesquisa propôs-se a avaliar o desenvolvimento da sustentabilidade no roteiro do Caminhos de Pedra, por meio da metodologia proposta por Hanai (2009), o SISDtur, sendo ele um mecanismo adotado para avaliar o desenvolvimento sustentável de uma região.

Cabe salientar que a metodologia do SISDtur propõe a avaliação dos indicadores de sustentabilidade para empreendimentos turísticos e para a gestão pública municipal. Com relação a essa última, não foi possível realizar a coleta de dados, visto não possuir evidências de monitoramento dos indicadores solicitados.

Embora a gestão pública não possua informações referente aos indicadores solicitados, o Plano Municipal de Turismo (PMT) de Bento Gonçalves traz como ação criar e implementar sistema de monitoramento de informações turísticas e indicadores de desempenho, por parte da Secretaria Municipal de Turismo. O PMT foi elaborado pelo município em 2015 e tem como premissas básicas desenvolver um modelo de turismo resultante de um planejamento integrado e participativo, com foco na sustentabilidade, respeito aos valores e identidade locais, aproveitamento adequado dos recursos e potencialidades, promovendo a competitividade das empresas envolvidas, gerando desenvolvimento e qualidade de vida. Ele traz ainda como missão implementar políticas e articular estratégias pactuadas para o desenvolvimento turístico sustentável de Bento Gonçalves (BENTO GONÇALVES, 2015).

Dessa forma, é possível analisar que passados quatro anos da elaboração do PMT, o município ainda tem muito a galgar para atingir sua missão no desenvolvimento turístico sustentável, visto que as ações ainda não foram implementadas.

O Projeto Cultural dos Caminhos de Pedra tem como objetivo atender às demandas do contexto atual, mais amplo, adequando-o às novas necessidades e tecnologias, enfatizando a busca pela sustentabilidade nos âmbitos ambiental, social/humano, cultural e econômico e o monitoramento de resultados (CAMINHOS DE PEDRA, 2005). Embora traga em seu objetivo a busca pela sustentabilidade, não foi possível evidenciar junto à Associação dos Caminhos de Pedra que isso esteja ocorrendo, uma vez que a Associação dos Caminhos de Pedra não realiza a mensuração.

Desse modo, a discussão dos resultados foi realizada separando os fatores culturais, sociais, ambientais, econômicos e turísticos, relacionados com os dados obtidos por meio da pesquisa com a população local e com os turistas e visitantes, sem atribuir um Índice de Desenvolvimento sustentável. Os indicadores sugeridos podem ser utilizados pelo Roteiro, no futuro, para que se possa avaliar o nível de sustentabilidade.

7.1 ANÁLISE DOS FATORES AMBIENTAIS

O roteiro dos Caminhos de Pedra é rico em territórios, paisagens e recursos naturais. O local necessita, dessa forma, de bases para seu desenvolvimento sustentável, nas quais se torna fundamental a aplicação de práticas sustentáveis.

No Brasil, tanto a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81) quanto a Constituição Federal de 1988 conferem especial proteção ao meio ambiente, tendo em vista o bem-estar coletivo. A proteção do patrimônio ambiental é função pública e privada, sendo que o artigo 225 da Constituição dispõe que:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida. Assim, para a manutenção do bem-estar da coletividade, é dever, não mera faculdade, do Poder Público e da comunidade, defender e preservar a natureza, para a presente e as futuras gerações (BRASIL, 1988).

Sendo assim, afirma-se que esse compromisso com a preservação do meio ambiente transpassa os limites geopolíticos e diz respeito a interesses diversos, indo além do tempo atual, a fim de garantir a qualidade de vida para as gerações futuras.

Dessa forma é de suma importância para o desenvolvimento da sustentabilidade no roteiro que a população local, os empreendedores, a gestão pública, os turistas e visitantes assumam seu compromisso frente à preservação do meio ambiente, por meio de práticas

sustentáveis, como a destinação correta dos resíduos, redução no consumo de água, preservação das áreas de mata, redução das emissões atmosféricas, dentre outras.

Assim, para melhor discussão dos resultados, fatores ambientais foram analisados separadamente.

7.1.1 Gestão, consumo, qualidade da água e agricultura

Durante a pesquisa, identificou-se que a maioria dos empreendedores não possui a percepção de que a água precisa ser racionada, pois na visão deles a água se torna um recurso infinito, uma vez que se encontra em fartura no roteiro, sendo que muitos possuem poço artesiano próprio. Apenas alguns dos empreendedores possuem a percepção da importância de preservar esse recurso tão escasso.

Vale ressaltar que a implantação de tecnologias de reuso de água necessita de aporte financeiro, o que afasta os empreendimentos dessa realidade. Entre os 22 empreendimentos avaliados, apenas um faz reuso total de seus efluentes.

A água é necessária para manter a vida e o equilíbrio dos ecossistemas, sendo um recurso natural de valor incalculável. Os especialistas comentam que a escassez de água potável será o grande problema do século XXI. Esse problema é agravado em virtude da desigualdade social, do crescimento populacional, da impermeabilização e erosão do solo, do desmatamento e da falta de manejo e do uso indiscriminado de defensivos agrícolas. A contaminação das águas é, portanto, uma das maiores preocupações tanto dos ecologistas como de todos os que necessitam utilizar a água como insumo em atividades econômicas (JULIANE, 2017).

Outro fator que vale ressaltar em relação à gestão da água no Roteiro é o monitoramento da qualidade, pela Secretaria da Saúde de Bento Gonçalves. Uma das preocupações referente à qualidade é a presença de áreas agrícolas no Roteiro, visto que 21% dos entrevistados trabalham com agricultura. A utilização de químicos e agrotóxicos pode levar à contaminação do lençol freático e da água utilizada pela população e empreendimentos do Roteiro, que em sua maioria é oriunda de poços artesianos.

Existem duas portarias (uma federal e outra estadual) que tratam da potabilidade da água. A Portaria 2914/2011, do Ministério da Saúde, dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, sendo que em seu anexo VII possuiu a tabela de padrão de potabilidade para substâncias químicas que representam risco à saúde, na qual são encontrados os 27 parâmetros de agrotóxicos a serem

analisados. A Portaria RS/SES Nº 320 de 24/04/2014 estabelece parâmetros adicionais de agrotóxicos ao padrão de potabilidade para substâncias químicas, no controle e na vigilância da qualidade da água para consumo humano no Rio Grande do Sul. Desde 2008, o Brasil assumiu o posto de maior consumidor mundial de agrotóxicos. O uso indiscriminado e intenso de agrotóxicos torna-se uma preocupação quanto à contaminação dos mananciais de abastecimento de água (BRASIL, 2015).

A Portaria 2914/2011, do Ministério da Saúde, em seu artigo 41 § 5º, estabelece que o plano de amostragem para os parâmetros de agrotóxicos deverá considerar a avaliação dos seus usos na bacia hidrográfica do manancial de contribuição, bem como a sazonalidade das culturas. Dessa forma, identificou-se, nas análises repassadas pela Secretaria da Saúde de Bento Gonçalves, que não são analisados os parâmetros de agrotóxicos, sendo afirmado que para os poços de abastecimento do roteiro são realizadas análises básicas, tais como turbidez, coliformes totais e *escherichia coli*.

O cultivo do solo para agricultura pode gerar diversos tipos de poluição das águas, alguns sem importância sanitária maior, como o aumento de descarga sólida, outros como implicações sanitárias, como a contribuição de pesticidas, herbicidas, fertilizantes, agrotóxicos.

Segundo Juliane (2017), dos 94 municípios da Bacia Taquari-Antas cadastrados no SISAGUA em 2016, 69 (73,4%) têm o abastecimento de água para consumo humano sob responsabilidade da Corsan, os demais estão sob a gestão de prefeituras, associações, comunidades. No trabalho publicado pela autora, em 2016 foram realizadas coletas de 236 amostras de água para consumo humano, e destas 134 foram analisadas para parâmetros de agrotóxicos da Portaria MS 2914/2011. A tabela 6 apresenta as substâncias encontradas nos municípios avaliados.

Tabela 6 – Relação das substâncias encontradas

MUNICIPIO	*SUBSTANCIAS ENCONTRADAS 2016/01*	*SUBSTANCIAS ENCONTRADAS 2016/02*
BENTO GONÇALVES	DDT+DDD+DDE (< LQ)	Traços de DDT+DDD+DDE
COTIPORÃ	DDT+DDD+DDE (< LQ)	Traços de DDT+DDD+DDE
FARROUPILHA		Traços de DDT+DDD+DDE
GARIBALDI	DDT+DDD+DDE (< LQ)	Traços de DDT+DDD+DDE
GUAPORÉ	DDT+DDD+DDE (< LQ)	Traços de DDT+DDD+DDE
MARAU	DDT+DDD+DDE (< LQ)	Além dos Traços de Traços de DDT+DDD+DDE, em Marau foi encontrado traços de atrazina
MONTE BELO DO SUL	Analisado apenas o Glifosato	As oito amostras de Monte Belo do Sul foram analisadas apenas para o parâmetro glifosato + AMPA dando como resultado menor que o LQ em seis delas; duas amostras apresentaram quantidade acima do VMP (500 µg/L): 9.155 µg/L e 11.697 µg/L, ou seja, 18,3 e 23,4 vezes maior que o VMP, respectivamente
NOVA PÁDUA	Possuem SAAs cadastrados no SISAGUA em 2016, sob responsabilidade das respectivas prefeituras, mas sem dados de controle e, por este motivo, desconhecemos se a água distribuída à população nestes municípios é potável.	
NOVA PRATA		Traços de DDT+DDD+DDE
PINTO BANDEIRA	DDT+DDD+DDE (< LQ)	Traços de DDT+DDD+DDE
PROTÁSIO ALVES	Possuem SAAs cadastrados no SISAGUA em 2016, sob responsabilidade das respectivas prefeituras, mas sem dados de controle e, por este motivo, desconhecemos se a água distribuída à população nestes municípios é potável.	
SANTA TEREZA	Foram analisadas apenas para o parâmetro glifosato + AMPA, dando como resultado, menor que o LQ.	Santa Tereza não têm dados de controle cadastrados no SISAGUA em 2016/2.
	Santa Tereza, não teve a água para consumo humano analisada para os parâmetros da Portaria SES 320/2014 em 2016	
SÃO MARCOS	Traços de DDT+DDD+DDE	Traços de DDT+DDD+DDE
SERAFINA CORRÊA	DDT+DDD+DDE (< LQ)	
VERANÓPOLIS	DDT+DDD+DDE (< LQ)	Traços de DDT+DDD+DDE

Fonte: adaptado de Juliane (2017).

A figura 46 apresenta os efeitos potenciais decorrentes da ingestão de água contendo alguns ingredientes ativos detectados na água para consumo humano no Rio Grande do Sul em 2016.

Figura 46 – Efeitos decorrentes da ingestão de água com a presença dos compostos encontrados na água para consumo do Rio Grande do Sul

Ingrediente ativo	Efeitos potenciais decorrentes da ingestão de água	Considerações sobre algumas fontes de contaminação
Atrazina	Problemas cardiovasculares e no sistema reprodutivo.	Herbicida (milho); relativamente estável no solo e na água.
DDT+DDD+DDE	Acumulação no tecido adiposo e no leite.	Inseticida persistente e estável; proibido no Brasil desde 2009.
Glifosato + AMPA	Toxicidade reduzida; problemas no fígado e no sistema reprodutivo.	Herbicida de amplo espectro; estável na água e de baixa mobilidade no solo.
Metolacloro	Evidência reduzida de carcinogenicidade.	Herbicida com elevada mobilidade no solo.
Simazina	Evidência reduzida de toxicidade e carcinogenicidade.	Herbicida de amplo espectro; elevada persistência e mobilidade no solo.

Fonte: Juliane (2017, pág. 109).

Dessa forma, é de suma importância que o roteiro busque uma alternativa para gestão de água, bem como para a redução na utilização de agrotóxicos. Já que, conforme apresentado nos resultados, 80% dos produtores manteriam suas atividades agrícolas, mesmo que fossem mais rentáveis que o turismo, e 71% não estão dispostos a reduzir suas atividades impactantes para o desenvolvimento do turismo. Propõe-se como alternativa a sensibilização dos produtores locais, uma vez que 60% estão dispostos a participar de oficinas, palestras, dentre outras. Tendo como intuito demonstrar por meio dessa sensibilização os malefícios decorrentes do uso de agrotóxicos e os benefícios que a agricultura sustentável traz para os negócios, a saúde, a sociedade e o meio ambiente.

Analisando ainda a questão da agricultura, observou-se na pesquisa que 48% dos empreendedores compram ou incentivam seus fornecedores a uma prática mais sustentável. E no roteiro existe um empreendedor com certificação ambiental, e não há nenhum empreendedor com certificação turística.

Assim, pode-se afirmar que é necessário, por parte dos empreendedores, uma política de incentivo a uma agricultura sustentável, podendo no futuro se tornar mais um atrativo turístico, embora a população local não vislumbre a possibilidade de sua propriedade se tonar um atrativo turístico. Cabe salientar que, ao longo do roteiro dos caminhos de Pedra, tem-se apenas um produtor com verificação para venda de produtos orgânicos.

Com tantas melhorias a serem realizadas nas questões ambientais, 17% da população acreditam que o turismo tem auxiliado a resolver os problemas ambientais do roteiro.

7.1.2 Gestão e manejo dos resíduos sólidos

A partir das entrevistas não foi possível mensurar a quantidade de resíduos gerada pelos empreendimentos, uma vez que esse dado não é quantificado. Vale ressaltar que, após a regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos[4], tornou-se obrigatório o desenvolvimento do Plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS) por todas as autarquias federais. A partir disso tornou-se mais fácil o mapeamento da destinação dos resíduos sólidos no Brasil.

Diagnosticou-se que os empreendimentos não possuem PGRS e que o Município de Bento Gonçalves, por meio de seu Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólido, não levantou a geração dos resíduos gerados pelo turismo (BENTO GONÇALVES, 2014). Destaca-se que a gestão e a disposição incorreta dos resíduos sólidos causam significativos impactos socioambientais, como contaminação do solo, comprometimento dos corpos d'água e mananciais, aumento de enchentes, contribuição para a poluição do ar e proliferação de vetores nas cidades.

Vários são os fatores que afetam, direta e indiretamente, a geração de resíduos. Rapidamente se atrela o aumento populacional à geração de resíduos, porém vários estudos apontam também que o aumento de renda (PIB) faz com que haja um maior índice de geração de resíduo (OCDE, 2004).

Para os municípios que possuem um grande volume de turistas, como é o caso de Bento Gonçalves, é de suma importância quantificar os resíduos oriundos dessa atividade, uma vez que essa geração aumenta consideravelmente os resíduos gerados, e que atualmente a destinação ambiental é realizada pelo município, uma vez que a maioria dos estabelecimentos destina para coleta municipal. Cabe salientar que todos os empreendedores relataram que realizam a destinação correta dos resíduos por meio da coleta seletiva do município

Convém enfatizar que os entrevistados – população local, turistas, visitantes e empreendedores – relatam que o roteiro Caminhos de Pedra apresenta uma quantidade insuficiente de coletores de resíduos. A população, os turistas e os visitantes relataram também que um dos aspectos negativos do turismo é a quantidade de resíduos jogados às margens da rodovia. Dessa forma, afirma-se que a gestão e o gerenciamento dos resíduos não são apenas papel do setor público, é preciso que a comunidade local, os turistas e visitantes e os empreendedores instalados no destino turístico trabalhem de forma conjunta, de modo a

---

[4] Lei 12.305 de 2010. Política Nacional de Resíduos sólidos.

descartar de forma adequada os resíduos gerados, além de minimizar e/ou reaproveitar os materiais utilizados.

Quando questionou-se a população, 76% acham que o turismo danifica o meio ambiente por meio da poluição, de resíduos e esgoto, sendo de suma importância que o roteiro faça a gestão e o monitoramento de água, efluentes, energia e dos resíduos gerados.

7.1.3 Áreas preservadas e processo de certificação turística

O Plano Municipal de turismo de Bento Gonçalves traz como ponto positivo a conservação ambiental do roteiro Caminhos de Pedra (BENTO GONÇALVES, 2015). Durante a pesquisa, diagnosticou-se que o roteiro preserva suas áreas naturais, porém a população local relatou que essa preservação ocorre pelo fato de a legislação vigente ser rigorosa em relação à vegetação. Já 59% dos empreendedores relataram que a população local não preserva o patrimônio ambiental.

Ressalta-se ainda que a maioria dos empreendimentos nos Caminhos de Pedra encontra-se em área de preservação, uma vez que o rio corta o eixo principal do povoado. Isso ocorre pois historicamente as civilizações se instalavam próximas aos recursos hídricos, porém é possível observar os impactos decorrentes dessas atividades ao longo do curso do rio. Em diversos trechos há inexistência de mata ciliar, e em outros locais há construções bem próximas ao curso d'água.

Um ponto positivo em relação às áreas de preservação é a construção do Jardim Botânico no roteiro dos Caminhos de Pedra, conforme estabelecido no Projeto Cultural dos Caminhos de Pedra.

7.2 ANÁLISE DOS FATORES CULTURAIS

A cultura pode ser considerada como uma forma de manifestação que engloba conhecimentos, construções arquitetônicas, artes, moral, leis, costumes, hábitos e qualquer outra demonstração que expresse a vida de um povo. Essas demonstrações revelam a identidade de uma sociedade e exprimem sentimentos comuns que manifestam singularidade, o que, por si só, abarca indiscutível valor humanístico (GUIMARÃES, 2004).

O patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas (UNESCO, 2019). Dessa forma, é possível

afirmar que a preservação do patrimônio cultural e das identidades tradicionais é uma função do Estado e um dever de toda a sociedade.

O roteiro Caminhos de Pedra oferece cultura, gastronomia e arquitetura em vários pontos de visitação e observação. As centenárias casas de pedra da rota incluem moinhos, cantinas coloniais, casa de massas caseiras, teares, casa de doces, experiências de vida dos imigrantes e seus descendentes, resgatando constantemente a herança cultural (BENTO GONÇALVES, 2019).

Identificou-se durante a pesquisa que anualmente são realizadas seis festividades tradicionais para auxiliar na preservação da cultura italiana, sendo elas: Natal, Festa Flores de Pedra, coral da comunidade, círculo trentino, corrida de barril. Segundo Caminhos de Pedra (2018), a Festa Flores de Pedra nasceu com o intuito de preservar as raízes da cultura dos imigrantes italianos, proporcionando um momento de vivência e resgate para os participantes, bem como um momento de interação entre as sete comunidades pertencentes à Linha Palmeiro: São Pedro, Santo Antônio, Santo Antoninho, São José da Busa, São Miguel, Barracão e Cruzeiro. Com o símbolo da flor beijo, a festa quer eternizar o florescer de todo o ano e a sua força de vontade por conseguir crescer em qualquer lugar, inclusive entre as pedras, onde foram construídas as casas da região, fato que deu origem à festa Flores de Pedra, há 27 anos.

A Festa tem como atividades o futebol com narração em dialeto italiano, desfile de carroças com escolha da rainha, missa em dialeto italiano, baile, resgate de pratos da culinária italiana, exposição de brinquedos que nossos avós brincavam, com o intuito de resgatar as raízes da cultura de nossos antepassados italianos (CAMINHOS DE PEDRA, 2019).

É possível afirmar que o roteiro por meio das festividades tradicionais planejadas anualmente busca o resgate e a preservação dos costumes italianos.

Em relação à percepção da população local frente às questões culturais, relatam que o que torna o roteiro mais atraente são: casa/arquitetura, paisagens, cultura, vegetação/natureza. Além disso, os 37 entrevistados consideram a região bonita e acreditam que os turistas visitam a região pela cultura, gastronomia, preservação da casas/arquitetura, natureza e clima.

Outro fator importante em relação à cultura e à população é o relato que se sentem valorizados, com a visita dos turistas. Dessa forma, é possível afirmar que o projeto turístico dos Caminhos de Pedra oportunizou à população local o orgulho de suas origens, dos hábitos, costumes, das casas velhas de pedra, conforme é possível observar no discurso do entrevistado por Biase (2001):

> Antes do projeto nós tínhamos um pouco de vergonha, falávamos o dialeto somente entre nós, não queríamos que os "estrangeiros" nos entendessem, pois era vergonhoso. As pessoas da cidade desdenhavam os que habitavam na colônia e o trabalho que era feito. Durante um período foi proibido falar o dialeto, e após essa época esse hábito permaneceu e o dialeto desapareceu na cidade. Nós tínhamos sempre vergonha. Em seguida, com o projeto, nós tivemos a ocasião de resgatar a história de nossos antepassados, a vergonha de falar... [...] Nós fomos a primeira família convidada para o projeto. Começamos a trabalhar com o vinho. J.P. veio até aqui. Foi ele quem teve a ideia de desenvolver este negócio. Ele conversou conosco, nós não o conhecíamos. Ele nos explicou que queria organizar alguma coisa turística. Aqui, com as velhas casas. Ficamos desconcertados, e quando ele partiu nós começamos a rir, dizendo que, aqui, ninguém viria nos visitar. Visitar o quê? Casas caindo?
> Para nós, as casas de pedra eram uma vergonha. Para mim, seria impossível que as pessoas de São Paulo quisessem se deslocar para visitar casas assim... nós rimos dele durante toda a noite. Mas ele foi muito insistente, ele vinha aqui todos os dias, entrava em casa e conversava conosco, ele nos explicava como deveria ser e assim, pouco a pouco, ele nos fez compreender que seria um modo de mostrar a história de nossos avós, de nossos bisavós e de salvar as velhas casas e as antigas tradições. Isso foi difícil para ele, mas ele insistiu de tal maneira que nos convenceu. Então nós começamos, e nas primeiras vezes que nós vimos turistas, tivemos medo, tivemos vergonha, não sabíamos como falar… era a vergonha, nós tínhamos medo que as pessoas rissem de nós, de nossas casas, nós não sabíamos que as pessoas amavam ver essas coisas… com o tempo, entendemos que nós estávamos errados, porque nós tínhamos sonhado durante muito tempo em demolir essas velhas casas desconfortáveis para erguer novas. Nós tínhamos vergonha, os outros tinham casas novas e confortáveis e nós ainda as velhas… E agora nos ensinaram a ser orgulhosos de morar ainda nessas casas e de poder contar a história de nossos avós… (BIASE, 2001).

Vale ressaltar que o roteiro possuiu um Projeto Cultural em que o resgate da cultura italiana e a sua preservação para as futuras gerações estão entre os principais objetivos; ele busca tanto a preservação do patrimônio material, por meio da arquitetura e da paisagem, como a do imaterial, por meio da língua, da música, da dança e de técnicas produtivas. Nesse sentido e com o objetivo de incentivar o uso correto das técnicas e materiais nas ações de conservação e restauração, preservando a autenticidade das edificações e a autossustentabilidade na medida do possível, o projeto visa criar escolas de formação de mão de obra, privilegiando ofícios em fase de desaparecimento, cuja produção se destinará à manutenção das edificações que integram o projeto, tais como cantaria, carpintaria, ferraria, funilaria, marcenaria, olaria, conforme técnicas tradicionais (CAMINHOS DE PEDRA, 2005). Não foi possível identificar a execução dessas oficinas estabelecidas no Projeto Cultural durante a pesquisa.

O Projeto Cultural traz ainda que para as intervenções e novas edificações se fizerem necessárias para a preservação, manutenção e expansão do projeto, elas deverão estar pautadas nos princípios de autenticidade e originalidade, sob pena de perder seu caráter histórico e cultural, transformando-se apenas em um empreendimento turístico. Entre as premissas que serão seguidas pode-se citar: a autenticidade histórica, as intervenções não podem alterar ou falsificar valores, a autenticidade dos materiais, a autenticidade estética, a autenticidade do

espaço envolvente, usos compatíveis e acréscimos conscientes (CAMINHOS DE PEDRA, 2005).

Porém ao longo da pesquisa foi possível identificar que muitos empreendimentos presentes no roteiro e no Projeto Cultural original não possuem o resgate da herança cultural italiana, mas muitos de seus empreendedores são possuidores dos traços culturais da italianidade. Dessa forma, é possível afirmar que esses empreendimentos não representam a herança cultural dos descendentes de italiano que o projeto afirma ter por objetivo.

Ao longo da pesquisa alguns turistas fizeram relato sobre a descaracterização de patrimônios arquitetônicos. Já a população local, os turistas e visitantes relatam que o roteiro preserva seu patrimônio cultural. Para 59% dos empreendedores a população local não preserva o patrimônio cultural, principalmente no que está relacionado à parte arquitetônica.

Cabe ressaltar que o Projeto Cultural dos Caminhos de Pedra foi de suma importância para a preservação do acervo arquitetônico, porém como afirma Michelin (2008), esse acervo não voltou a ser exatamente como era com os primeiros imigrantes italianos:

> Entendo que o visitante não encontrará "exatamente como naquela época" em que os primeiros imigrantes italianos chegaram ao Rio Grande do Sul, isso porque os descendentes desses imigrantes tinham a herança cultural como sinônimo de vergonha, e também pelo processo de modernização que levou muitos residentes a modificarem suas moradias. Através do Projeto Caminhos de Pedra, as casas foram restauradas, entretanto não se pode dizer. que são exatamente como eram. A etnicidade dos visitados, assim como suas residências, também foi reconstruída buscando a valorização da sua herança cultural. Contudo não se pode dizer que essa voltou a ser exatamente como era com os primeiros imigrantes italianos, pois muitos traços culturais foram perdidos e novos traços foram absorvidos, passando a fazer parte da atual herança cultural, da italianidade, desses descendentes (MICHELIN, 2008, pág. 50).

Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988 garante a proteção de patrimônios ambientais e culturais; o artigo 23 dispõe que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

> III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
> IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
> V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação (BRASIL, 1988).

Essa mesma lei estabelece ainda sobre o conceito de Patrimônio Cultural e afirma que é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória. Estabelece ainda:

> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Analisando a Constituição, é possível afirmar que ela reconhece que o patrimônio cultural do povo brasileiro é elemento de sua identidade e da diversidade cultural, além de ser um importante fator de desenvolvimento sustentável, de promoção do bem-estar social, de participação e de cidadania. A forma de proteção ideal que abrange o fenômeno cultural possui três dimensões fundamentais: a criação, a difusão e a conservação da cultura.

Para Guimarães (2004), a criação da cultura é feita em diversos níveis e manifesta-se em diversas formas (música, pintura, esculturas, trabalhos literários, fotografias, manifestações populares, dança etc). A Associação dos Caminhos de Pedra favorece a realização dessas manifestações por meio da Festa Flores de Pedra, o coral e o círculo trentino.

Guimarães (2004) afirma ainda que:

> A difusão corresponde ao acesso dessa produção cultural no meio social. É de importância crucial a informação e a educação da sociedade. Desta forma, foi possível identificar que o roteiro difunde sua cultura para toda sociedade, uma vez que 68% dos empreendedores possuem programas de visitas orientadas com interpretação ambiental e/ou cultural. E a conservação, que repercute na proteção dos bens e na sua manutenção para evitar destruição e avariações (GUIMARÃES, 2004).

Na presente pesquisa, foi possível observar que 41% dos estabelecimentos encontram-se em um patrimônio arquitetônico, e que 65,2% dos produtos alimentícios, souvenires e artesanato são da localidade, conforme relato dos empreendedores.

As três dimensões fundamentais do fenômeno cultural (criação, difusão e conservação) estão contempladas na Constituição Federal, que as coloca sob a responsabilidade do poder público, em colaboração com a sociedade.

O roteiro Caminhos de Pedra, por meio da Associação dos Caminhos de Pedra, implementou na escola uma série de atividades a fim de promover a preservação e perpetuação da cultura, sendo elas: aulas de Talian, educação ambiental, educação patrimonial, dentre outros.

Questionou-se a população local em relação à perpetuação da escola, uma vez que a Associação dos Caminhos de Pedra entende que ali é um local para promover a conservação da cultura, e 68% da população local relataram que a escola contribui para a preservação da cultura local e o fortalecimento da comunidade.

Para 86% dos empreendedores, a escola contribui para a preservação da cultura e o fortalecimento da comunidade; 86% auxiliariam com recursos caso a escola tivesse um projeto de educação considerado modelo; e 90% acreditam que ela poderia se tornar um atrativo turístico.

A escola da comunidade São Pedro pode e deve ser utilizada como instrumento de sensibilização, a fim de preservar as memórias locais. Deveriam existir ainda, por parte da Associação, do poder público e dos empreendedores, ações para a preservação das histórias, bem como as capelas e escolas antigas.

Questionou-se ainda se a população local acha que o desenvolvimento do turismo muda a cultura e seus hábitos, sendo que 72% acreditam que sim, e quando solicitado como, foi relatado: por meio do envolvimento com os turistas, mudança das raízes, alteração da rotina e hábitos dos envolvidos e a globalização. Um dos relatos que mais chamou atenção foi o seguinte: "minha família não se encontra mais para almoçar junto, não tem feriado, trabalha de domingo a domingo".

Para Michelin (2018), no Roteiro Caminhos de Pedra, percebe-se o hibridismo cultural por meio da absorção de traços culturais de outras culturas, como, por exemplo, o costume de tomar o chimarrão, vindo da cultura indígena. Esse traço cultural, absorvido pelos primeiros imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul, tornou-se característico da italianidade étnica dos seus descendentes.

A mesma autora ressalta ainda que também ocorre a absorção de traços culturais provenientes da globalização. Traços característicos da modernidade, que passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores do Distrito de São Pedro, como, por exemplo, o uso de internet e telefone celular. Sendo assim, o hibridismo cultural é perceptível em diversas culturas, lembrando que a partir do momento que os símbolos recebem um novo significado em uma cultura passam a ser traços culturais característicos dela (MICHELIN, 2008).

Tinoco (2003, pág. 58 *apud* MACHADO, 1996), estudando o consumo turístico, ressalta que quando os visitantes atendem a população local, "os hábitos de consumo são transferidos para a região receptora, a fim de atender à demanda dos turistas, e acabam sendo absorvidos pouco a pouco pela comunidade local". Ele acrescenta que "o processo de absorção

da cultura local pela cultura exógena ocorre união, no sentido de uniformidade, como é o caso da globalização".

Dessa forma, conclui-se que o Projeto Cultura tem percepção da valia da herança e do patrimônio cultural presente no roteiro, já que, conforme relatado, por muitos anos foi motivo de vergonha para a comunidade local, sendo deixado de lado. Desse modo, é possível afirmar que o turismo tem e teve um papel muito importante para o reconhecimento e fortalecimento da cultura, incentivando e valorizando a herança cultural dos imigrantes italianos, atingindo um dos objetivos do IY2017 (Ano Internacional do Turismo), promovendo os valores culturais, a diversidade e o patrimônio.

Concluindo, é possível afirmar que o patrimônio histórico aparece para assegurar às gerações futuras que elas irão conhecer as experiências e tradições de uma época anterior. Assim, tem-se o compromisso de salvaguardar o bem cultural registrado, contribuindo com as memórias, identidades e a cidadania.

Sendo assim, é possível afirmar que o roteiro dos Caminhos de Pedra possui um enorme valor para a sociedade, por meio dos legados construídos pelas gerações passadas, representando uma fonte de divulgação sobre a cultura, preservação histórica dos imigrantes italianos.

7.3 ANÁLISE DOS FATORES SOCIAIS

Em qualquer forma de turismo, os visitantes se movem de um lugar para outro. Isso ocorre tanto para aqueles que têm o espaço natural como sua principal atração, bem como para aqueles que possuem questões culturais (museus, igrejas etc.) (TINOCO, 2003). A atividade turística tem lugar num determinado espaço e, inevitavelmente, gera uma série de conflitos nesse espaço, e isso ocorre também nos Caminhos de Pedra.

Durante os meses das férias de julho e nos finais de semana, há um alto nível de veículos circulando na estrada de acesso aos empreendimentos, sendo uma das principais reclamações da população local. Muitos moradores relataram a dificuldade de sair de suas residências nos finais de semana.

Cabe ressaltar que a 60% da população local estão dispostos a conviver com os impactos causados pelo turismo. Além disso, 97% acreditam que o turismo melhora o desenvolvimento da cidade e região, e 94% relatam que esse desenvolvimento está bom. Quando perguntado aos empreendedores se a população local está satisfeita com o turismo, 91% acreditam que sim.

A população relatou, ainda, que o turismo traz benefícios para economia, desenvolvimento econômico, emprego, rentabilizada, sinalização das vias, infraestrutura e preservação. Analisando essas informações e os relatos colhidos nas entrevistas, é possível afirmar que os principais benefícios relatados pela comunidade estão relacionados à questão da economia atrelada à oferta de empregos e à infraestrutura, já que 80,73% dos empregados nos estabelecimentos turísticos são residentes locais, e estabelecimentos possuem um total de 59% de empregos fixos.

Nas entrevistas com a população local, 44% dos entrevistados já trabalharam com turismo. A pesquisa identificou ainda por que motivo eles têm interesse em trabalhar com o turismo, sendo registradas as seguintes respostas: por proporcionar novas experiências, fonte rentável, o contato com várias pessoas, atendimento ao público, troca de culturas, oportunidade de crescimento.

Perguntados se estão sendo beneficiados com o desenvolvimento do turismo, 76% responderam que sim, e 24% que não se sentem beneficiados. Foi solicitado ainda quanto é esse benefício para a comunidade local, e a média ficou 8.

Vale destacar que, dos 24% que não se sentem beneficiados, eles relataram que atrapalha seu trabalho atual, o fluxo de veículos atrapalha seu dia a dia, e que há falta de mão de obra para agricultura. Ao serem questionados sobre o que o turismo tem auxiliado a solucionar, 62% responderam que os problemas de infraestrutura, 17% os problemas ambientais, 18% nenhum problema e 3% relataram que auxiliou na preservação das casas históricas. Dentro do grupo que relatou nenhum problema, foi explanado que só agravou os problemas, uma vez que ficou mais complicado exercer as atividades rotineiras.

A população local relatou ainda que o turismo traz impacto negativo para cidade, ao perguntar quais os impactos negativos, os principais itens levantados foram: resíduos “lixo”, trânsito e poluição (figura 39).

De acordo com Tinoco (2003, pág. 58, *apud* BLANCO, 1998),

> os impactos dos visitantes em um espaço natural não são apenas físicos, mas também têm um componente social importante. A capacidade de carga social refere-se ao sentimento de fardo que as pessoas que visitam um determinado lugar têm, ao encontrar um grande número de visitantes. A partir de um certo nível de massificação, a experiência recreativa do usuário tende a ser valorizada como negativa, independentemente das virtudes cênicas ou naturais do local visitado.

Sugere-se que esse aspecto seja levado em conta no processo de planejamento da atividade turística, uma vez que não foi possível identificar junto à Associação do Roteiro a capacidade de carga social e ambiental.

Conforme Fávero (*in* BRAMBATTI, 2002), para os moradores do Distrito, o turismo trouxe tanto impactos positivos como negativos. Em relação aos primeiros, 86% dos moradores entrevistados dizem que o turismo é benéfico. Em uma análise geral, a comunidade destacou como pontos positivos: a) o resgate cultural e histórico; b) o aumento da autoestima de todos que passaram a mostrar sua cultura e tradição; c) respeito ao meio ambiente; e d) integração entre "interior" e "cidade". Os impactos negativos foram menores; 14% dos moradores entrevistados destacaram: a) na comunidade cresceu a ambição e a crítica de outros moradores; e b) na propriedade, perda total da privacidade.

A partir da análise dos dados colhidos por Fávero (2002) e os da presente pesquisa, é possível afirmar que, de 2002 para 2019, ocorreu uma redução na percepção dos impactos positivos trazidos pelo desenvolvimento do turismo, já que, em 2002, 86% relatavam que era benéfico e, em 2019, 76% afirmam que estão sendo beneficiados (figura 29).

Um dado muito significante para o projeto dos Caminhos de Pedra é que 82% dos empreendedores são da localidade, demonstrando como o turismo propiciou à população local outra fonte de economia e valorização de sua cultura. Segundo Bonotto *et al.* (2018), nota-se que 75% dos entrevistados dizem que o atrativo turístico visitado no roteiro Caminhos de Pedra sempre pertenceu a sua família, sendo passado de geração a geração.

O dado que teve mais discrepância entre os empreendedores e a população local foi em relação à compra de produtos locais; 79% dos empreendedores afirmaram que compram de agricultores locais, já 88% da população local afirmou que não vende para os empreendedores locais, e ainda não compram produtos orgânicos.

Outro dado da pesquisa que chamou atenção foi em relação à capacitação dos colaboradores e empreendedores do roteiro Caminhos de Pedra; apenas 20% dos colaboradores locais possuem capacitação em turismo, e 18% dos empreendedores possuem ensino superior completo. Além disso, não foi possível evidenciar iniciativas de capacitação e treinamento profissional aos funcionários e residentes no ano de 2018. Observou-se nas entrevistas que diversos empreendedores fizeram a capacitação inicial no começo da implementação do Projeto Caminhos de Pedra e após não buscaram se capacitar.

Convém enfatizar que grande parte da economia local é gerada por meio da agricultura, sendo que 80% dos produtores manteriam suas atividades agrícolas, mesmo que fossem mais

rentáveis que o turismo, e 71% deles não estão dispostos a reduzir suas atividades impactantes para o desenvolvimento do turismo. Segundo Bonotto *et al.* (2018), a uva é cultivada na propriedade por 75% dos entrevistados, um costume passado dos avôs para os netos.

Conclui-se, dessa forma, que o desenvolvimento na comunidade do roteiro dos Caminhos de Pedra trouxe uma melhora na qualidade de vida, com geração de emprego, melhoria da infraestrutura, elevação da autoestima dos empreendedores e cada comunidade, ou seja, passaram a valorizar o local onde vivem. Além do enriquecimento sociocultural para o destino adquirido na interação com os visitantes.

7.4 ANÁLISE DOS FATORES ECONÔMICOS

O turismo representa uma alternativa de desenvolvimento econômico para qualquer economia; se isso for adicionado ao planejamento e monitoramento da atividade, pode se tornar um mecanismo de conservação dos recursos naturais e culturais. Trata-se também de uma atividade com um importante efeito multiplicador na economia dos países em que se desenvolve. Precisamente quando a atividade turística se desenvolve, uma série de impactos são gerados (TINOCO, 2003).

O turismo possui algumas características que o diferenciam de outras atividades produtivas: é um produto que só pode ser consumido *in loco*, estimula o desenvolvimento de outras atividades econômicas (entretenimento, comércio, transportes, meios de hospedagem, agências de viagens, artesanato, serviços de apoio); estimula o desenvolvimento da infraestrutura (estradas, aeroportos, saneamento, energia etc.); depende da sustentabilidade cultural e ambiental e tem forte efeito indutor na geração de renda e emprego local (CUNHA; CUNHA, 2005).

Um dos principais impactos positivos do turismo na economia é a contribuição para geração de emprego, sejam eles diretos (restaurantes, bares, hotéis, cafés, agências de viagens) ou indiretos (taxistas, agricultores, garçons, recepcionistas, guias). No roteiro turístico Caminhos de Pedra, conforme analisado anteriormente, 80,73% dos empregados nos estabelecimentos turísticos são residentes, e a população local demonstrou que possuiu interesse em trabalhar com turismo no roteiro e/ou na cidade; a figura 20 demonstra que 61% dos entrevistados têm interesse.

O turismo é reconhecido também como contribuinte para o aumento na receita dos municípios. Em Bento Gonçalves, o turismo gerou uma receita de janeiro a setembro de 2018

de R$ 2.415.512,36 milhões[5]. Já os empreendedores relataram que investem em média R$ 40.000,00 anualmente.

Na presente pesquisa, verificou-se, também, que 68% da renda dos estabelecimentos são decorrentes do turismo, sendo que cada turista gasta em média R$38,00/dia.

Em relação à idade dos estabelecimentos turísticos, em média tem-se 9 anos, sendo que todos trabalham nos finais de semana. Na pesquisa realizada com os turistas, durante a semana, diagnosticou-se a insatisfação por diversos empreendimentos estarem fechados.

Quanto a iniciativas de minimização de sazonalidade, 59% dos empreendedores responderam que possuem iniciativas, porém ao serem questionadas quais, não possuíam evidências.

Um item identificado na pesquisa de campo que preocupa a perpetuação do projeto é a sucessão na gestão dos estabelecimentos, visto que muitos empreendedores já são de meia idade e os filhos não vislumbram gerir o empreendimento. Caso a Associação dos Caminhos de Pedra não pense em uma alternativa para auxiliar os empreendedores nessa sucessão, a continuidade e parte da história dos imigrantes italianos serão perdidas. Foi perceptível, ainda, que muitos empreendimentos não possuem um plano de negócio, dissociando os gastos pessoais dos gastos do negócio.

Dessa forma, é possível concluir que os impactos econômicos causados tanto pelos gastos dos turistas como pelo desenvolvimento da atividade turísticas possuem um efeito multiplicado na cadeia de valor (comércio, serviço em geral, setores empresariais).

7.5 ANÁLISE DOS FATORES TURÍSTICOS

Na pesquisa foi possível verificar a acessibilidade dos empreendimentos, em que 77% relataram que possuem acessibilidade e facilidade para mobilidade de pessoas, porém em loco foi possível observar que a realidade é bem distinta, já que a maioria dos estabelecimentos possui cascalho em seu entorno, alguns locais com inclinação elevada para pessoas com alguma deficiência física. Dentro desse aspecto, cabe ressaltar que a maioria dos proprietários entende possuir acessibilidade, devido ao fato de possuírem banheiros adaptados.

Quando perguntados se possuem registro de visitação, 68% afirmam que sim, sendo que turistas e visitantes ficam em média 58 min/por empreendimento. E 68% dos empreendimentos

[5] Dado repassado pela Secretaria Municipal de Turismo de Bento Gonçalves.

possuem programas de visitas com interpretação ambiental e cultural, e 50% cobram taxas de visitação.

Quando perguntado aos turistas e visitantes presentes no roteiro qual o destino preferido, 19% responderam regiões de serra e 72% relataram que costumam visitar ambientes naturais e rurais, motivados pela história, cultura, paisagem, natureza, preservação ambiental, clima, arquitetura e alimentação. A imagem que se enfatiza é de que o contato com o ambiente rural oportuniza tranquilidade, descanso, além da conservação do patrimônio cultural, ambiental e social. Esses ganhos vêm de encontro aos atuais problemas do ambiente urbano.

Em relação à mensuração do grau de satisfação e assiduidade dos turistas, nenhum empreendimento possuía esse índice, sendo que alguns relataram que monitoram pelo *tripadvisor* ou *facebook*. Todavia, na pesquisa realizada com os turistas e visitantes, 68% relataram que a impressão geral da região é ótima que o roteiro possui uma ótima diversidade de atrativos.

Os turistas e visitantes levantaram alguns pontos a serem melhorados, sendo eles: locais para entretenimento de crianças, valores mais acessíveis nos restaurantes, infraestrutura de comunicação, falta de coletores de resíduos nas vias, locais para entrada com animais, descaracterização do patrimônio cultural e melhor divulgação do roteiro.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos ao longo das últimas décadas, o tema sustentabilidade e desenvolvimento sustentável tem sido assunto de diversos congressos, artigos, simpósios, encontros, fóruns e também no dia a dia das pessoas, uma vez que muitas já sofrem com as consequências dos problemas sociais, ambientais, econômicos, éticos e culturais causados pelo homem. Sendo assim, a sustentabilidade passou a assumir dimensão para além das grandes conferências internacionais realizadas sobre o assunto.

Dentro desse contexto, uma das motivações para o desenvolvimento da pesquisa foi a necessidade de unir dois conceitos: o de sustentabilidade e o de turismo, visando à melhoria da Região Uva e Vinho. Outro motivo se originou em função das preocupações referentes ao desenvolvimento do turismo. Dessa forma, teve-se como objeto de estudo a análise do desenvolvimento da sustentabilidade na Região Uva e Vinho, no Roteiro turístico dos Caminhos de Pedra, tendo com norteamento a verificação dos problemas sociais, a preservação do patrimônio cultural e histórico, o cuidado com a qualidade de vida, as questões ambientais, as peculiaridades locais e se há ruptura com o atual padrão de desenvolvimento.

Outra motivação para a escolha do objeto de pesquisa se deu devido à percepção de que os termos "sustentabilidade" e "desenvolvimento sustentável" vêm sendo usado fortemente no setor turístico, nas reuniões de conselhos de turismo, nos planos municipais de turismo, bem como no planejamento dos roteiros. Sendo assim, a partir dos dados coletados, sua interpretação e análise, foi possível confirmar que a utilização do termo "desenvolvimento sustentável" é uma tendência, sendo observado nos objetivos e na missão dos planos e projetos. Nesse sentido, analisou-se que o Plano Municipal de turismo de Bento Gonçalves, bem como o Projeto Cultural dos Caminhos de Pedra, relata a busca pelo desenvolvimento sustentável, porém ambos não possuem instrumentos de mensuração.

Ressalta-se que os dados coletados ao longo da pesquisa permitiram realizar contribuições importantes para a sustentabilidade do roteiro turístico Caminhos de Pedra, resguardadas as limitações do estudo, uma vez que se propôs a análise de todos os atores, isto é, população local, empreendedores, turistas e setor público, ressaltando que o setor público não informou os dados solicitados, impossibilitando, assim, a comparação dos dados informados pelos demais atores, bem como a possibilidade de gerar um índice de sustentabilidade para o roteiro.

É possível verificar, ainda, que as dimensões analisadas na pesquisa são dependentes uma da outra, ou seja, para o atingimento do desenvolvimento sustentável de um roteiro ou cidade, todas devem estar se desenvolvendo conjuntamente. Dessa forma, é possível afirmar que a proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, ambiental desenvolve-se sob o reconhecimento de que a sua proteção não deve ser um interesse individualizado, e sim um papel da coletividade social, sendo da gestão pública e das governanças o papel de garantir o cumprimento dos interesses comuns.

Ressalta-se que, a partir dos dados coletados, as questões ambientais devem ter uma maior atenção por parte da comunidade, dos empreendedores, da gestão pública e da Associação do Roteiro Caminho de Pedra, uma vez que os problemas ambientais afetam direta e indiretamente todos os atores. Para Vignati (2012), apesar do interesse econômico, o motor de qualquer atividade produtiva, não se pode confundir exploração turística com degradação turística.

Portanto, foi possível verificar que no roteiro dos Caminhos de Pedra os problemas ambientais decorrentes da exploração turista são: aumento dos resíduos nas margens das vias, falta de programas de gerenciamento de resíduos, falta de gestão no consumo de água, ineficiência na avaliação das análises de água.

Outro problema levantado é em relação à utilização de defensivos agrícolas por parte dos agricultores locais, afetando diretamente a qualidade de vida da população e contribuindo para a contaminação da água, do solo e do ar, tornando-se um caso de saúde pública, uma vez que os turistas e visitantes também vão beber dessa água. Em contrapartida, um dos fatores positivos da agricultura é que ela é familiar, em vez de grandes empresas instaladas no roteiro.

Analisando a percepção da população local, conclui-se que o turismo no roteiro dos Caminhos de Pedra é visto como gerador de empregos, renda, benefícios na infraestrutura. Os impactos negativos causados pelo turismo são encarrados de maneira positiva pela população local, uma vez que relataram que estão dispostos a conviver com esses impactos. Acredita-se que um dos fatos de estarem dispostos a conviver isso é a dependência econômica.

Em relação às questões culturais, pode-se afirmar que o turismo foi um excelente aliado na preservação do patrimônio histórico e cultural, ampliando o conhecimento da comunidade local e do público em geral sobre esse patrimônio, assim como as possibilidades de acesso e, consequentemente, a sensibilização e o envolvimento com o despertar do sentimento de preservação.

Conforme relatado ao longo da pesquisa, por muitos anos a cultural local foi motivo de vergonha para a comunidade de São Pedro. Dessa forma, em relação às questões culturais, é possível afirmar que o desenvolvimento do turismo atingiu um dos objetivos propostos pela OMT, promovendo os valores culturais, a diversidade e o patrimônio.

Sobre os fatores turísticos, afirma-se que é necessário a melhoria de alguns itens, como locais para entretenimento de crianças, valores mais acessíveis nos restaurantes, infraestrutura de comunicação, locais para entrada com animais e melhor divulgação do roteiro.

Em relação aos fatores econômicos, é possível afirmar que o desenvolvimento do turismo propiciou à comunidade local a contribuição para geração de empregos diretos e indiretos, e aos empreendedores um negócio rentável e duradouro. Porém, conforme afirma Vignati (2012), é necessário ter consciência de que o turismo não pode matar o turismo. Gestores e atores sociais devem trabalhar juntos para debater continuamente o ponto de equilíbrio entre o crescimento econômico e o desgaste dos ativos que o permitiram.

Sendo assim, para o monitoramento e a gestão sustentável da atividade turística no roteiro e na Região, é indispensável um conjunto de indicadores, diretrizes e parâmetros, tornando indispensável a participação da sociedade na elaboração. Bellen (2008) destaca que a participação das partes interessadas na escolha dos indicadores propicia a sua legitimidade, eficiência e transparência. Para isso, devem se preocupar com características relacionadas ao agregar e simplificar informações, tornando possível quantificar, medir e comunicar.

É possível afirmar que os dados coletados são de suma importância uma vez que apontam as necessidades de intervenção para o direcionamento de prioridades e possíveis investimentos no sentido de melhorar a sustentabilidade do roteiro. Esses dados juntamente constituem um instrumento de gestão, auxiliam no planejamento e monitoramento do turismo para o alcance da sustentabilidade

Desse modo, visando a uma melhoria da dimensão ambiental, social, cultural, turística e econômica, sugere-se realizar o monitoramento por meio de poucos indicadores, porém que contemplem todas as dimensões, sendo eles: capacidade de carga social, ambiental, das estruturas e do turista. Assim, futuramente será possível mensurar o desenvolvimento, por meio de um Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).

A partir desta análise sobre o desenvolvimento da sustentabilidade, gerou-se como produto o Programa de Educação para Sustentabilidade, como forma de auxiliar a Região Uva e Vinho no atingimento do desenvolvimento sustentável, bem como o monitoramento por meio de indicadores, uma vez que se entende que para tornar o roteiro do Caminhos de Pedra e/ou a

Região Uva e Vinho mais sustentáveis, requer-se o esforço das governanças locais, bem como da população, sendo a Educação uma forma de auxiliar no atingimento da sustentabilidade, por meio de programas, mídias, campanhas, conscientização para que se melhore o meio ambiente e a qualidade de vida, ao mesmo tempo em que se desenvolve uma economia que sustente a prosperidade do desenvolvimento do turismo e dos ecossistemas.

Cabe ressaltar que o Programa será entregue à governança regional da Região Uva e Vinho, a Atuaserra, sendo que, ao ser aplicado nos municípios pertencentes à região, o programa deverá será adaptado à realidade econômica, social, cultural, respeitando os valores e identidades locais, aproveitando os recursos e potencialidades, gerando, dessa forma, desenvolvimento e qualidade de vida no município. Essa adaptação deve ser realizada, uma vez que se sabe que cada município possuiu características únicas, e por isso deve ser planejada de forma particular.

Além disso, sabe-se que a educação ambiental é um tema rico e se aplicada no setor turístico assume um papel de humanização das viagens turísticas e conduz a práticas que beneficiam a preservação dos recursos naturais, a qualidade de vida e bem viver das comunidades e a preservação do patrimônio histórico e cultural.

Ressalta-se ainda que, com os dados coletados, não se teve a presunção de generalizar o desenvolvimento do turismo na Região Uva e Vinho e muito menos afirmar que esse é o modelo a ser seguido. Objetivou-se apresentar novas formas para gerir os empreendimentos, bem como os roteiros, para atingimento de um desenvolvimento sustentável. Conclui-se ainda que, por ser um tema tão abrangente, cada dimensão deveria ser analisada mais profundamente.

Portanto, para alcançar o desenvolvimento sustentável a partir da atividade turística, tem-se que superar os problemas ambientais, trabalhar com uma agricultura mais sustentável, a sucessão dos empreendedores, aumentar a participação da comunidade nas decisões, valorizando o poder local e criar uma consciência socioambiental. Conforma afirma Vignati (2012), é importante deixar claro que a sustentabilidade político-institucional dos destinos turísticos depende, em grande parte, da capacidade de participação e engajamento efetivo da sociedade.

Dessa forma, é imprescindível que a Associação dos Caminhos de Pedra discuta os caminhos a percorrer em busca da sustentabilidade; como propõe Sachs (2002), o desenvolvimento local sustentável não poderá estar vinculado apenas à geração de emprego, à sobrevivência da população, às mudanças da condição de vida, mas sim a uma vida com qualidade.

Por fim, cabe ressaltar que o turismo sustentável não deve ser visto como um estado ideal, praticamente utópico. Porém, deve considerar um processo de mudança avaliado e reavaliado, orientando o desenvolvimento do turismo, a fim de atingir benefícios para a população local, emprego, renda, respeito aos valores socioculturais, qualidade de vida, utilização racional dos recursos naturais, preservação do patrimônio ambiental, cultural e histórico, integração entre a economia e o meio ambiente, economias criativas, satisfação da demanda, educação socioambiental, dentre outros. Desse modo, um desenvolvimento baseado no equilíbrio entre as questões ambientais, sociais, culturais, economia e turísticas.

Conclui-se, ainda, que os benefícios de uma atividade turística bem gerida vão além da dos limites locais, uma vez que o turismo tem a função de

> *promover mais entendimento entre os povos de todos os lugares, o que leva a uma maior conscientização sobre o rico patrimônio de várias civilizações e a uma melhor apreciação dos valores inerentes às diferentes culturas, contribuindo dessa forma para fortalecer a paz no mundo* (OMT, 2017).

9 PRODUTOS

A presente pesquisa realizou a análise da Sustentabilidade do roteiro Caminhos de Pedra, localizado em Bento Gonçalves, na Região Uva e Vinho, podendo contribuir sua gestão.

Para ser possível essa contribuição aos municípios da Região Uva e Vinho, buscou-se apoio da governança regional, da Associação de Turismo da Serra Nordeste, esta que tem por objetivo coordenar as ações de desenvolvimento do turismo regional e a sustentabilidade das comunidades, a manutenção da cultura e do ecossistema em potencial existente na região (SERRA GAÚCHA, 2019). Buscou-se ainda a contribuição da Associação dos Caminhos de Pedra, responsável pela gestão do roteiro.

Dessa forma, teve-se a entrega dos seguintes produtos: palestra sobre sustentabilidade, educação ambiental na escola, sensibilização sobre sustentabilidade, apresentação dos dados para ATUASERRA e Programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

10.1 PALESTRA SOBRE SUSTENTABILIDADE

No dia 05 de setembro de 2018, realizou-se uma palestra no município de Vista Alegre do Prata, para comunidade local, na I Conferência Municipal de Cultura de Vista Alegre do Prata, RS, abordando o objetivo da pesquisa, Sustentabilidade, um processo de desenvolvimento pessoal e coletivo. Nos anexos A, B e C, apresentam-se as evidências.

10.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

No ano de 2018, trabalhou-se, na escola da comunidade dos Caminhos de Pedra, temas relacionados às questões ambientais (anexo D), a fim de sensibilizar a população local. Sendo trabalhados os seguintes temas:

- Resíduos: problemas, benefícios, reciclagem e reutilização.
- Poluição dos rios e mares, suas consequências.
- Mata atlântica.
- Recursos naturais.
- Reflorestamento.
- Poluição do ar.
- Cidadania.

- Visita a Ayni.
- Consumo consciente.

O anexo D apresenta imagens de alguns temas trabalhados.

10.3 SENSIBILIZAÇÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE NO ROTEIRO CAMINHOS DE PEDRAS

No dia 1º. de agosto de 2018, realizou-se no roteiro caminhos de Pedra a sensibilização sobre Cidades em Transição, Turismo Sustentável, um processo de desenvolvimento coletivo e pessoal. A sensibilização ocorreu em parceria com o Instituto Nhandecy, conforme figuras 47, 48 e 49.

Figuras 47 e 48 – Sensibilização no roteiro Caminhos de Pedra

Fonte: elaboração da autora (2019).

Figura 49 – Sensibilização no roteiro Caminhos de Pedra

Fonte: Instituto Nhandecy (2019)

10.4 PESQUISA DE PERFIL DE TURISTAS NA REGIÃO UVA E VINHO

Desenvolveu-se, ainda em 2018, a pesquisa do perfil de turistas na Região Uva e Vinho. Essa pesquisa teve por objetivo analisar o perfil dos turistas e visitantes da região.

A pesquisa foi aplicada nos municípios de Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Farroupilha, Garibaldi e Vila Flores, totalizando 256 turistas e visitantes entrevistados entre novembro e dezembro de 2018.

Após a realização da pesquisa e compilação de dados, ela foi apresentada ao grupo gestor no dia 05 de dezembro de 2018 e a associados ATUASERRA no 12 de fevereiro de 2019. O Anexo E apresenta as listas de presença e a Ata.

Figuras 50 e 51 – Capacitação dos municípios para aplicação da pesquisa

Fonte: elaboração da autora (2019).

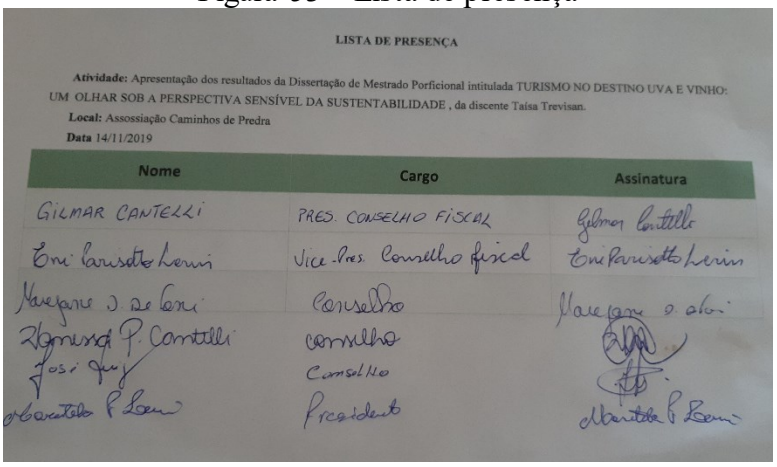
10.5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS PARA A ASSOCIAÇÃO DO ROTEIRO CAMINHOS DE PEDRA

No dia 11 de novembro de 2019, foi realizada uma palestra ao conselho da Associação dos Caminhos de Pedra, abordando o objeto da pesquisa, *Turismo no Destino Uva e Vinho: um olhar sob a perspectiva sensível da sustentabilidade*.

Figura 52 – Apresentação dos resultados ao conselho da Associação dos Caminhos de Pedra

Fonte: elaboração da autora (2019).

Figura 53 – Lista de presença



LISTA DE PRESENÇA

Atividade: Apresentação dos resultados da Dissertação de Mestrado Porficional intitulada TURISMO NO DESTINO UVA E VINHO: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA SENSÍVEL DA SUSTENTABILIDADE , da discente Taísa Trevisan.
Local: Assossiação Caminhos de Predra
Data 14/11/2019

Nome	Cargo	Assinatura
GILMAR CANTELLI	PRES. CONSELHO FISCAL	Gilmar Cantelli
Eni Parisotto Lenzi	Vice-Pres. Conselho fiscal	Eni Parisotto Lenzi
Marciane D. de Lenzi	Conselho	Marciane D. de Lenzi
Zamira P. Cantelli	conselho	
José Luiz	Conselho	
Maristela P. Lenzi	Presidente	Maristela P. Lenzi

Fonte: elaboração da autora (2019).

10.6 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO UVA E VINHO

A partir da presente pesquisa, elaborou-se o *Programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Uva e Vinho*, a fim de desenvolver um modelo turístico sustentável, resultante de um projeto participativo, tendo as questões sociais, culturais, históricas e ambientais como norteadoras, respeitando aos valores e identidade dos municípios e comunidades locais, tornando o destino Uva e Vinho sustentável. No anexo F apresenta-se o presente programa.

10 REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: http://www.agenda2030.org.br/sobre/. Acesso em: 2 jan. 2019.

BELLEN, H. M. V. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cad. EBAPE.BR**. vol. 2. n.1. Rio de Janeiro, Mar. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512004000100002. Acesso em: 3 ago. 2017.

_____. **Indicadores de Sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2 ed. São Paulo: FGV, 2008.

BENTO GONÇALVES. **Plano Municipal do turismo**. 2015. Disponível em: http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/downloads/Plano-Municipal-de-Turismo-2015-2018.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. **Capital do vinho, coração da Serra Gaúcha.** Caminhos de Pedra. Disponível em: https://bento.tur.br/caminhos-de-pedra/. Acesso em: 7 out. 2019.

_____. **Plano Municipal de resíduos sólidos**. 2014. Disponível em: http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/doe/Plano_de_Resduos.pdf. Acesso em: 7 nov. 2019.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. de M. **A questão ambiental:** diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BIASE, Alessia de. Ficções arquitetônicas para a construção da identidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 173-188, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-71832001000200010&lng=es&tlng=pt. Acesso em: 19 nov. 2019.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar:** ética do humano - compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BONOTTO, Camile *et al.* Desenvolvimento rural da região dos Caminhos de Pedra, no município de Bento Gonçalves/RS – Brasil. **Revista de Desenvolvimento Regional**. v. 15, n. 1. 2018. Disponível em: http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/764. Acesso em: 10 out. 2019.

BOTELHO, Daniel Moraes. **A educação ambiental como perspectiva para uma outra viagem turística**: revisitando os passos do guia - educador com viajantes na Costa Doce/RS. 2007. 135 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2007. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000010248.pdf. Acesso em: 6 mar. 2018.

BRAGA, Rosalina Batista; PESSOA, Gustavo Pereira. Educação ambiental escolar e qualidade de vida: desafios e possibilidade. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, PPGEA/FURG-RS, v. 24, jan./ jul. de 2010. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3882/2319. Acesso em: 21 dez. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 20 janeiro 2019.

. Ministério da Educação. **Educação Ambiental:** aprendizes de sustentabilidade. Cadernos Secad, 2007a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf. Acesso em: 21 dez. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Conteúdo Fundamental**: Turismo e Sustentabilidade. Brasília: Brasil, 2007b. 132 p. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/turismo_e_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. Ministério do turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/últimas-notícias/6482-rio-grande-do-sul-tem-novo-mapa-turístico.html. Acesso em: 19 nov. 2019.

_____. Ministério do Turismo. **Instituto Brasileiro do Turismo.** 2015. Disponível em: http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/artigos/arquivos/Brasil_avanca_em_ranking_mundial_de_competitividade_do_turismo_.html. Acesso em: 25 fev. 2018.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 28 ago. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano no Brasil**, 2013. Boletim Epidemiológico, v. 46, Nº 4, 2015.

. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2914, de 12 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em: http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/Portaria_MS_2914-11.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais – 1ª a 4ª série**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Caderno de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade. Ética e Sustentabilidade**. 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CadernodeDebates10.pdf. Acesso em: 15 jan. 2018.

CAMINHOS DE PEDRA. **Projeto Cultural Caminhos de Pedra fase 2**. 2005. Disponível em: https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/livros/caminhos_de_pedra.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

_____. **História**. Disponível em: http://www.caminhosdepedra.org.br. Acesso em: 21 ago. 2019.

CANDIOTTO, Luciano. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação**. n. 16, v. 1 – p. 48-59, 2009. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/861. Acesso em: 3 ago. 2017.

CONSTANTIVO, Marcos. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. UNIASSELVI, 2013. Disponível em: http://revistanativa.com/index.php/revistanativa/article/view/126/pdf. Acesso em: 28 ago. 2016.

CUNHA, S. K; CUNHA, J. C. **Competitividade e Sustentabilidade de um Cluster de Turismo:** uma Proposta de Modelo Sistêmico de Medida do Impacto do Turismo no Desenvolvimento Local, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552005000600006. Acesso em: 3 fev. 2018.

CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. **A questão Ambiental:** diferentes abordagens. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento regional:** por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2010.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental, responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. Revista e Atualizada - 2011 Disponível em: https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global. Acesso em: 20 jan. 2019.

FÁVERO, Ivane M. O Turismo nos Caminhos de Pedra. In: BRAMBATTI, Luiz (Org.). **Roteiros de Turismo e Patrimônio Histórico**. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

_____. **Políticas de turismo**: planejamento na Região Uva e Vinho. Caxias do Sul: Educs, 2006. Disponível em: http://ivanefavero.com.br/wp-content/uploads/2018/08/LIVRO.pdf. Acesso em: 7 nov. 2019.

FIGURELLI, A. H; PORTO, I. Relação entre turismo e educação ambiental e suas contribuições na luta por um mundo mais justo e preservado. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 20, janeiro a junho de 2008. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3859. Acesso em: 21 dez. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GUIMARÃES, N. A. A proteção do patrimônio cultural. **Revista Jus Navigandi**, 2004. Disponível em: http://jus.uol.com.br/revista/texto/5372/a-protecao-dopatrimonio-cultural. Acesso em: 10 out. 2019.

HANAI, F. Y. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** Uma aplicação ao Contexto de Desenvolvimento do Turismo na Região de Bueno Brandão Estado de Minas Gerais, Brasil, 2009. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos - Escola de Engenharia de São Carlos, São Paulo. Disponível em:

https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-17092009-082223/en.php. Acesso em: 15 jan. 2018.

HANAI, F.; ESPÍNHOLA, E. L. Programa de Sensibilização Sustentável do Turismo: uma proposta para envolvimento e participação de comunidades locais. **Turismo em Análise**, São Paulo, Vol. 22, n. 1, abril 2011. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/14238/16056. Acesso em: 3 ago. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Edição 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas. Acesso em: 25 out. 2019.

INSTITUTO ECOBRASIL. **Turismo Sustentável.** Disponível em: http://www.ecobrasil.org.br/turismo/turismo-sustentavel. Acesso em: 3 ago. 2017.

ICOMOS – CONSELHO INTERNACIONAL PARA MONUMENTOS E SÍTIOS. **Declaração de Quebec**, 2008. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 1 fev. 2020.

JULIANE, P. R. **Avaliação dos controles de agrotóxicos na água para consumo humano dos sistemas de abastecimento de água do Rio Grande do Sul em 2016**. Disponível em: https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201801/04102943-tcr-julianepastorellorubbo-2017.pdf. Acesso em: 7 nov. 2019.

LOURENÇO *et al.* **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade.** Organizadores Fabio Dal Soglio e Rumi Regina Kubo; coordenado pela SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2016. 206p

MEADOWS D. *et al.* **Limites do Crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MEADOWS, D. **Indicators and informations sustems for sustainable development. The Sustainability institute**, 1998. Disponível em: https://www.iisd.org/pdf/s_ind_2.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

MICHELIN, Rita L. **A Reconstrucao da Etnicidade na Arena Turistica:** o Caso do Roteiro de Turismo Rural Cultural Caminhos de Pedra -Bento Goncalves -RS. 2008. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/293/Dissertacao%20Rita%20Micheli n.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 7 nov. 2019.

NESKE, Marcio Zamboni. **Colonialidade e desenvolvimento:** a ressignificação do lugar em "zonas marginalizadas" no sul do Rio Grande do Sul. 2014, 160f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2014. 160f. Disponível em: http://www.ufrgs.br/temas/teses/2014_MARCIO_ZAMBONI_NESKE.pdf. Acesso em: 5 fev. 2019.

OCDE – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Towards waste prevention performance indicators**. Environment Policy Committee. Working Group on Waste Prevention and Recycling and Working Group on Environmental Information and Outlooks. Disponível em: http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=ENV/EPOC/. Acesso em: 7 nov. 2019

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **A UNESCO e o Ano Internacional do Turismo Sustentável**. 2017a. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/prizes-and-celebrations/2017-international-year-of-sustainable-tourism/. Acesso em: 3 ago. 2017.

_____. **Educação para o desenvolvimento sustentável.** 2017b. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/education/education-for-sustainable-development/. Acesso em: 21 ago. 2019.

_____. **Patrimônio Cultural no Brasil.** Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/cultural-heritage/. Acesso em: 21 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conferência das nações unidas sobre o clima**. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/cop21/. Acesso em: 2 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **El Turismo Sostenible como instrumento del desarrollo**. 2017a. Disponível em: http://wtd.unwto.org/es. Acesso em: 3 ago. 2017.

__. **Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030.** 114f, 2017b. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419401. Acesso em: 21 dez. 2019.

PAIVA. Odair da Cruz. Imigração, patrimônio cultural e turismo no Brasil. **Anais do Museu Paulista:** História e Cultura Material. v. 23 n. 2 São Paulo July/Dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142015000200211&lang=pt. Acesso em: 7 nov. 2019.

PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JR, A. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2014.

PEREIRA, A.; GUERRA, A. F. S. Reflexões sobre a educação ambiental na LDB, PCN e nas propostas curriculares dos estados do SUL. 2018. **Revista Educação Ambiental em Ação**. n. 38. Disponível em: http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=1141. Acesso em: 21 dez. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. **Portaria nº 320, de 28 de abril de 2014**. Estabelece parâmetros adicionais de agrotóxicos ao padrão de potabilidade para substâncias químicas, no controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano no RS. Disponível em: https://cevs.rs.gov.br/legislacao-normas-e-regulamentos-uteis-para-as-atividades-do-vigiagua. Acesso em: 20 nov. 2019.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**. 2015. Disponível em: https://www.pucsp.br/catedraignacysachs/ecossociodesenvolvimento.html. Acesso em: 19 nov. 2019.

_____. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. Ed. Vértice, São Paulo: 1986.

. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estud. av**., São Paulo, v. 9, n. 25, Dez. 1995.

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. Revista **Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 12, n. 2, 17-33, jul./dez. 2009. Disponível em: https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/296/201. Acesso em: 19 nov. 2019.

SAMPAIO, C. A. C. *et al.* Arranjo socioprodutivo de base comunitária: o aprendizado a partir das cooperativas de Mondragón. **Organizações & Sociedade**, v. 15 n. 46. Salvador. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302008000300004. Acesso em: 19 nov. 2019.

SAMPAIO, C. A. C. Turismo como Fenômeno Humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação Turismo comunitário. **Revista Turismo em análise**, v . 18, n. 2, p. 148-165, novembro 2007. Disponível em: www.revistas.usp.br/rta/article/download/62595/65383. Acesso em: 19 nov. 2019.

SAMPAIO, C. A. C. *et al.* Encontro comunitário de trocas: um atrativo para o chamado turismo comunitário. Uma experiência solidária na Micro-Bacia do Rio Sagrado, Morretes, Paraná. **Revista de Cultura e Turismo**. v. 4, n. 2. p. 01 – 16, jun/2010. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo. Acesso em: 13 dez. 2018.

SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A**.** Engajamento entre os atores sociais para o alcance do turismo sustentável: um estudo em Porto de Galinhas, PE. In: PERNA, F. *et al.* (Orgs.). **Economia, ambiente e sustentabilidade no turismo**. Faro/Portugal: UAlg ESGHT, 2013.

SANTOS, L. C. R. *et al.* **Ecossocioeconomia urbana:** a experiência do clube de troca da amizade (Curitiba - PR), um empreendimento de economia solidária. Congresso de pesquisadores de economia solidária, 1, 2015, São Carlos. **Anais**… São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em: http://www.conpes.ufscar.br/anais. Acesso em: 25 ago. 2019.

SERRA GAÚCHA. **A Região.** Disponível em: http://www.serragaucha.com/pt/paginas/a-regiao/. Acesso em: 21 ago. 2019.

SINDICATO EMPRESARIAL DE GASTRONOMIA E HOTELARIA. **Notícias e eventos**. 2018. Disponível em: http://seghuvaevinho.com.br/noticias-e-eventos/2018/11/09/turismo-impulsiona-hotelaria-e-gastronomia-na-regiao-uva-e-vinho/. Acesso em: 3 ago. 2018.

SOUZA, M. *et al.* Os benefícios do turismo rural: Caminhos de Pedra, Bento Gonçalves/RS. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Turismo**. Universidade de Caxias do Sul. jul. 2011. v. 3. n. 2. Disponível em:

http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1244. Acesso em: 7 nov. 2019.

TINOCO, Oscar G.. Los impactos del turismo en el Perú. **Industrial Data**. v. 6, n. 1, agosto, 2003, p. 47-60. Universidad Nacional Mayor de San Marcos Lima, Perú. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81606106. Acesso em: 5 nov. 2019.

VALDUGA, Vander. **Raízes do turismo no território do vinho:** Bento Gonçalves e Garibaldi - 1870 a 1960 (RS/Brasil). 2011. 219f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-graduação em geografia, Porto Alegre. 2011. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/38568/000821055.pdf?sequence=1. Acesso em: 3 fev. 2018.

VIGNATI, Frederico. **Gestão de destinos turísticos:** como atrair pessoas para polos, cidades e países. Ed. Senac Rio de Janeiro, 2012.

APÊNDICE A – FORMULÁRIOS DE ENTREVISTAS

POPULAÇÃO LOCAL E O TURISMO
(interesse, conhecimento, envolvimento, impactos e perfil socioeconômico)

Nome do entrevistado_____

Propriedade _____

Localização_____

1. Você considera sua cidade ou região bonita (Caminhos de Pedra e Região Uva e Vinho)?
a) sim b) Não

1.1. (se SIM) o que você considera atraente?
_____
_____

2. Por que acha que os turistas vêm visitar sua cidade ou região (Caminhos de Pedra e Região Uva e Vinho)?
_____
_____
(Para proprietários)
2.1 Você acha que os turistas teriam interesse em conhecer a sua produção (agrícola ou pecuária)?
a) sim b) Não

3. Você gosta do desenvolvimento do turismo na sua cidade ou região?
a) sim b) Não

3.1 Por quais motivos?
_____
_____

4. Você gosta de receber bem estes turistas? (buscar sinceridade, conquistar honestidade)
a) sim b) Não
4.1. (se NÃO) Por que você não gosta de receber os turistas?
_____
_____

5. Você já trabalhou em alguma atividade relacionada ao turismo?
a) Nunca trabalhei b) Sim, trabalho
c) Já trabalhei

5.1) Em que função?_____
5.2) Onde?_____

6. Você gostaria e tem interesse em trabalhar com turismo na sua cidade?
a) sim b) Não
Se sim
6.1) Em que função?
6.2) Onde?
6.3) Por que você tem interesse em trabalhar com o turismo? _____
_____

7. Atualmente, em que você trabalha? Qual sua ocupação profissional?
_____

8. Você se sente valorizado com a visita dos turistas?
a) sim b) Não

9. Quais atividades econômicas, sociais e culturais você acha que estão ligadas ao turismo?
_____

10. Você acredita que o turismo melhora o desenvolvimento de sua cidade e região?
a) sim b) Não C) Não sei

11. E este desenvolvimento para você está sendo como?
a) Bom b) Ruim C) Não sei

12. Que benefícios por exemplo o turismo traz?
_____

13. Você acha que o turismo tem ajudado a solucionar:
a) os problemas de infraestrutura da região
b) os problemas ambientais da região
c) quais problemas?
d) nenhum problema

15. Você acha que está sendo beneficiado com o desenvolvimento do turismo na sua cidade ou região?
a) sim b) Não

16. o que você acha que melhora com o desenvolvimento do turismo na sua cidade e/ou região? _____
_____

17. Quanto você acha que sabe ou conhece sobre o turismo? de 0 a 10?
_____

18. Você acha que o desenvolvimento do turismo está beneficiando a comunidade local? 0 a 10? _____

19. Você já ouviu falar em turismo sustentável?
a) sim b) Não
Se sim, o que você entende por turismo sustentável?
_____
_____

20. Você estaria disposto a participar de palestras, treinamentos, reunião para entender o que é turismo ou saber mais sobre o turismo?
a) sim b) Não
se NÃO por que não?_____

21. Você gostaria e/ou participa de decisões sobre o desenvolvimento do turismo na região?
a) sim b) Não

22. Você acha que o turismo traz problemas e impactos para sua cidade e região?
a) sim b) Não
se SIM, quais por exemplo?
_____
_____

23. Você acha que o desenvolvimento do turismo danifica a natureza?
a) sim b) Não
(se SIM)24.1 Como?_____

SIM, 22.1 você está disposto a conviver com esses problemas causados pelo número grande de turistas?
a) sim b) Não
23.2 Por quais motivos?
_____
_____

24. Acha que o desenvolvimento do turismo muda a cultura e os seus hábitos?
a) sim b) Não
(se SIM)25.1 Como? _____

25. Você costuma reparar na preservação do patrimônio cultural do roteiro Caminhos de Pedra?
a) sim b) Não
25.1. Você achou que o roteiro Caminhos de Pedra preserva seu patrimônio cultural (cultura, edificações)?
a) sim b) Não
25.2. Por quê?_____

26. Você costuma reparar na preservação do patrimônio ambiental do roteiro Caminhos de Pedra?
a) sim b) Não
26.1. Você achou que o roteiro Caminhos de Pedra preserva seu patrimônio ambiental?
a) sim b) Não
26.2. Por quê?_____

27. Quanto à escola da comunidade, você acredita que?
a) Ela contribui para a preservação da cultura local e fortalecimento da comunidade
b) Indiferente, se os alunos forem para outra escola irão manter a cultura da mesma forma
Sugestões _____

26. Você costuma preservar o patrimônio ambiental e/ou cultural?
a) sim b) Não
Por quê?_____

29. Você tem filhos?
a) sim b) Não

29.1 Se sim? Qual idade?

Estuda na escola dos Caminhos de Pedra?

Por que não estuda?

30. Caso a escola tenha um projeto de Educação modelo, você colocaria seu filho na escola?

PARA PRODUTORES RURAIS

31. Você estaria disposto a diminuir as atividades produtivas atuais impactantes para o desenvolvimento do turismo?
a) sim b) Não

32. Se o turismo começasse a trazer mais benefícios que as atividades rurais atuais, o que você faria?
a) substituiria completamente as atividades produtivas atuais pelo turismo
b) manteria as atividades produtivas atuais
c) substituiria gradativamente suas atividades produtivas, até que o turismo suprisse suas demandas financeiras

33. Qual sua impressão sobre a atuação da atual administração da Associação Caminhos de Pedra?
a) Ótimo
b) Bom
c) Regular
d) Ruim
e) Não sei
Gostaria de deixar alguma sugestão?
_____

34. Você vende seus produtos para os empreendedores locais?
a) Sim b) Não

35. Você possuiu produção orgânica de alguns produtos?
a) Sim b) Não

35.1. Se sim, qual?_____

36. A sua idade está em qual faixa etária
a) até 18 anos
b) 18 – 29 anos
c) 30 – 49 anos
d) 50 - 65 anos
e) + de 65 anos

37. Escolaridade
a) Ensino fundamental incompleto
b) Ensino fundamental completo
c) Ensino médio incompleto
d) Ensino médio completo
e) Ensino superior incompleto
f) Ensino superior completo
g) Pós-Graduado
* Ensino superior. Em que você se formou?

38. Qual seu estado Civil?
a) Solteiro(a)
b) Casado(a)
c) Divorciado (a)
d) Separado (a)
e) Viúvo(a)

39. O que você achou da entrevista? Quais sugestões ou dicas teria para as próximas entrevistas?

Observação do aplicador

O entrevistado pareceu:

a) sério

b) Interessado

c) Muito colaborador

d) Desinteressado

e) Apressado/Impaciente

f) Indeciso

g) Vago

Questões que geraram resistência ou embaraços

TURISTAS E VISITANTES

(Perfil, Avaliação da região, Avaliação dos atrativos, impactos da visitação, perfil socioeconômico)

Nome do entrevistado_____
Propriedade
_____

Localização_____

1. Qual a distância de seu local de origem, de onde você reside (em km)?
Cidade

2. Qual a frequência de suas viagens?
a) todas as férias
b) todo final de semana
c) todo feriado
d) alguns feriados/fins
e) raramente

3. Com quem você geralmente viaja?
a) sozinho
b) com o(a) companheiro(a)
c) com amigos e parentes
d) só com amigos
e) só com a família

4. Qual destino você prefere visitar
a) Praia
b) campo/meio rural
c) natureza
d) região de serras
e) rios/lagos
f) cidades históricas
g) grandes cidades
h) variado

5. Você costuma visitar o ambiente natural e o meio rural?
a) sim b) não
(se NÃO) é a primeira vez??
a) sim b) não

6. Por que motivos você costuma viajar a áreas rurais e naturais?
_____
_____
_____

7.Quais meios de transporte geralmente usa para viajar?
a) Veiculo próprio (carro)
b) Ônibus de excursão
c) Ônibus de linha
d) Moto
g) Avião
e) Van
d) Vários

8. Que tipo de acomodação você geralmente prefere em suas viagens?
a) Hotel
b) Pousada
c) Camping
d) Casa de amigos/parentes
e) Casa alugada
f) Airbnb
g) Outros (qual)?_____

8.1 Em que lugar?

a) Na cidade
b) No campo/meio rural

9. Por quantos dias está visitando a região?_____

AVALIAÇÃO DA REGIÃO

10. Estradas e as vias de acesso da região:
a) Ótimo
b) Bom
c) Regular
d) Ruim
e) Não Sei

11. Sinalização da região:
a) Ótimo
b) Bom
c) Regular
d) Ruim
e) Não sei

12. Restaurantes e lanchonetes da região:
a) Ótimo
b) Bom
c) Regular
d) Ruim
e) Não sei

13. Limpeza da região
a) Ótimo
b) Bom
c) Regular
d) Ruim
e) Não sei

14. Segurança pública na região
a) Ótimo
b) Bom
c) Regular
d) Ruim
e) Não sei

15. Atenção, receptividade e cordialidade prestadas pelos moradores da região?
a) Ótimo
b) Bom
c) Regular
d) Ruim
e) Não sei

16. Como você avalia a diversidade de atrativos existente e as atividades turísticas oferecidas na região:

a) Ótimo
b) Bom
c) Regular
d) Ruim
e) Não sei

17. Impressão geral da região:

a) Ótimo
b) Bom
c) Regular
d) Ruim
e) Não sei

18. Você retornaria novamente à região
a) sim
b) não
c) talvez

19. Você recomendaria e indicaria esta região para outras pessoas
a) sim
b) não
19.1. Por quê?

20. A visita a este local/Região correspondeu às suas expectativas?
a) sim
b) não
c) mais ou menos

21. Como você avalia a infraestrutura em comunicação (sinal de telefone, internet, app)?

a) Ótimo
b) Bom
c) Regular
d) Ruim
e) Não sei

PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS DA VISITAÇÃO

22. Você costuma reparar na preservação do patrimônio cultural dos locais onde visita?
a) sim
b) não
22.1. Você achou que o roteiro caminhos de pedra preserva seu patrimônio cultural (cultura, edificações)?
a) sim
b) não
22.2. Por quê?_____

23. Você costuma reparar na preservação do patrimônio ambiental dos locais onde visita?
a) sim
b) não
23.1. Você achou que o roteiro caminhos de pedra preserva seu patrimônio ambiental?
a) sim
b) não
23.2. Por quê? _____

24. Você Observou algum tipo/efeito negativo neste local devido aos turistas?
a) sim
b) não
24.1 Quais?_____

25. A sua idade está em qual faixa etária
a) até 18 anos
b) 18 – 29 anos
c) 30 – 49 anos
d) 50 - 65 anos
e) + de 65 anos

26. Escolaridade
a) Ensino fundamental incompleto
b) Ensino fundamental completo
c) Ensino médio incompleto
d) Ensino médio completo
e) Ensino superior incompleto
f) Ensino superior completo
g)Pós-Graduado
* Ensino superior. Em que você se formou?

27. Qual seu estado Civil?
a) Solteiro(a)
b) Casado(a)
c) Divorciado (a)
d) Separado (a)
e) Viúvo(a)

28. O que você achou da entrevista? Quais sugestões ou dicas teria para as próximas entrevistas?

OBSERVAÇÃO DO APLICADOR

O entrevistado pareceu:

a) sério

b) Interessado

c) Muito colaborador

d) Desinteressado

e) Apressado/Impaciente

f) indeciso
g) vago

Questões que geraram resistência ou embaraços

ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS

Nome do entrevistado_____

Propriedade/Entidade
_____

Localização_____
__

DIMENSÃO AMBIENTAL

Indicador		Parâmetros de medição	Unidade de medida	Status/ Resultado
1) A quantidade de água consumida por turista em um período.	**Consumo e qualidade da água**	Volume mensal de água consumida	Quantidade (m^3 /mês) % do total	
2) Programas de redução do consumo, desperdício ou reuso de água.		Verificação em loco	Sim ou Não	
3) Quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água.		Volume mensal estimado de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água	Quantidade (m^3 /mês)	
3) Monitoramento da qualidade da água.		Verificação em loco	Sim ou Não	
4) Quantidade de resíduos gerados por turistas.	**Geração e Manejo dos resíduos sólidos**	Volume ou peso mensal de resíduos gerados por turistas	Quantidade (m^3 /mês ou kg/mês)	
5) Programas de redução da quantidade de resíduos sólidos.		Verificação em loco	Sim ou Não	
6) Coleta seletiva de resíduos sólidos e processo de reciclagem/separação.		Verificação em loco	Sim ou Não	
7) A energia consumida por um turista.	**Consumo de energia**	Energia consumida por um turista no mês	Quantitativa (kwh/mês)	
8) Existem programas de redução do consumo de energia (energia solar, energias alternativas).		Programas de redução e ou uso de energias alternativas	Sim ou Não	
9) Processos de tratamento de esgotos.	**Tratamento de esgoto**	Verificação em loco (fossas, ETE)	Sim ou Não	
10) Áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação.	**Áreas naturais preservadas**	Área natural preservada e % relativa ao total	Quantitativa (m^2 ou hectare e % do total)	

12) Programas orientados de interpretação em educação ambiental ou cultural.	**Iniciativas de Educação Ambiental e Cultural**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
13) Programas de incentivos a produtores para que utilizem processos tecnológicos de minimização dos impactos ambientais na agricultura.	**Minimização dos impactos da produção rural/ Agricultura sustentável**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
14) Processo de certificação ambiental ou turística.	**Certificação Ambiental ou turística**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	

DIMENSÃO CULTURAL

Indicador		**Parâmetros de medição**	**Unidade de medida**	
1) Produtos tipos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenires).	**Produtos tipos locais**	Nº total de produtos típicos locais ofertados	Quantitativa (nº de produtos % do total)	
2) Local é um patrimônio arquitetônico, arqueológico.	**Preservação de patrimônios culturais**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
3) Eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizadas.	**Manifestações culturais típicas**	Nº de eventos populares tradicionais e festividades de manifestações culturais típicas realizadas no ano	Quantitativa (nº de eventos)	

DIMENSÃO SOCIAL

Indicador		**Parâmetros de medição**	**Unidade de medida**	
1) Residentes locais empregados no estabelecimento turístico.	**Inserção de residentes locais (origem local) No setor turístico**	Nº de residentes locais no estabelecimento turístico e % relativa ao total de postos de trabalho	Quantitativa (nº e % do total)	
2)Funcionários residentes locais com capacitação em turismo.		Nº de residentes locais com capacitação turística e % relativa ao total	Quantitativa (nº de residentes locais e % do total)	
3) Iniciativas de capacitação e treinamento profissional aos funcionários residentes locais num período.		Nº de cursos e nº de participantes nos cursos no ano	Quantitativa (nº de cursos e nº de participantes por ano)	
4) Os empregos fixos no setor turístico são mais que os empregos temporários.		Nº de empregos fixos e número de empregos temporários		
5) Proprietários e empresários de estabelecimentos turísticos de origem local.			Sim ou Não	
6) Existe satisfação da população local com o turismo.			Sim ou Não	

7) Compra de produtos dos agricultores locais.		Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
8) Compra de produtos orgânicos dos agricultores locais.		Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
DIMENSÃO ECONÔMICA				
Indicador		**Parâmetros de medição**	**Unidade de medida**	
1) Renda gerada pelo turismo.	**Rentabilidade**	Montante de renda produzida pelo turismo e % relativa do total	Quantitativa (% do total)	
2) Longevidade do estabelecimentos turístico.	**Longevidade do estabelecimento turístico**	Idade do estabelecimento turístico	Quantitativa (em anos)	
3) Funcionamento do estabelecimento turístico.	**Disponibilidade de funcionamento**	Funcionamento do estabelecimento turístico nos finais de semana e feriados Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
4) Gasto médio diário de turistas.	**Gastos do turista**	Cálculo do somatório total de gastos dos turistas num dia dividido pelo número de turistas	Quantitativa (em valores monetários R$)	
5) Investimentos anuais em turismo.	**Investimentos em turismo**	Somatório dos valores investidos anualmente em turismo e % do total investido no estabelecimento	Quantitativa (em valores monetários R$)	
6) Iniciativas de minimização da sazonalidade turística.	**Sazonalidade turística**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
Dimensão Institucional				
Indicador		**Parâmetros de medição**	**Unidade de medida**	
1) A Capacitação e o apoio Técnico em Turismo.	**Gastos do turista**	Existência de capacitação específica em turismo ou de apoio técnico administrativo para a administração do estabelecimento turístico Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
2) Participação da comunidade local na elaboração e gestão de ações para o turismo local.	**Participação e envolvimento da comunidade local**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
3) Estratégias de promoção e comercialização dos produtos turísticos.	**Promoção e comercialização de produtos turísticos**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	

4) Existe legislação para a proteção do patrimônio histórico na localidade.				
5) Existe legislação para a proteção do patrimônio natural na localidade.				

DIMENSÃO TURÍSTICA

Indicador		**Parâmetros de medição**	**Unidade de medida**	
1) Oferta de hospedagem.	**Capacidade total de alojamento**	N° total de leitos e acomodações no meio de hospedagem	Quantitativa (nº de leitos)	
2) Facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção ou outras necessidades especiais.	**Acessibilidade**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
3) Registro de controle da visitação.	**Registro de controle de visitação**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
4) Programas de visitas orientadas com interpretação ambiental e/ou cultural.	**Programas de interpretação ambiental e cultural**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
5) Proporção do tempo gasto pelo turista em visitações ou atrações de interesse ambiental ou cultural.	**Programas de interpretação ambiental e cultural**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
6) Proporção entre o número de guias e número de turistas durante a visitação aos atrativos e tamanho dos grupos de turistas.		Contagem do número de guias, do número de turistas por grupo de visitação a locais atrativos principais (diário) na temporada	Quantitativo (número de guias, número de turistas)	
7) Incidentes e acidentes envolvendo turistas ou visitantes num período.	**Segurança**	Contagem de registros de ocorrência de incidentes e acidentes com turistas no estabelecimento turístico (anual)	Quantitativo (nº por ano)	
8) Grau de satisfação e assiduidade do turista.	**Satisfação e Assiduidade de turistas**	Obtenção da informação por meio de entrevistas e aplicação de questionário aos turistas por método de amostragem; Contagem dos turistas que repetem a visita e dos turistas que indicam o local e cálculo das % relativas aos turistas entrevistados (por temporada)	Qualitativa (nível de satisfação) Quantitativa (número de repetições, número total de turistas)	
9) Taxas de visitação pagas para contribuições de proteção, conservação ou utilização dos atrativos turísticos.		Constatação e Verificação local	Sim ou Não	

ENTREVISTA GESTÃO PÚBLICA

Nome do entrevistado_____

Entidade _____

DIMENSÃO AMBIENTAL				
Indicador	**Descritores**	**Parâmetros de medição**	**Unidade de medida**	**Status/Resultado**
1) A quantidade de água consumida por turista em um período não afeta o consumo local.	**Consumo e qualidade da água**	Volume mensal de água consumida	Quantidade (m³/mês) % do total	
2) Programas de redução do consumo, desperdício ou reuso de água.		Verificação em loco	Sim ou Não	
3) Quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água.		Volume mensal estimado de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água	Quantidade (m³/mês)	
3) Monitoramento da qualidade da água.		Verificação em loco	Sim ou Não	
4) Quantidade de resíduos gerados por turistas.	**Geração e Manejo dos resíduos sólidos**	Volume ou peso mensal de resíduos gerados por turistas	Quantidade (m³/mês ou kg/mês)	
5) Programas de redução da quantidade de resíduos sólidos.		Verificação em loco	Sim ou Não	
6) Coleta seletiva de resíduos sólidos e processo de reciclagem.		Verificação em loco	Sim ou Não	
7) A energia consumida por um turista.	**Consumo de energia**	Energia consumida por um turista no mês	Quantitativa (kwh/mês)	
8) Existem programas de redução do consumo de energia (energia solar, energias alternativas).		Programas de redução e ou uso de energias alternativas	Sim ou Não	
9) Processos de tratamento de esgotos.	**Tratamento de esgoto**	Verificação em loco (fossas, ETE)	Sim ou Não	
10) Áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação.	**Áreas naturais preservadas**	Área natural preservada e % relativa ao total	Quantitativa (m² ou hectare e % do total)	
12) Programas orientados de interpretação em educação ambiental ou cultural.	**Iniciativas de Educação Ambiental e Cultural**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	

13) Programas de incentivos a produtores para que utilizem processos tecnológicos de minimização dos impactos ambientais na agricultura.	**Minimização dos impactos da produção rural/ Agricultura sustentável**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
14) Processo de certificação ambiental ou turística.	**Certificação Ambiental ou turística**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
15) Inciativas de implementação da Agenda 2030 e plano de desenvolvimento sustentável.	**Agenda 2030**	Constatação e Verificação local	Sim ou Não	
16) Organismos, instituições e entidades atuantes nos processos decisórios sobre questões ambientais.	**Capacidade administrativa de gestão Ambiental**			
17) Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em meio ambiente.				
DIMENSÃO CULTURAL				
Indicador		**Parâmetros de medição**	**Unidade de medida**	
1) Produtos tipos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenires).	**Produtos tipos locais**	Nº total de produtos típicos locais ofertados	Quantitativa (nº de produtos % do total)	
2) Bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos existentes.	**Preservação de patrimônios culturais**	Nº de bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos em bom estado e utilizados nos estabelecimentos turísticos	Quantitativa (nº de bens)	
3) Eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizadas.	**Valorização da cultural tradicional local**	Nº de eventos populares tradicionais e festividades de manifestações culturais típicas realizadas no ano	Quantitativa (nº de eventos)	
4) Organismos, instituições e entidades de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local.		Contagem nº de organismos, instituições e artistas cadastrados da cultura tradicional (anual)	Quantitativa (nº)	
5) Iniciativas de resgate promoção e manutenção da cultura tradicional local.		Contagem nº de programas de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local	Quantitativa (nº)	
DIMENSÃO SOCIAL				
Indicador		**Parâmetros de medição**	**Unidade de medida**	
1) Residentes locais empregados no estabelecimento turístico.	**Inserção de residentes locais (origem local) no setor turístico**	Nº de residentes locais no estabelecimento turístico e % relativa ao total de postos de trabalho	Quantitativa (nº e % do total)	
2)Funcionários residentes locais com capacitação em turismo.		Nº de residentes locais com capacitação turística e % relativa ao total	Quantitativa (nº de residentes locais e % do total)	
3) Proprietários e empresários de estabelecimentos turísticos de origem local.			Sim ou Não	

4) Os empregos fixos no setor turístico são mais que os empregos temporários.	**Empregabilidade no setor turístico**	Nº de empregos fixos e número de empregos temporários	Quantitativa (nº de cursos e nº de participantes por ano)	
5) Programas e projetos sociais envolvendo residentes locais e articulados com desenvolvimento turístico	**Satisfação dos residentes locais**	Constatação e verificação local	Sim ou Não	
6) Nível de satisfação/aceitação dos residentes em relação ao turismo		% de residentes satisfeitos em relação ao total de residentes entrevistados e grau de satisfação/aceitação média atribuída pelos residentes locais	Quantitativa (% de residentes satisfeitos) Qualitativa (Escala ordinal do nível de satisfação/aceitação)	
DIMENSÃO ECONÔMICA				
Indicador		**Parâmetros de medição**	**Unidade de medida**	
1) Renda gerada pelo turismo.	**Rentabilidade**	Montante de renda produzida pelo turismo e % relativa do total	Quantitativa (% do total)	
2) Longevidade média dos estabelecimentos turístico.	**Longevidade do estabelecimento turístico**	Idade do estabelecimento turístico	Quantitativa (em anos)	
3) Funcionamento nos finais de semana e feriados dos estabelecimentos turísticos.	**Disponibilidade de funcionamento**	Nº de estabelecimentos turísticos em funcionamento nos finais de semana e feriados	Quantitativa (nº e % do total)	
4) Novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos num período.	**Novos estabelecimentos turísticos**	Contagem de novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos (anual)	Quantitativa (nº)	
5) Gasto médio diário de turistas.	**Gastos do turista**	Cálculo do somatório total de gastos dos turistas num dia dividido pelo número de turistas	Quantitativa (em valores monetários R$)	
6) Investimentos públicos em turismo.	**Investimentos em turismo**	Levantamento dos valores arrecadados de taxas e impostos pelo setor turístico e dos valores investidos em turismo (anual) Levantamento contabilidade município	Quantitativa (em valores monetários R$)	
DIMENSÃO INSTITUCIONAL				
Indicador		**Parâmetros de medição**	**Unidade de medida**	
1) Participação social no processo de desenvolvimento turístico.	**Participação social no processo de desenvolvimento turístico**	Nº de eventos de consulta, reuniões, fóruns, assembleias realizadas no ano com a participação social no processo de desenvolvimento turístico. Nº de participantes por evento	Quantitativa (nº de eventos por ano e nº de participantes por evento)	
2) Mecanismos de comunicação dos resultados de decisões sobre o desenvolvimento turístico e dos relatórios de avaliação turística.	**Comunicação social de decisões e resultados do setor turístico**	Constatação e verificação local, Frequência de divulgação	Sim ou Não Quantitativa (nº de divulgação num período)	

3) Execução do Plano municipal de turismo.	**Planejamento do turismo**		Ações previstas / Ações realizadas no prazo	
4) Programas de educação e conscientização sobre o turismo sustentável.	**Conscientização do turismo sustentável**	Constatação e verificação local, Frequência de ocorrência	Sim ou Não Quantitativa (nº de programas realizados num período)	
5) Integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico	**Articulação e integração do planejamento turístico a outros setores municipais**	Constatação e verificação local	Sim ou Não	
6) Integração entre a planificação do desenvolvimento turístico com o processo de planejamento regional de turismo.	**Planejamento do turismo regional**	Constatação e verificação local	Sim ou Não	
7) Organismos sociais, associações representativas das classes de turismo atuantes nos processos decisórios de desenvolvimento turístico, nº de participantes por entidade/classe/associação.	**Organização Social do desenvolvimento turístico**	Constatação, verificação e contagem do número de associações e entidades atuantes e do número de participantes	Sim ou Não Quantitativa (nº por tipo de classe ou associação e número de participantes)	
8) Estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo.	**Capacidade de gestão turística municipal**	Constatação, verificação e contagem do número de participantes e gestores turísticos	Sim ou Não Quantitativa (nº)	
DIMENSÃO TURÍSTICA				
Indicador		**Parâmetros de medição**	**Unidade de medida**	
1) Oferta de hospedagem.	**Capacidade total de alojamento**	N° total de leitos e acomodações no meio de hospedagem	Quantitativa (nº de leitos e % de leitos por tipologia)	
2) Facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção ou outras necessidades especiais.	**Acessibilidade**	Contagem de estabelecimentos turísticos com facilidades de atendimento a necessidades especiais (anual)	Quantitativo (número e % do total)	
3) Registro de controle da visitação.	**Registro de controle de visitação**	Contagem de estabelecimentos turísticos com sistemas de controle de visitação (anual)	Quantitativo (número e % do total)	
4) Programas de visitas orientadas com interpretação ambiental e/ou cultural.	**Programas de interpretação ambiental e cultural**	Contagem de estabelecimentos turísticos com Programas de interpretação ambiental e cultural (anual)	Quantitativo (número e % do total)	
5) Recursos turísticos existentes.	**Recursos turísticos existentes e potenciais**	Contagem do número de atrativos a atividades existentes (ofertadas e potenciais) por tipologia e cálculo de % relativa ao total (anual)	Quantitativa (número de atrativos e atividades turísticas e % do total)	
6) Oferta de agências e serviços de turismo receptivo.	**Capacidade de oferta de serviços turísticos receptivos**	Contagem do número de agências de turismo receptivo, do número de guias locais atuantes e do número de postos e centros de informação	Quantitativa (números)	

		turística em funcionamento (anual)		
7) Programas e estratégias que lidem com a sazonalidade turística	**Sazonalidade turística**	Nº de estabelecimentos com programas e estratégias que lidem com a sazonalidade turística Contagem de estabelecimentos turísticos e verificação de programas estratégicos que lidem com a sazonalidade turística (anual)	Quantitativa (nº) Sim ou Não	
8) Incidentes (furto, roubo, violência) e acidentes envolvendo turistas ou visitantes num período.	**Segurança Turística**	Nº de incidentes e acidentes envolvendo turistas e visitantes por ano	Quantitativo (nº por ano)	
9) Quantidade de turistas numa temporada específica.	**Quantidade de turistas**	Quantidade de turistas por meio de registros de ocupação em meios de hospedagem (anual)	Quantitativo (nº de turistas ano)	
10) Perfil dos turistas e avaliação dos turistas.	**Demanda turística**	Obtenção da informação por meio de entrevistas e aplicação de questionário aos turistas por método de amostragem (por temporada)	Qualitativa e quantitativa (número de turistas e % do total)	
11) Regulamentação e normas para ocupação e uso do solo em áreas turísticas.	**Zoneamento paisagístico e normas de edificações turísticas**	Constatação e verificação local	Sim ou Não	

ANEXO A – CONFERÊNCIA DE VISTA ALEGRE DO PRATA

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO PRATA
Rua Flores da Cunha, 102 • Fone/Fax: (54) 3478-1200
CNPJ 91.566.877/0001-08 • CEP 95325-000
Vista Alegre do Prata • RS • E-mail: administracao@vistalegredoprata.rs.gov.br
www.vistalegredoprata.rs.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO

I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE VISTA ALEGRE DO PRATA – RS

A cultura tem um papel importante para a população e para a cidade que investe neste bem tão precioso. Tem uma grande diversidade de conceitos e significados, envolve história, arte, crenças, hábitos, costumes, entre muitos outros.

Pensando em valorizar e trabalhar a Cultura do nosso Município, o Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desporto, estará realizando a Primeira Conferência Municipal de Cultura de Vista Alegre do Prata.

Data: *05 de setembro de 2018*

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Hora: 19h. e 30 min.

Teremos como mediadora a Senhora Beatriz Paullus e como palestrantes *as Senhoras Paula Fogaça e Taisa Trevisam.*

Sua participação é de extrema importância para a implementação da Cultura em nosso Município.

Vista Alegre do Prata, 21 de agosto de 2018.

Simone Miotto
Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Desporto

Adair Zecca
Prefeito Municipal

ANEXO B – LISTA DE PRESENÇA CONFERÊNCIA DE VISTA ALEGRE DO PRATA

MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO PRATA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO

I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE VISTA ALEGRE DO PRATA – RS

LISTA DE PRESENÇA – 05/09/2018

NOME	DOCUMENTO (RG ou CPF)	ENTIDADE	ASSINATURA
Beatriz Paulus	344450390-87	Atuaserra	[illegible]
Paula Fogaça	017634 910 30	Atuaserra	Paula Fogaça
Taísa Trinsan	1091553443	Atuaserra	Taísa Trinsan
Jonas Meneghini	2076452065	Prefeitura	[illegible]
Rita Giombelli Moreschi	758708 600 59	Escola	[illegible]
Greice Brandalise		Estudante Colégio Estadual	Greice Brandalise
Érica Soster		"	Érica Soster
Marille R. Pinheiro		"	Marille Pinheiro
Eduardo Marchio		"	Eduardo Marchio
Júlia Pedron		"	Júlia Pedron
Sabrina Vieira		"	Sabrina Vieira
Jane Mackoski		"	Jane Mackoski
Jaqueline Ficcesti		"	Jaqueline Ficcesti
Bruna W. Giombelli		"	Bruna W. Giombelli
Letícia Giombelli		"	Letícia Giombelli

MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO PRATA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO

I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE VISTA ALEGRE DO PRATA – RS

LISTA DE PRESENÇA – 05/09/2018

NOME	DOCUMENTO (RG ou CPF)	ENTIDADE	ASSINATURA
Kelen Dalla Costa		Estudante	Kelen Dalla Costa
Liandra Tomé		"	Liandra Tomé
Morgana de Carli		"	Morgana de Carli
Amanda Costenaro		"	Amanda Costenaro
Natália Bedese		"	Natália Bedese
Rianna Brimé		1019181772	[illegible]
Matheus B C Costa		Estudante	Matheus B C Costa
Jean Carlo Boschi		"	Jean Carlo Boschi
Eduardo Presotto		"	Eduardo Presotto
Gustavo Boschi		"	Gustavo G Boschi
Henrique A. Bidese		"	Henrique A. Bidese
Paulo Nastievicz		"	Paulo [illegible]
Dalcolino Boschi	53085096072		[illegible]
C/Avaio Costa Cunt		VICE-PREFEITO	[illegible]
Vicente Tomazoni		CTG	

MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO PRATA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO

I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE VISTA ALEGRE DO PRATA – RS

LISTA DE PRESENÇA – 05/09/2018

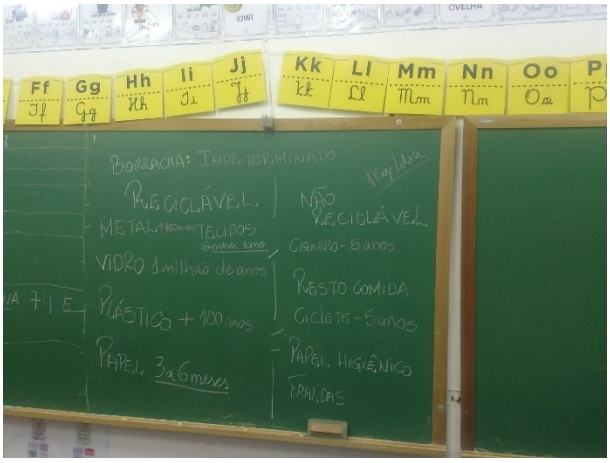
NOME	DOCUMENTO (RG ou CPF)	ENTIDADE	ASSINATURA
Marina De Carli		Estudante Colégio Estadual	Marina De Carli
Andrei Saquet		"	Andrei Saquet
Gustavo Galante		"	Gustavo Galante
Michael L. de Oliveira		"	Michael L. de O.
Arielle Donin Zanotti		"	Arielle D. Zanotti
Yulia Farretto		"	Yulia Farretto
Gabriel Tomi		"	Gabriel Tomi
Sabrina Defendi		"	Sabrina Defendi
Laura Gamba		"	Laura Gamba
Diogo Dalla Costa		"	[illegible]
Nadia G. Girotto	644786100-53	EMATER	Nadia Girotto
Jhenifer Pauletto Larini		Estudante	Jhenifer P. Larini
William M. Vieira		"	[illegible]
Tamara Zanotto		"	Tamara Zanotto
Mariele Farretto		"	Mariele Farretto

ANEXO C – FOTOS DA CONFERÊNCIA DE VISTA ALEGRE DO PRATA

ANEXO D – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Poluição dos Rios e suas consequências

Resíduos Sólidos



Consumo consciente

ANEXO E – PESQUISA REGIÃO UVA E VINHO

ATA Nº 01

GRUPO GESTOR DA ATUASERRA

05/02/2018

Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na Sala D, do Centro de Eventos do Dall' Onder Grande Hotel, em Bento Gonçalves, realiza-se a reunião do Grupo Gestor , Beatriz Paulus, Diretora Executiva abriu os trabalhos com uma saudação de estímulo para que todos cooperem afim do segmento efetivamente ser objeto de visibilidade regional. Realizou-se a apresentação dos participantes pela presença de novos representantes das comunidades associadas. A seguir, Taísa Trevisan, Assessora Ambiental, apresenta a pesquisa realizada em parceria com alguns municípios, em que a amostra foi de 256 entrevistados. Taísa fala que o foco é atender todos os segmentos do turismo, que não se limitou número de aplicações, e sim quanto cada município conseguir aplicar, Guaporé e Veranópolis não aplicaram a pesquisa dentro do prazo, cujos meses serão abril e maio. Sobre a pesquisa, contata-se que a maioria dos visitantes é composto de casal sem filhos ou família. A maior faixa etária de visitantes é composta de 30 a 49 anos. O perfil maior de visitantes tem superior completo. Cerca de 48% dos visitantes vem do RS, 18% de SP, 9% de SC. Entre as cidades que o visitante pretende visitar: Bento Gonçalves, Garibaldi, Farroupilha, Carlos Barbosa, Flores da Cunha e Vila Flores. Quando questionados o motivo da visitante, entre vinícolas e espumantes temos cerca de 50% das intenções. Quantos as características de viagem, o principal meio de viagem é o carro, sendo que apenas 9% vem através de agência de viagens, o que reflete que nosso público não é o grupos. Fátima Ortiz de Flores da Cunha, comenta que sugere que se reduza o questionário, pois ouviu reclamações da demora na aplicação, Taísa fala que os municípios é que devem optar pelo local e que se o entrevistador for bem preparado, pode reduzir o tempo da aplicação. Quanto ao tempo de permanência na cidade, cerca de 50% passa um dia na cidade e 16% passam dois dias, ou seja, temos um tempo de permanência curto. Na região, o tempo de permanência 30% dos entrevistados é de 1 dia, 18% fica dois dias, 9% fica 3 dias. Taísa sugere que a interligação entre os municípios possa ser melhorada para que o turista fique mais tempo na região. Beatriz cita que acredita que temos um posicionamento errado, começa pelos nomes: exemplo: "Serra Gaúcha", "Capital do Enoturismo" etc. E defende que nós temos um destino pra vender "Destino Uva e Vinho" e ficamos fracionando conceitos com tantos roteiros e rotas, nem sempre claros do posicionamento geográfico de atrações e sugere fortalecer as características dos macrorroteiros , conhecer o perfil do cliente pra ele chegar aqui e os empreendedores direcionar para os locais, outro macrorroteiro, e cita que no FESTURIS por exemplo, para começar, alguns municípios vão individualmente ao invés de vender tudo junto, como o Nordeste e outros países se vendem.Fátima, cita que a troca de representantes é sempre um recomeço, essa é uma das dificuldades e Beatriz reforça que esse é um grande desafio para o Grupo Gestor ir pensando em resolver. Quanto ao tipo de hospedagem, 46% dos que ficam estão em hotel, ou pousada. E 81% dos visitantes não vem por agência, e esse é o grande desafio da estratégia de como nos chegarmos nesse visitante. Quanto aos visitantes, 33% vem por recomendação de amigos, 22% já conheciam e retornaram. Quanto ao gasto diário na região, até 46% confirmam investir R$ 300,00 por pessoa e 29% de R$ 300,00 a 600,00 por pessoa. Quando questionados se pretendem retornar a Região Uva e Vinho, 100% dos entrevistados confirmaram que sim. Taísa questiona aos municípios qual o formato ideal de entrega dos relatórios? Define-se que seja planilhado e com relatório, e Beatriz sugere

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO GRUPO GESTOR

1. Taísa Treissan	Assessora Ambiental	Taísa Treissan
Liliane Lima	Assessora Comunicação	Liliane
Fátima Ortiz	Setur F. Cunha	
Arlete C. De Cesaro	Assessora IGS	
Gisele Martins da Cunha	Turismóloga - SETUR - Jaraguá	
Diana Alessio Tomiello	Turismo e Cultura Jaraguá	Diana Alessio Tomiello
Everson Lisca	SMTCEL - Nova Prata	
Adriana Dall'Agnol	SMDETMA - Marau	Adriana Dall'Agnol
Paula Fogaça	Assessora Arquitetura	Paula Fogaça
Luciano Jessano	Gerente Agência Sicredi	
Beatriz Paulus	Atuaserra	
Évelyn Salbego	Estagiária Atuaserra	

ATUASERRA
REGIÃO UVA E VINHO-SERRA GAÚCHA

LISTA DE PRESENÇA - ASSEMBLEIA ATUASERRA

DATA: 12/02/2019

NOME	SECRETARIA DE TUR./ENTIDADE	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
Paula Fosaca	Assessoria Arquitetura	9813195 81	paulafosaca[illegible]@yahoo.com	Paula Fosaca
Tania Ulrich	Antonio Prado	99901530	turisulturisa@gmail.com	
Juliane Gardin	Secretaria de turismo	999941464	turismo@protasioalves.rs.gov.br	Juliane
Marcos Gavazzin	Comtur Caxias	991280215	diversnoritiveria@gmail.com	
ARLETE DE CESARO	ASSESSORA IG	99975-2051	ARLETEDECESARO@YAHOO.COM.BR	
ELIZABETE [illegible]	PREF. [illegible]	99963 9127	[illegible]	
Simone Balice Fronh	Setur Flores da Cunha	98104-3736	simonebalice@gmail.com	Fronh
CHRISTIANE VIEL	SMTCE GUAPORÉ	99923-8066	dpcultura@guaporers.gov.br	
Cailly[illegible] Aline Buaxil	SMTCEL Nova Prata	99906-7740	turismo@novaprata.rs.gov.br	Buaxil
Gisele Martins da Cunha	SETUR Veranópolis	99663-9464	turismoveranopolis@gmail.com	
Diana Alessio Toniello	SETUR Veranópolis	99943 0717	turismo@veranopolis.rs.gov.br	Diana Alessio Toniello
César Nicolini	ATUASERRA	99139 4779	comercial@atuaserra.com.br	
Moura R.S. Pedroso	Secretaria Turismo Farroupilha	999455587	desturs@farroupilha.rs.gov.br	
Isamara Beatriz Buhl	SEMTUR PG	996867089	isamara.buhl@bentogoncalves.rs.gov	
Liliane Lene Lauz	Am. Comunicação	99139760	liliane@conticomunica	
Beatriz Paulus	Atuaserra	996275091	bia@[illegible]gaucha.com	

ANEXO F – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO NO DESTINO UVA E VINHO

2019

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 3

2 OBJETIVO GERAL 6

3 OBJETIVO ESPECIFICO 6

4 PÚBLICO-ALVO 7

5 DIRETRIZES 8

6 METODOLOGIA 9

7 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM SOCIAL 10

8 CAPACITAÇÕES E SENSIBILIZAÇÕES 12

9 RESULTADOS ESPERADOS 17

10 INDICADORES 18

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS 32

REFERÊNCIAS 33

1 INTRODUÇÃO

A educação ambiental vem assumindo novas dimensões, principalmente pela urgência de reversão do quadro de deterioração socioambiental em que vivemos atualmente. Nesse sentido, pode-se afirmar que a educação por meio da sensibilização é uma das formas de reverter esse quadro. Por meio da educação, a comunidade conseguirá entender que os problemas sociais, a descaracterização do patrimônio histórico e cultural e a degradação ambiental estão associados ao excessivo consumo dos recursos naturais, ao desperdício e à produção de artigos dispensáveis à qualidade de vida, ao crescimento imobiliário, dentre outros.

Para Tristão (2017), a educação ambiental é marcada por uma pluralidade de questões emergentes na atualidade que se articulam em múltiplos campos de saberes conectados às relações sociedade-cultura-natureza. Nesse sentido, pode-se afirmar que a educação ambiental deve ser permanente, pois a revisão de valores, hábitos, costumes e comportamento não ocorre de um momento para o outro. Sendo assim, a educação tem como objetivo adoção de comportamentos que levem em conta a conscientização da responsabilidade que todos devem ter com o desenvolvimento e a preservação, não afetando o ecossistema em que se vive. Contudo ela possibilitará o desenvolvimento e a escolha de estratégias de ações que possam contribuir para a formação da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Segundo a Unesco (2005), a educação não constitui um fim em si: é um instrumento essencial para possibilitar as mudanças necessárias no conhecimento, nos valores, comportamentos e estilos de vida para se alcançar a sustentabilidade. A educação, em todos os níveis e em todas as suas formas, constitui uma ferramenta vital para tratar de praticamente todos os problemas mundiais importantes para o desenvolvimento sustentável.

> Para se poder estabelecer a educação ambiental no contexto da viagem turística, é preciso percorrer os caminhos que levaram à ideia de uma educação transformadora, como possibilidade de garantir a habitabilidade do planeta. A motivação para ela é a possibilidade de encarar, nessa outra viagem turística, a humanização das viagens. Nesse sentido, é preciso adotar uma abordagem da educação ambiental para que seja possível considerá-la como um princípio para a humanização das viagens turísticas (BOTELHO, 2007, pág. 61).

Botelho (2007) afirma que o turismo é um fenômeno que envolve a dimensão cultural, social, econômica e ecológica, portanto o seu tecido espacial é o meio, o resultado do processo de ocupação espacial dos diferentes lugares, a matéria-prima para a produção de produtos turísticos. Estes são comercializados na lógica do mercado, o qual exige novos produtos para atender às motivações egocêntricas dos turistas.

A educação para o turismo, segundo Ruschmann (2001), envolve necessariamente a Educação Ambiental, devendo ser desenvolvida por meio de programas não formais, que conscientizem o turista sobre a proteção ao meio ambiente, não apenas no momento da viagem, mas também em seu local de residência permanente. Botelho (2007), ao pesquisar a Educação Ambiental no turismo, menciona que seria uma viagem turística diferenciada, uma outra viagem turística, mais humana, mais rica em experiência e comprometida com a construção do ser humano. O mesmo autor complementa:

> Neste transitar por outras experiências, proporcionadas pela educação ambiental nas viagens turísticas, estaremos contribuindo para outro olhar, isto é, construindo instrumentos para os viajantes reinventarem o observar: ao encarar aos outros, definirem valores e tomarem atitudes para um melhor caminho em suas vidas (BOTELHO, 2007, p. 126).

Botelho (2006) afirma ainda que a questão ambiental associada à educação é um campo fértil, que requer um olhar à luz dos paradigmas da educação na atualidade. Dessa maneira, torna-se primordial a inserção da Educação Ambiental na área do turismo, uma vez que é uma atividade de ocupação de paisagens e espaços e deve ter como preocupação a responsabilidade no uso dos recursos naturais, sociais e econômicos dos locais visitados.

Diante desse contexto, propõe-se um Programa de Educação para a busca do desenvolvimento sustentável da Região Uva e Vinho, tendo como perspectiva a educação ambiental não-formal. Vale ressaltar que o turismo tem o privilégio do contato com os turistas, empreendedores, a população e gestão pública, e pode usar desse poder de capilaridade para influenciar essas várias esferas, despertando a consciência sobre a extensão dos danos e benefícios causados à comunidade e ao meio ambiente por suas decisões de consumo. Toda vez que escolhe um determinado destino, em detrimento de outro, está dando seu aval àquela cidade, local, rota ou empreendimentos e à cadeia de valor com a qual está conectado.

Dessa forma, cabe ao destino oferecer opções mais sustentáveis, restaurantes com alimentação mais saudável, locais conectados com a natureza, preservação cultural e histórica por exemplo.

O Programa de Educação para o desenvolvimento Sustentável tem como objetivo integrar aos diferentes atores do setor turismo, dentre empreendedores, guias turísticos, população local, gestão pública e por fim turistas e visitantes. O intuito principal é capacitar esses atores e difundir entre os turistas e visitantes uma sensibilização frente às questões socioambientais.

Cabe ressaltar que o Programa deverá ser adaptado à realidade econômica, social, cultural, respeitando os valores e identidades locais, aproveitando os recursos e potencialidades, gerando, dessa forma desenvolvimento e qualidade de vida no município. Essa adaptação deve ser realizada, uma vez que se sabe que cada município possuiu características únicas, e, por isso, deve ser planejada de forma particular.

Ressalta-se ainda que o turismo sustentável não é um estado ideal, e sim um processo de mudança, que orienta e reorienta o desenvolvimento sustentável do turismo. Desse modo, a educação serve como um processo de fomento para essa orientação, uma vez que propicia aos atores uma compreensão do meio com a inserção do homem, suas ações e consequências junto ao ambiente e à sociedade.

Além disso, a EA, por meio da educação patrimonial, instiga experiências que contribuem para a preservação do meio ambiente e resgata histórias das culturas que fazem parte da dinâmica da natureza e que permeiam o passado de gerações antigas, marcadas por aspectos históricos e culturais singulares.

Cabe ressaltar ainda que o conhecimento adquirido por intermédio da cultura, da história e do ambiente de outros povos pode proporcionar a ampliação do universo do saber à medida que se tem o entendimento de como se estabeleciam as relações que os indivíduos tinham como o meio ambiente e seu patrimônio, proporcionado a "conscientização sobre o patrimônio de diversas civilizações e uma melhor apreciação doa valores inerentes às diferentes culturas, contribuindo dessa forma para fortalecer a paz no mundo" (OMT, 2017).

Por fim, ressalta-se que a EA é um instrumento para a aprendizagem social, porém faz-se necessário que o planejamento da atividades turísticas esteja em acordos com os princípios do desenvolvimento sustentável, conforme Ashton (2005), o planejamento deve estar centrado em alguns pressupostos básicos, pois, além de estar em concordância com as políticas, deve refletir também a vontade da população quanto ao desenvolvimento do turismo, precisa estar sintonizado quanto ao envolvimento e à participação efetiva da comunidade, contribuindo para a futura relação população local x visitante, motor para o desenvolvimento sustentável do destino turístico e o consequente benefício aos residentes.

2 OBJETIVO GERAL

Desenvolver um modelo turístico sustentável, resultante de um projeto participativo, tendo as questões sociais, culturais, históricas e ambientais como norteadoras, respeitando os valores e a identidade dos municípios e comunidades locais, tornando o destino Uva e Vinho sustentável.

3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Sensibilizar os atores sociais do trade turístico para que dialoguem sobre as questões socioambientais e para que estabeleçam estratégias de minimização dos impactos negativos gerados pelo turismo.
- ✓ Promover um processo de mudanças, por meio da aprendizagem social, que permita a busca de atitude que favorecem o desenvolvimento de uma consciência coletiva.
- ✓ Promover as ações de capacitação a serem ofertadas aos atores turísticos, de forma que possam desenvolver competências para gestão turística, possibilitando assim a aquisição e o aperfeiçoamento de competências individuais e profissionais, que agreguem conhecimento ao roteiro e à Região, valor social ao indivíduo, bem como consciência crítica frente aos problemas socioambientais

4 PÚBLICO-ALVO

- ✓ Servidores públicos municipais.
- ✓ Empreendedores.
- ✓ Guias turísticos.
- ✓ Comunidade local/agricultores.
- ✓ Profissionais que atuam na área turística, tais como: Arquitetos, bacharéis em Turismo, turismólogos.

5 DIRETRIZES

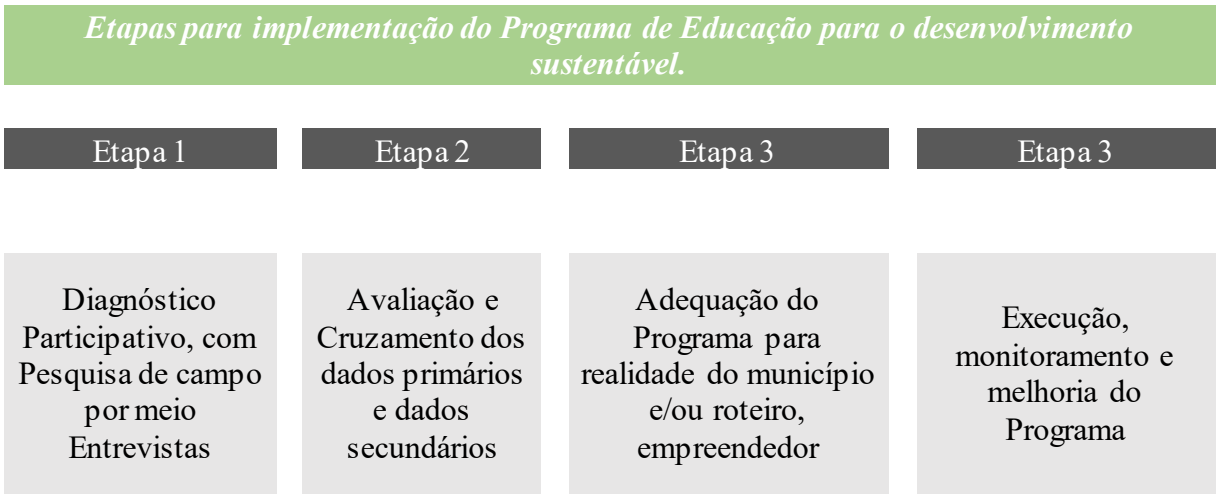
Para a aplicação do Programa para o desenvolvimento sustentável na Região Uva e Vinho, é imprescindível que alguns passos sejam seguidos:

- ✓ Realizar análise do Perfil Socioeconômico da População Local, bem como as peculiaridades locais e levantamento sobre a percepção da população em relação aos impactos do turismo na região (identidade e pertencimento ao local; saber fazer local; identificar as demandas e principais propostas para melhorar a situação; recolher testemunhos e histórias sobre o local).
- ✓ Identificação e Diagnóstico dos roteiros.
- ✓ Identificar os programas governamentais e não governamentais existentes, e que tenham relação com o programa proposto. Por exemplo: Plano Municipal de Turismo, Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos, Programas de Educação Ambiental, entre outros. Com base nas informações obtidas, relacionar de que forma o Programa de Educação estabelecerá conexão com os eventuais planos, programas e projetos existentes na região, município ou roteiro.
- ✓ Identificar as lideranças e organizações, formais e não formais.
- ✓ Identificar os meios de comunicação, para posterior disseminação.
- ✓ Garantir o uso de linguagem adequada aos diferentes segmentos de público com que irá trabalhar, tanto nas ações desenvolvidas como nos materiais de apoio adotados.

6 METODOLOGIA

O presente tópico descreve o procedimento metodológico para coleta dos dados que se deve utilizar para posterior aplicação deste Programa. A figura 1, apresenta as etapas para implementação do Programa de Educação para o desenvolvimento sustentável.

Figura 1 – Etapas para Implementação do Programa de Educação para o desenvolvimento sustentável



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Para obtenção dos dados, deve-se realizar uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo por meio de entrevistas junto aos atores locais, que trabalhem direta ou indiretamente com as atividades turísticas. Segundo Lakatos e Marconi (2016), a coleta de dados, também chamada de observação de campo, é entendida como a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos.

Para a realização das entrevistas, sugerem-se as perguntas listadas no Anexo A, sendo que podem e devem ser adaptadas à realidade do município e/ou roteiro que irá utilizar.

7 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM SOCIAL

Torna-se cada vez mais importante ampliar os diálogos entre pesquisadores e pessoas comuns com o desafio de criar oportunidades de aprendizagem social ativas. A promoção de processos de capacitação, nos quais prevaleça o engajamento dos tomadores de decisão em relações de diálogo, reforça as dimensões participativas, de práticas compartilhadas de conhecimento e de estímulo à corresponsabilidade para decidir quais cenários de sustentabilidade se pode promover (CARNIATTO, 2017). Carniatto traz ainda que:

> Aprendizagem social representa uma aprendizagem cultural também, na medida em que compartilha e amplia o repertório de ações para enfrentar a complexidade, às mudanças das práticas sócios institucionais e políticas, numa perspectiva de diálogo, reforma do pensamento, e, valores a respeito dos mecanismos de adaptação da sociedade às mudanças climáticas. O principal desafio de um processo de aprendizagem social é integrar uma reflexão que problematiza e busca respostas (CARNIATTO, 2017, pág. 260).

A educação ambiental poderá igualmente contribuir para um processo de "Aprendizagem Social", que, segundo Carniatto (2017), deve investir em trabalho cooperativo, promovendo a participação coletiva e o diálogo entre os atores envolvidos na gestão. Não somente o aprendizado dos atores, mas também como estes lidam entre si, e com suas interdependências, reconhecendo as estratégias uns dos outros, buscando um campo sinérgico de negociação.

Nessa perspectiva, a Educação ambiental como recurso pedagógico pode construir num instrumento passível de ser utilizado não só para garantir a aprendizagem social, mas também como o desenvolvimento de comunidades, no combate a fatores de riscos, como, por exemplo: desigualdade social, a utilização de agrotóxicos, descaracterização do patrimônio histórico, cultural e ambiental; uso insustentável dos recursos naturais, entre outros

Carniatto (2017) traz ainda que a Aprendizagem Social, enquanto construção coletiva, permitirá que as posições coletivas e individuais sejam colocadas, visando de preferência a um modelo de ganhos mútuos e processos de aprendizagem colaborativa.

Na 2ª Jornada Internacional de Educação Ambiental durante a Rio+20, foi elaborada a "Carta aberta de educadoras e educadores por um mundo justo e feliz", que traz:

> Sociedades Sustentáveis são constituídas de cidadãos e cidadãs educadas ambientalmente em suas comunidades, decidindo a cada passo desta caminhada o que significa Economia Verde, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas e tantos outros conceitos que, em muitos casos, se afastam de sua origem ou motivação que é a transição para um outro mundo possível, sendo

> cooptados ou cunhados já a serviço de uma racionalidade hegemônica e liberal. Cada comunidade pode ver e sentir além das palavras e da semântica, mantendo seu rumo em direção à união planetária, traçando sua própria História.

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (Resolução CNE nº 02/2012) enfatizam que se deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino; sendo que a educação ambiental deve contribuir para "[...] o estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de produção, consumo, organização social, visando à prevenção de desastres ambientais e a proteção das comunidades".

Para Carniatto (2017), o maior desafio é promover um papel articulador dos conhecimentos, no contexto em que os conteúdos são ressignificados. Ao interferir no processo de aprendizagem e nas percepções e representações sobre a relação indivíduos-ambiente nas condutas cotidianas que afetam a qualidade de vida, promovem-se práticas que contribuem para a construção de uma sociedade sustentável.

Nesse contexto, entende-se que a melhora no acesso à informação e participação social tem promovido mudanças de atitude que favorecem o desenvolvimento de uma consciência coletiva, sendo que o Programa de Educação para o desenvolvimento sustentável visa envolver todos os atores por meio de iniciativas que possibilitem um aumento do nível de consciência.

8 CAPACITAÇÕES E SENSIBILIZAÇÕES

As ações educativas deverão ser construídas a partir dos dados coletados e em alinhamento às necessidades que se identificarem. Sugere-se que sejam realizados fóruns, palestras, participações pontuais, debates, dinâmicas em grupo e criação de material de apoio, a fim de sensibilizar e capacitar os atores.

Nesse contexto de compreensão da prática educativa, foram pré-sugeridos temas, uma vez que se conhece a realidade da Região Uva e Vinho por meio dos trabalhos já realizados.

Cabe ressaltar que os temas sugeridos contemplam a possibilidade de adaptação permanente, a partir dos resultados obtidos na análise de dados. As inserções dos temas propostos dependerão de diversos aspectos, tais como:

- interesse dos atores turísticos no tema sugerido;
- grau de mobilização e envolvimento efetivos que será possível atingir;
- direcionamento das ações educativas em função das evidências apontadas ao longo do processo de coleta de dados; e em suas diversas escalas: local-comunidades, municipal e/ou regional;
- conflitos pré-existentes e decorrentes do próprio processo educativo, os quais deverão ser trabalhados como janelas de oportunidades para o diálogo e a construção de acordos entre os envolvidos;
- adesão de instituições parceiras para apoiar a realização das ações de intervenção, tais como EMATER, EMBRAPA, SENAI, SESC, dentre outras.

Sendo assim, os temas e as ações previstos possuem flexibilidade suficiente para adaptação constante.

O quadro 1 apresenta os temas propostos a serem abordados junto aos atores do trade turístico.

Quadro 1 – Capacitações sugeridas

TEMA	OBJETIVO	ÁREA FOCO	PÚBLICO ALVO
Inventariação do patrimônio edificado	Estimular que as prefeituras façam a elaboração da inventariação dos prédios históricos dos municípios e elaborar planos de proteção patrimonial	Cultural, histórica	Gestores públicos
Projetos de restauro em prédios históricos	Capacitar os profissional da área a fim de evitar a descaracterização dos prédios históricos	Cultural, histórica	Arquitetos
Agroecologia e seus benefícios	Reduzir a utilização de defensivos agrícolas	Ambiental, Social	Agricultores
Consumo consciente	Estimular a compra de produtos que causem um menor impacto ambiental	Ambiental, Social e Econômica	Empreendedores
Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos	Capacitar os roteiros sobre Gerenciamento integrado de resíduos sólidos: prevenção, segregação, acondicionamento, armazenamento, reaproveitamento, coleta, tratamento e destinação final	Ambiental, Social e Econômica	Empreendedores, comunidade, gestores públicos
Desenvolvimento de equipes e Gestão de pessoas	Capacitar sobre a necessidade de trabalhar em equipe, a valoração dos colaboradores, a importância da capacitação	Social e Econômica	Empreendedores

TEMA	OBJETIVO	ÁREA FOCO	PÚBLICO ALVO
Administração de uma empresa familiar	Capacitar os empreendedores frente às informações essenciais para que seu negócio tenha uma trajetória de sucesso	Social e Econômica	Empreendedores
Gerenciamento de Projetos	Capacitar os gestores públicos sobre os principais conceitos na gestão de projetos, tais como: gerenciamento de tempo, orçamento, escopo qualidade, riscos, competências e habilidades, entre outros	Social e Econômica	Gestores Públicos
Análise e melhoria dos processos	Capacitar os empreendedores para compreenderem o que é e como funcionam o gerenciamento de processos, bem como a busca pela melhoria contínua	Econômica, institucional e turística	Gestores Públicos
Saúde e segurança dos trabalhadores	Capacitar os empreendedores e colaboradores frente às questões de saúde e segurança no trabalho	Econômica, social, institucional e turística	Empreendedores Governanças locais
Gestão de conflitos	Capacitar as governanças locais, para que desenvolvam habilidades de negociação e a identificação e resolução de conflitos administrando-os de forma adequada	Social	Governanças locais

TEMA	OBJETIVO	ÁREA FOCO	PÚBLICO ALVO
Inovação com preservação do patrimônio cultural e histórico	Capacitar os empreendedores e governanças locais, a fim de utilizar os usar a tecnologia a favor do patrimônio	Cultural, histórica, econômica	Empreendedores Governanças locais
Ética e Postura Profissional no Trabalho	Capacitar os colaboradores e empreendedores sobre os conceitos de ética e postura profissional, fazendo com que ocorra uma mudança positiva da atitude das pessoas	Social, econômica	Colaboradores e empreendedores
Legislações	Capacitar os atores do setor turísticos frente aos requisitos legais aplicáveis, sendo eles ambiental, cultural, patrimonial, trabalhista, entre outros	Ambiental, social, econômico e cultural	Atores do trade turísticos
Análise de risco no negócios	Desenvolver uma visão abrangente do significado e dos fundamentos de risco, apresentar as ferramentas e técnicas de otimização dos riscos, entendendo que não existe risco zero	Social, econômica	Empreendedores
Sustentabilidade Energética	Apresentar novas fontes de energia para os empreendedores, a fim de, reduzir o consumo de energia	Social, econômica, ambiental	Empreendedores
Capacidade de carga ambiental, social, das estruturas e turistas	Auxiliar no dimensionamento da capacidade da carga dos roteiros, para tornar operativo o paradigma da sustentabilidade	Ambiental, social, econômico e cultural	Empreendedores, gestão pública,

TEMA	OBJETIVO	ÁREA FOCO	PÚBLICO ALVO
			governanças locais
Guia Educador Socioambiental	Auxiliar o turista a entender o sentido da ideia de lugar, de viagem, de espaço e de educação ambiental, utilizando a interpretação como um instrumento importante para a realização da viagem turística	Ambiental, social, e cultural	Guias turísticos

Fonte: elaborado pela autora (2019).

9 RESULTADOS ESPERADOS

Com a aplicação do Programa, é esperado que os municípios realizem a inventariação do patrimônio edificado, por meio de um documento que possa ser entregue a promotoria pública, a fim de realizar a preservação dos do patrimônio histórico. Espera-se ainda que o que o documento gerado com a inventariação do patrimônio edificado seja vinculado ao plano diretor e transformado em legislação.

Outro resultado pretendido é que a comunidade e a construção civil sintam-se envolvidas no programa, reconhecendo o valor do patrimônio cultural, histórico e ambiental do município e da região. Para isso, é necessário articular o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU; Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE; e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, nos programas de proteção patrimonial.

Busca-se, ainda, ascensão do saber, desenvolvimento, capacitação e qualificação da força de trabalho na Região Uva e Vinho, conforme indicadores estabelecidos. E um maior comprometimento dos atores turísticos com a busca pelo desenvolvimento sustentável.

Espera-se que as capacitações auxiliem na resolução dos problemas dos roteiros, do município e das comunidades; na conscientização das formas de preservar por parte dos profissionais da área, como engenheiros, arquitetos e construtores; no fortalecimento dos conselhos municipais: os de turismo, os COMTURS que geralmente incentivam a preservação cultural, os conselhos de cultura e os de patrimônio, ou os que são juntos cultura e patrimônio; e, por fim, que proporcionem aos turistas e visitantes outras formas de viajar, tendo um olhar para mudanças de atitudes e valores frente às relações entre o homem e seu entorno.

10 INDICADORES

Segundo Hanai (2009), o conjunto definido de indicadores deve ser constantemente adaptado às mudanças das condições observadas ao longo do tempo pelo processo de desenvolvimento do turismo. Revisões periódicas e atualizações e adequações dos indicadores são constantemente necessárias para a sua aplicabilidade. Ainda segundo Hanai (2009):

> A revisão periódica dos indicadores é um processo continuo de acordo com as necessidades de usos para a gestão e as demandas de urgência para a tomada de decisão. Os indicadores precisam estar relacionados aos aspectos prioritários que são identificados numa localidade, e desta forma, devem ser aperfeiçoados de acordo com sua relevância e praticidade de uso, num processo dinâmico de ajustes reguçares na composição do sistema de indicadores. A avaliação periódica de sua utilidade visa à readequação de indicadores e à atualização com novos indicadores, em função das necessidades correntes no processo de monitoramento e gestão (HANAI, 2009, p. 389).

Vignati (2012) garante que indicadores são elementos que apoiam a supervisão e o controle do desenvolvimento do destino turístico, no macro de um plano ou de uma estratégia turística previamente definida. Estes podem ser desenhados para distintas finalidades, sejam quantitativos ou qualitativos. Em todos os casos, correspondem a um instrumento básico para a gestão do turismo sustentável.

Indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável. Devem ser vistos como um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável e não como um fim em si mesmos. Valem mais pelo que apontam do que pelo seu valor absoluto e são mais úteis quando analisados em seu conjunto do que o exame individual de cada indicador (IBGE, 2017).

Dessa forma, os indicadores sugeridos têm por objetivo auxiliar a ATUASERRA a operacionalizar o desafiador paradigma de tonar a Região Uva e Vinho um destino sustentável na dimensão ambiental, social, cultural, econômica e institucional.

Vignati (2012) destaca, ainda, que o sistema de indicadores tem um papel essencial no desafio de tornar operativo o paradigma da sustentabilidade. Eles reforçam os eixos básicos do desenvolvimento sustentável, como a gestão estratégica, a perspectiva integral do território e a profissionalização dos gestores.

Para processo de desenvolvimento de indicadores, adaptou-se a metodologia do SISDTur, proposta por Hanai (2009), a fim de criar uma relação de indicadores que fosse

organizada, transparente, objetiva e que levasse em consideração os aspectos mais importantes do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, sugere alguns indicadores a fim de monitorar o desenvolvimento sustentável da Região Uva e Vinho. Cabe ressaltar que, para iniciar o monitoramento por meio dos indicadores, sugere-se que sejam escolhidos pelo menos dois por dimensão e gradativamente incorporar os demais, até que todos sejam mensurados.

O quadro 2 traz indicadores de seis dimensões, sendo elas: ambiental, cultural, social, econômica, institucional e turística, a fim de indicar o monitoramento da região.

OBJETIVOS	DESCRITORES	INDICADOR	PARÂMETROS ESPECÍFICOS	FORMAS DE MEDIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
DIMENSÃO AMBIENTAL					
Identificar a evolução do consumo, da qualidade e as iniciativas de redução de consumo	**Consumo e qualidade da água**	A quantidade de água consumida por turista em um período não afeta o consumo local	Volume mensal de água consumida por turistas	Somatório de valores de estabelecimentos turísticos	Quantidade (m^3/mês) % do total
		Programas de redução do consumo, desperdício ou reuso de água	Nº de estabelecimentos turísticos com programas de redução de consumo, desperdício e reuso da água e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Contagem de estabelecimentos turísticos com programas de redução de consumo, desperdícios e reuso de água	Quantitativa (número e % do total)
		Monitoramento da qualidade da água	Nº de estabelecimentos turísticos com monitoramento da qualidade de água.	Contagem de estabelecimentos turísticos com monitoramento de qualidade de água	Quantitativa (número e % do total)
Identificar o manejo e a evolução da geração e as iniciativas de redução de resíduos sólidos	**Geração e Manejo dos resíduos sólidos**	Resíduos Sólidos gerados por turistas	Volume mensal	Somatório de valores dos estabelecimentos turísticos	Quantidade (m^3/mês)
		Resíduos Sólidos com destinação adequada	% de resíduos destinados corretamente (aterros, reciclagem, compostagem)	Cálculo estimado	Quantitativa (% do total)
		Plano de gerenciamento de resíduos	Nº de estabelecimentos turísticos com plano e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Contagem de estabelecimentos turísticos	Quantitativa (% do total)
		Programas de redução da quantidade de resíduos sólidos	Nº de estabelecimentos turísticos com programas e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos Existência de programas específicos de redução de resíduos sólidos no município	Contagem de estabelecimentos turísticos Verificação em loco	Sim ou Não Quantitativa (% do total)
		Coleta seletiva de resíduos sólidos e processo de reciclagem	Nº de estabelecimentos turísticos com coleta seletiva e processos de reciclagem de resíduos sólidos	Contagem de estabelecimentos turísticos	Quantitativa (número e % do total)
Identificar a evolução do	**Consumo de energia**	Energia consumida por um turista	Energia elétrica consumida pelos turistas por mês	Energia consumida por um turista no mês	Quantitativa (kwh/mês)

OBJETIVOS	DESCRITORES	INDICADOR	PARÂMETROS ESPECÍFICOS	FORMAS DE MEDIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
consumo de energia elétrica e as iniciativas de diminuição de consumo		Programas de redução do consumo de energia (energia solar, energias alternativas)	Existência de programas de redução de consumo de energia, ou existência de instalação com uso de energia alternativa	Constatação e Verificação local	Sim ou Não
Identificar a evolução do processo de tratamento de esgoto	**Tratamento de esgoto**	Processos de tratamento de esgotos	Existência de processos de tratamento de esgoto	Verificação em loco (fossas, ETE)	Sim ou Não
Identificar a existência e a manutenção de áreas naturais protegidas	**Áreas naturais preservadas**	Áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação	Área natural preservada e % relativa ao total	Medição e cálculo de áreas preservadas	Quantitativa (m² ou hectare e % do total)
Identificar iniciativas de promoção da educação ambiental e/ou cultural	**Iniciativas de Educação Ambiental e Cultural**	Programas orientados de interpretação em educação ambiental ou cultural	Existência de programas orientados de interpretação e educação ambiental e/ou cultural	Constatação e Verificação local	Sim ou Não
Incentivar iniciativas de produção rural com mínimo de impacto	**Minimização dos impactos da produção rural/ Agricultura sustentável**	Programas de incentivos a produtores para que utilizem processos tecnológicos de minimização dos impactos ambientais na agricultura	Existência de processos tecnológicos que minimizem os impactos da produção rural (técnicas de agroecologia, agricultura orgânica, agricultura sintrópica)	Constatação e Verificação local	Sim ou Não
Identificar estabelecimentos que possuam certificação	**Certificação Ambiental ou turística**	Processo de certificação ambiental ou turística	Existência de processos Processo de certificação ambiental e/ou turística.	Constatação e Verificação local	Sim ou Não

OBJETIVOS	DESCRITORES	INDICADOR	PARÂMETROS ESPECÍFICOS	FORMAS DE MEDIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
ambiental e/ou turística					
Identificar os municípios que possuam ações implementadas da Agenda2030	**Agenda 2030**	Inciativas de implementação da Agenda 2030 e plano de desenvolvimento sustentável	Existência Inciativas de implementação da Agenda 2030 e plano de desenvolvimento sustentável	Constatação e Verificação local	Sim ou Não
Identificar os municípios que possuam Organismos, instituições e entidades atuantes nos processos decisórios sobre questões ambientais	**Capacidade administrativa de gestão Ambiental**	Estruturas organizacionais atuantes nos processos decisórios sobre questões ambientais	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em meio ambiente	Constatação e Verificação local	Sim ou Não
DIMENSÃO CULTURAL					
Identificar a valorização dos produtos típicos locais	**Produtos tipicos locais**	Produtos tipos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenires)	Nº total de produtos típicos locais ofertados	Contagem de produtos típicos locais e cálculo da % relativa ao total de produtos ofertados no estabelecimento turístico	Quantitativa (nº de produtos e % do total)
Identificar a preservação dos	**Preservação de patrimônios culturais**	Bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos existentes	Nº de bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos em bom estado de conservação	Contagem de bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos	Quantitativa (nº de bens)

OBJETIVOS	DESCRITORES	INDICADOR	PARÂMETROS ESPECÍFICOS	FORMAS DE MEDIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
patrimônios cultuais locais			Nº de bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos utilizados pelo turismo	protegidos e utilizados no estabelecimento turístico	Quantitativa (nº de bens)
Identificar a Valorização da cultural tradicional local	**Valorização da cultural tradicional local**	Eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizadas	Nº de eventos populares tradicionais e festividades de manifestações culturais típicas realizadas no ano	Contagem de eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizadas por ano no estabelecimento turístico	Quantitativa (nº de eventos)
		Organismos, instituições e entidades de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local	Nº de organismos, instituições e artistas cadastrados da cultura tradicional	Contagem do nº de organismos, instituições e artistas cadastrados da cultura tradicional	Quantitativa (nº)
		Iniciativas de resgate promoção e manutenção da cultura tradicional local	Nº de programas de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local	Contagem do nº de programas de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local	Quantitativa (nº)
DIMENSÃO SOCIAL					
Identificar o grau de inserção de residentes locais no setor turístico e as iniciativas de capacitação turística	**Inserção de residentes locais (origem local) no setor turístico**	Residentes locais empregados no estabelecimento turístico	Nº de residentes locais no estabelecimento turísticos e % relativa ao total de postos de trabalho	Medição de postos de trabalho e de residentes locais	Quantitativa (nº e % do total)
		Iniciativas de capacitação e treinamento profissional aos funcionários residentes locais	Nº de cursos e nº de participantes nos cursos no ano	Contagem de cursos oferecidos e contagem de participantes	Quantitativa (nº de cursos e nº de participantes por ano)

OBJETIVOS	DESCRITORES	INDICADOR	PARÂMETROS ESPECÍFICOS	FORMAS DE MEDIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
		Funcionários residentes locais com capacitação em turismo	Nº de residentes locais com capacitação turística e % relativa ao total	Somatório e cálculo dos residentes locais com capacitação turística	Quantitativa (nº de residentes locais e % do total)
		Proprietários e empresários de estabelecimentos turísticos de origem local	Nº de estabelecimentos turísticos com proprietários e empresários locais e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Contagem de estabelecimentos turísticos com proprietários locais	Quantitativa (nº e % do total)
Identificar a evolução de emprego no setor turístico em suas distintas concepções	**Empregabilidade no setor turístico**	Os empregos fixos no setor turístico são mais que os empregos temporários	Nº de empregos fixos Nº de empregos temporários	Somatório de postos de empregos fixos e temporários nos estabelecimentos turísticos	Quantitativa (nº de cursos e nº de participantes por ano)
Identificar o grau de satisfação dos residentes locais e os programas sociais envolvendo residentes locais articulados com o turismo	**Satisfação dos residentes locais**	Programas e projetos sociais envolvendo residentes locais e articulados com desenvolvimento turístico	Existência de planos, programas e projetos sociais envolvendo residentes locais e articulados com o desenvolvimento turísticos	Constatação e Verificação local	Sim ou Não
		Nível de satisfação/aceitação dos residentes em relação ao turismo	% de residentes satisfeitos em relação ao total de residentes entrevistados e grau de satisfação	Obtenção por meio de entrevistas e aplicação dos questionários por meio de amostragem	Quantitativa (% de residentes satisfeitos) Qualitativa (Escala ordinal do nível de satisfação/aceitação)
DIMENSÃO ECONÔMICA					
Identificar a evolução da renda gerada pelo turismo	**Rentabilidade**	Renda gerada pelo turismo	Montante de renda produzida pelo turismo por temporada e % relativa do total	Somatório dos valores de renda dos empreendimentos turísticos	Quantitativa (% do total e valores monetários R$)

OBJETIVOS	DESCRITORES	INDICADOR	PARÂMETROS ESPECÍFICOS	FORMAS DE MEDIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
Identificar o tempo de atuação de atividades dos estabelecimentos turísticos	**Longevidade do estabelecimento turístico**	Longevidade média dos estabelecimentos turístico	Idade do estabelecimento turístico	Identificação do período de atividade de cada estabelecimento turístico	Quantitativa (em anos)
Identificar o funcionamento dos estabelecimentos turísticos para atendimento à demanda de turistas	**Disponibilidade de funcionamento**	Funcionamento nos finais de semana e feriados dos estabelecimentos turísticos	Nº de estabelecimento turístico em funcionamento nos finais de semana e feriados	Contagem de estabelecimentos turísticos em funcionamento	Quantitativa (nº e % do total)
Identificar a evolução dos estabelecimentos e empreendimentos turísticos	**Novos estabelecimentos turísticos**	Novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos num período	Nº de Novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos abertos no ano	Contagem de novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos (anual)	Quantitativa (nº)
Identificar o montante de gastos efetuados pelos turistas durante a estada na região	**Gastos do turista**	Gasto médio diário de turistas	Somatório dos valores investidos anualmente em turismo e % do total investido no estabelecimento	Obtenção da informação por meio de entrevistas e aplicação de questionário aos turistas por método de amostragem	Quantitativa (em valores monetários R$)
Identificar a taxa de investimentos públicos em turismo	**Investimentos em turismo**	Investimentos públicos em turismo	Valores de investimentos públicos em turismo no ano (Conservação de infraestruturas, bens patrimoniais históricos, arquitetônicos, eventos culturais tradicionais, benfeitorias ambientais)	Levantamento dos valores arrecadados de taxas e impostos pelo setor turístico e dos valores investidos em turismo.	Quantitativa (em valores monetários R$)

OBJETIVOS	DESCRITORES	INDICADOR	PARÂMETROS ESPECÍFICOS	FORMAS DE MEDIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
			Proporção entre o valor arrecadado pela atividade turística e o valor investido em turismo no ano.		
DIMENSÃO INSTITUCIONAL					
Identificar a participação social em decisões sobre o desenvolvimento do turismo	**Participação social no processo de desenvolvimento turístico**	Participação social no processo de desenvolvimento turístico	Nº de eventos de consulta, reuniões, fóruns, assembleias realizadas no ano com a participação social no processo de desenvolvimento turístico Nº de participantes por evento	Contagem de eventos realizados e número de participantes nos eventos	Quantitativa (nº de eventos por ano e nº de participantes por evento)
Identificar os mecanismos e periodicidade de divulgação dos resultados e decisões sobre o desenvolvimento turístico e dos relatórios de aplicação do Programa de Educação para Sustentabilidade	**Comunicação social de decisões e resultados do setor turístico**	Mecanismos de comunicação dos resultados de decisões sobre o desenvolvimento turístico e dos relatórios de avaliação turística	Existência de meios de comunicação e disponibilização dos resultados e decisões Periodicidade de divulgação dos resultados de decisões sobre o desenvolvimento turístico	Constatação e Verificação local Frequência de divulgação	Sim ou Não Quantitativa (nº de divulgação num período)
Identificar o processo de planejamento municipal do	**Planejamento do turismo**	Plano municipal de turismo	Existência de Plano municipal de turismo	Constatação e Verificação local	Ações previstas/ Ações realizadas no prazo

OBJETIVOS	DESCRITORES	INDICADOR	PARÂMETROS ESPECÍFICOS	FORMAS DE MEDIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
desenvolvimento do turismo					
Identificar iniciativas de educação e conscientização sobre o turismo sustentável aplicado à comunidade	**Conscientização do turismo sustentável**	Programas de educação e conscientização sobre o turismo sustentável	Existência de programas de educação e conscientização sobre o turismo sustentável envolvendo a comunidade local	Constatação e Verificação local	Sim ou Não Quantitativa (nº de programas realizados num período)
Identificar a integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico	**Articulação e integração do planejamento turístico a outros setores municipais**	Integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico	Existência de integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico. Existência de meios para controle de avanços e especulação imobiliária	Constatação e Verificação local	Sim ou Não
Identificar a integração da planificação do turismo municipal com o processo de planejamento turístico regional	**Planejamento do turismo regional**	Integração entre a planificação do desenvolvimento turístico com o processo de planejamento regional de turismo	Existência de integração entre a planificação do desenvolvimento turístico com o processo de planejamento turístico (circuitos turísticos)	Constatação e Verificação local	Sim ou Não

OBJETIVOS	DESCRITORES	INDICADOR	PARÂMETROS ESPECÍFICOS	FORMAS DE MEDIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
Identificar as instituições e entidades representativas das classes do setor de turismo	**Organização Social do desenvolvimento turístico**	Organismos sociais, associações representativas das classes de turismo atuantes nos processos decisórios de desenvolvimento turístico, nº de participantes por entidade/ classe/associação	Nº de entidades e associações representativas das classes de turismo atuantes nos processos decisórios de desenvolvimento turísticos; Nº de participantes por entidade/classe/associação	Constatação, verificação e contagem de número de associações e entidades atuantes e do número de participantes	Sim ou Não Quantitativa (nº por tipo de classe ou associação e número de participantes)
Identificar a existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo no município	**Capacidade de gestão turística municipal**	Estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo	Constatação, verificação	Sim ou Não Quantitativa (número)
Identificar a equipe para uso, aplicação e manutenção do Programa de Educação para sustentabilidade	**Capacidade de monitoramento do turismo sustentável**	Equipe de aplicação do Programa de Educação para sustentabilidade	Existência de profissionais preparados para aplicação do Programa de Educação para sustentabilidade	Constatação, verificação	Sim ou Não
DIMENSÃO TURÍSTICA					
Identificação da capacidade total de oferta de hospedagem no município por	**Capacidade total de alojamento**	Oferta de hospedagem	N° total de leitos e acomodações no meio de hospedagem Nº total de leitos e acomodações por tipos de hospedagem	Somatório total do número de leitos e acomodações no estabelecimento turístico de hospedagem e cálculo das % por tipologia	Quantitativa (nº de leitos e % de leitos por tipologia)

OBJETIVOS	DESCRITORES	INDICADOR	PARÂMETROS ESPECÍFICOS	FORMAS DE MEDIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
tipologia de meios de hospedagem e sua evolução			% de leitos e tipologia em relação à capacidade total		
Identificar a existência de facilidades para o atendimento de pessoas com necessidades especiais	**Acessibilidade**	Facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção ou outras necessidades especiais.	Nº de estabelecimentos turísticos com facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção e/ou outras necessidades especiais e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Contagem de estabelecimentos turísticos com facilidades de atendimento a necessidades especiais (anual)	Quantitativo (número e % do total)
Identificar a existência de controle de visitação	**Registro de controle de visitação**	Registro de controle da visitação.	Nº de estabelecimentos turísticos com sistemas de registro e controle de visitação e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Contagem de estabelecimentos turísticos com sistemas de controle de visitação (anual)	Quantitativo (número e % do total)
Identificar estabelecimentos turísticos com visitas e programas ambientais e culturais	**Visitas orientadas com programas de interpretação ambiental e cultural**	Programas de visitas orientadas com interpretação ambiental e/ou cultural	Nº de estabelecimentos turísticos com programas de interpretação ambiental e/ou cultural e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Contagem de estabelecimentos turísticos com Programas de interpretação ambiental e cultural (anual)	Quantitativo (número e % do total)
Identificar o grau de diversificação dos recursos turísticos existentes e dos atrativos e atividade potencialmente turísticas	**Recursos turísticos existentes e potenciais**	Recursos turísticos existentes	Nº total de atrativos e atividades turísticas ofertadas como produto turístico Nº de atrativos e atividade turísticas por tipologia e % relativa ao total Nº de atrativos e atividade turísticas potenciais/complementares e % relativa ao total	Contagem do número de atrativos a atividades existentes (ofertadas e potenciais) por tipologia e cálculo de % relativa ao total (anual)	Quantitativa (número de atrativos e atividades turísticas e % do total)

OBJETIVOS	DESCRITORES	INDICADOR	PARÂMETROS ESPECÍFICOS	FORMAS DE MEDIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
Identificar a capacidade de ofertas e serviços receptivos de turismo	**Capacidade de oferta de serviços turísticos receptivos**	Oferta de agências e serviços de turismo receptivo	Nº de agências e serviços de turismo receptivo Nº de guias turísticos locais cadastrados e credenciados Nº de postos e centros de informações turísticas	Contagem do número de agências de turismo receptivo, do número de guias locais atuantes e do número de postos e centros de informação turística em funcionamento (anual)	Quantitativa (números)
Identificar iniciativas que lidem com a sazonalidade turística	**Sazonalidade turística**	Programas e estratégias que lidem com a sazonalidade turística	Nº de estabelecimentos com programas e estratégias que lidem com a sazonalidade turística	Contagem de estabelecimentos turísticos e verificação de programas estratégicos que lidem com a sazonalidade turística (anual)	Quantitativa (nº) Sim ou Não
Identificar a evolução de incidentes e acidentes envolvendo turistas e visitantes	**Segurança Turística**	Incidentes (furto, roubo, violência) e acidentes envolvendo turistas ou visitantes num período	Nº de incidentes e acidentes envolvendo turistas e visitantes por ano	Somatório do número de registros de ocorrências de incidentes e acidentes	Quantitativo (nº por ano)
Identificar a evolução do número de turistas em temporadas específicas (feriado, finais de semana, férias)	**Quantidade de turistas**	Quantidade de turistas numa temporada especifica	N° de turistas recepcionados num período de temporadas turísticas Nº e % de ocupação de leitos em meios de hospedagem em temporadas específicas	Quantidade de turistas por meio de registros de ocupação em meios de hospedagem (anual)	Quantitativo (nº de turistas por ano)
Identificar a demanda turística e	**Demanda turística**	Perfil dos turistas e avaliação dos turistas	Perfil do turista	Obtenção da informação por meio de entrevistas e aplicação de questionário aos turistas por	Qualitativa e quantitativa (número

OBJETIVOS	DESCRITORES	INDICADOR	PARÂMETROS ESPECÍFICOS	FORMAS DE MEDIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
o perfil turístico dos visitantes				método de amostragem (por temporada)	de turistas e % do total)
Identificar a existência de normas de edificações turísticas	**Zoneamento paisagístico e normas de edificações turísticas**	Regulamentação e normas para ocupação e uso do solo em áreas turísticas	Existência de regulamentos e controles para ocupação e uso do solo em áreas turísticas e de instrumentos regulatórios para construção e reforma de edificações e espaços turísticos com critério de adaptação e harmonia paisagística com elementos e características locais	Constatação e verificação local	Sim ou Não

Fonte: elaborado pela autora (2019).

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para estimular a conscientização ambiental junto aos turistas e visitantes, é imprescindível estimular a educação ambiental nos espaços informais, ou seja, COMTURs, empreendimentos, secretarias de turismo e reuniões de governança, trazendo a humanização para o setor turístico, a fim de contribuir para (re)pensar a atual sociedade. Sabe-se que não serão sanados todos os problemas, mas pode-se mudar a consciência de si, do outro e dos lugares, caminhado para o desenvolvimento sustentável da Região Uva e Vinho.

Dessa forma, o Programa de Educação para o desenvolvimento sustentável é uma proposta para iniciar no ano de 2020, porém tendo em vista que o desenvolvimento sustentável da região Uva e Vinho é uma proposta que engloba diversos municípios e por consequência muitas realidades distintas, sabe-se que será uma atividade que depende de uma forte liderança não só por parte da ATUASERRA, mas também das lideranças locais, a fim de mobilizar a comunidade e os demais atores presentes nas atividades turísticas.

Conclui-se que como se viu o desafio do desenvolvimento sustentável no turismo implica sensibilizar os empreendedores, profissionais da área e gestores públicos.

12 REFERÊNCIAS

ASHTON, Sandra Mary. O **Planejamento do Turismo**: Investigação para o Desenvolvimento Sustentável gestão e desenvolvimento, v. 2, n. 1, janero-junho, 2005, p. 105-112 Centro Universitário Feevale Novo Hamburgo, Brasil Disponível em: https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/1070. Acesso em: 19 de nov. 2019.

BOTELHO, Daniel Moraes. **A educação ambiental como perspectiva para uma outra viagem turística**: revisitando os passos do guia - educador com viajantes na Costa Doce/RS. 2007. 135 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2007. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000010248.pdf. Acesso em: 06 mar. 2018.

CARNIATTO, Irene *et al*. Propostas de Políticas Públicas em Educação Ambiental, Mudanças Climáticas e Redução de Riscos de Desastres no Brasil. In: GUERRA, Antônio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia (Org.). **Diálogos de saberes e fazeres**: uma releitura dos 25 anos da trajetória da educação ambiental brasileira. São José : ICEP, 2017. E-book. Disponível em: https://www.rebea.org.br/index.php/pages/biblioteca-virtual/157-dialogos-de-saberes-e-fazeres-uma-releitura-dos-25-anos-da-trajetoria-da-educacao-ambiental-brasileira. Acesso em: 19 nov. 2019.

HANAI, F. Y. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** Uma aplicação ao Contexto de Desenvolvimento do Turismo na Região de Bueno Brandão Estado de Minas Gerais, Brasil, 2009. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos - Escola de Engenharia de São Carlos, São Paulo. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-17092009-082223/en.php. Acesso em: 19 nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. - Edição 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas. Acesso em: 25 out. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030.** 114f, 2017. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419401. Acesso em: 19 nov. 2019.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. 3 ed. Campinas: PAPIRUS, 2011.

TRISTÃO, Martha. Educação Ambiental e seus movimentos em processos de formação. In: GUERRA, Antônio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia (Org.). **Diálogos de saberes e fazeres**: uma releitura dos 25 anos da trajetória da educação ambiental brasileira. São José : ICEP, 2017. E-book. Disponível em:< https://www.rebea.org.br/index.php/pages/biblioteca-virtual/157-dialogos-de-saberes-e-

fazeres-uma-releitura-dos-25-anos-da-trajetoria-da-educacao-ambiental-brasileira. Acesso em: 19 nov. 2019.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. – Brasília: UNESCO, 120p, 2005.

VIGNATI, Frederico. **Gestão de destinos turísticos:** como atrair pessoas para polos, cidades e países. Ed. Senac Rio de Janeiro, 2012.